



NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Campinas

ANO XIX

Nº 125

p. 1 – 108

janeiro/março/87

CAD - CENTRO DE APOIO DIDÁTICO
DA FAU - PUCC

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER

D. Gilberto Pereira Lopes

MAGNÍFICO REITOR

Prof. Eduardo José Pereira Coelho

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS

Prof. Paulo de Tarso Barbosa Duarte

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Prof. Antonio José de Pinho

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Prof. Ruy Rodrigues Machado

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Prof. Paulo Cosiuc

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Departamento de História da Pontifícia

Universidade Católica de Campinas

ANO XIX – Nº 125

ISSN 0101-4919

JANEIRO/MARÇO/1987

O presente volume de nossa publicação é todo ocupado com o estudo da Professora Doutora Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci sobre Silva Jardim, o grande propagandista da República, nascido na Província do Rio de Janeiro em 1860 e falecido na Itália, em 1891, com apenas pouco mais de trinta anos. Vida demais curta para uma ação tão contínua e eficiente como a do ardoroso tribuno e jornalista.

O trabalho que ora editamos não é simplesmente mais uma biografia do grande brasileiro. A autora preocupou-se menos com os seus traços biográficos, embora obviamente não os desprezasse, do que com o seu pensamento e sua ação no papel que meteoricamente desempenhou em nossa história política. Nele, procedeu a autora à análise de sua obra política, notadamente os panfletos contendo as conferências proferidas nos famosos e ruidosos **meetings**, na fase mais intensa da propaganda republicana.

Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci, licenciada em História pela nossa Universidade Católica e doutora em História pela Universidade de São Paulo, ilustrou por muitos anos nosso Departamento de História lecionando História Social do Brasil e História da América. Exerceu o magistério, também, em outros estabelecimentos universitários, como, entre outros, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e a Universidade Metodista de Piracicaba. Atualmente, leciona na Universidade Estadual

Dr. Júlio de Mesquita Filho (“Unesp”), “campus” de Franca. Pertence ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e à Academia Paulista de História. Colaboradora regular desta publicação, tem trabalhos publicados nas “Memórias das Semanas da História” de Franca e nos anais da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica.

Seu estudo sobre Silva Jardim, elaborado já há cerca de dez anos, permaneceu inédito até o momento. É com prazer que o divulgamos em primeira mão, enriquecendo a série dos “números especiais” da “Notícia Bibliográfica e Histórica”. Fazemo-lo, em seqüência às **Páginas Catarinenses**, às **Notícias de São Paulo**, de Afonso de Taunay, à monografia do Professor Ersio Lensi sobre o movimento de “devolução” a São Paulo de trecho do território mineiro e o volume **Um pouco da História de Campinas**.

A Redação

MARIA LÚCIA DE SOUZA RANGEL RICCI

AÇÃO E PENSAMENTO EM SILVA JARDIM

**Campinas
Departamento de História
da Pontifícia Universidade Católica
1987**

A

*José Bueno Rangel, meu pai e primeiro
mestre, que tanto amou a vida...*

A

*Luciano, meu filho, que para ela desponta
com a mesma intensidade e amor de seu ines-
quecível avô...*

ÍNDICE

PREFÁCIO	7
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I	
A PERSONALIDADE DE SILVA JARDIM	20
CAPÍTULO II	
O MEIO, O PENSAMENTO POLÍTICO E O CARÁTER GE- RAL DAS "CONFERÊNCIAS-MEETINGS" DE SILVA JAR- DIM	33
CAPÍTULO III	
"A PÁTRIA EM PERIGO"	55
CAPÍTULO IV	
COMO SALVAR A PÁTRIA ?	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
FONTES E BIBLIOGRAFIA	100



PREFÁCIO

Numa época de tanta teorização em torno da História, uma teorização que, no mais das vezes, não leva a nada, mas esconde muita coisa, há de parecer surpreendente a publicação de um livro como este, tão singelo, tão desvestido de teorias, e que apenas apela para o passado, procurando fazer uma história como ela realmente foi e não como a autora gostaria que tivesse sido. A tarefa não lhe foi fácil. Quando tive o privilégio de ler seu trabalho, ainda nos originais, fiz-lhe ver, entre outras coisas, que o título primeiramente escolhido (“Considerações sobre o pensamento político de Silva Jardim”) talvez não fosse o mais adequado, pois o livro demonstrava mais uma **ação** política do que propriamente um **pensamento** político. Daí, o título que, por fim, lhe foi dado. Ponderou-me a autora que a ausência de um pensamento político é quase uma constante de nossa vida cultural. Avesso à teorização e à reflexão, nossos homens públicos preferiram sempre traduzir as idéias através da ação. E além do mais, seria quase impossível pretender num país com a nossa formação histórica um pensamento político (ou de qualquer outra natureza) que fosse original ou então visasse apenas à pura teoria política. Não temos um pensador político que não fosse, ele próprio, político e político militante. Neste particular, a história da cultura brasileira distingue-se substancialmente da de outros povos, nos quais encontramos o pensamento desinteressado, não vinculado diretamente à participação do “pensador” na vida ativa da nação.

Assim, propôs-se a autora ao estudo de um pensador militante, cujas idéias refletiam-se, antes de tudo, nos seus atos. E com todas as contradições, reais ou aparentes, que o problema Silva Jardim poderia oferecer aos estudiosos brasileiros. Por exemplo, não parece fácil, à primeira vista, explicar o positivismo de Silva Jardim, dada a sua formação acentuadamente liberal. O positivismo, de fato, apareceu-lhe quando sua formação mental já estava praticamente definida e a impressão que se tem é que, nele, o positivismo foi-lhe simplesmente “aposto”, mas sem eliminar o substrato básico de seu liberalismo. Talvez por isto ele possa ser considerado o mais liberal dos positivistas brasileiros, numa atitude longe de ser constante nos seus irmãos de credo, tanto dos que militaram na política, como Júlio de Castilhos, como dos que foram apenas teóricos, como Teixeira Mendes ou Miguel de Lemos.

Outros problemas teve a autora que enfrentar para a boa caracterização do seu “pensador”. Um deles, a atitude do biografado diante do que chamo o “Problema Isabel”. Sim, este “problema Isabel” é muito mais importante do que se pensa, como condicionante de atitudes. Chego quase a duvidar se Silva Jardim seria republicano se não existisse o “Pro-

blema Isabel". Aparecia-lhe como monstruoso fantasma o fato de ser a princesa herdeira casada com um príncipe francês, em cujas mãos poderia, a seu ver, o governo no Brasil vir a cair um dia. Isto explica seu anti-orleanismo, sua ojeriza ao Conde d'Eu. Conseqüentemente — e também lamentavelmente — isto faz com que haja em Silva Jardim muito mais preocupação de atacar a monarquia, do que propriamente defender a República. E é preciso ponderar que, nem sempre, as críticas ou ataques à monarquia, tal como ela existia entre nós, implicava necessariamente em republicanismo. Fosse assim, não se explicaria que a monarquia durasse tanto tempo, pois críticas e ataques a ela surgiram desde a sua instauração, praticamente desde a Independência. A autora, com toda a razão, explica as atitudes de seu biografado, ou, melhor dizendo, explica a maneira-de-ser de seu republicanismo pela necessidade de uma "bandeira", da mesma forma que os demais propagandistas precisaram de outras bandeiras: a federação, a separação da Igreja do Estado, o casamento civil, etc.. Acontece que todas essas causas poderiam ser defendidas e alcançadas sem necessidade de uma mudança do regime, enquanto que o afastamento dos herdeiros do trono, para Silva Jardim, seria condição essencial para que a República fosse proclamada. Este apego de Silva Jardim ao "Problema Isabel" (como se não existisse coisa mais importante a ser pleiteada e defendida) e no qual ele "martela" com tanta insistência, longe de negar seu republicanismo, apenas o reforça: ele via na família real (não tanto nos Imperadores, mas nos herdeiros do trono) o principal obstáculo à República. E no seu entender, talvez fosse este o aspecto que mais poderia interessar aos povos nos seus **meetings**, pois o povo, em comícios (é a lição de sempre) não gosta de cousas construtivas: gosta de ataques, especialmente quando se pode dar a eles uma certa dose de ironia, de sarcasmo, de sátira. E isto Silva Jardim sabia fazer à maravilha... Eis porque, ao contrário dos demais propagandistas, sua pregação não era feita em clubes ou círculos fechados, mas em **meetings** abertos, para o povo, onde seria inútil insistir na apresentação de idéias, conceitos ou fórmulas.

Outro aspecto que a autora procurou enfocar em seu trabalho é a posição de Silva Jardim ante outros propagandistas. Seu radicalismo (de Silva Jardim) certamente explica porque não foi muito bem visto pelos "outros". Muitos dos grandes propagandistas da República eram homens vinculados às classes dominantes, especialmente à classe agrária. Não tinham interesse em processos de mudança, pouco além de um simples rótulo. E os próprios bacharéis não vinculados à propriedade territorial eram homens acomodados e conformados com a situação. Eis porque, para citar apenas um exemplo, os republicanos custam muito

a se definir com relação ao problema da escravidão. O manifesto de 1870, certamente por precaução, não toca no assunto. Os republicanos paulistas, numa reunião preparatória do que veio a ser a Convenção de Itu, realizada em casa de Américo Brasiliense, na capital, chegam a mandar uma nota aos jornais afirmando que eles não eram abolicionistas... e isto simplesmente porque um jornal qualquer aventara apenas a hipótese deles também combaterem a escravidão ! Sabe-se o quanto isto desagradou ao grande Luís Gama, que passou a detestar os republicanos. Foi só quinze ou dezesseis anos mais tarde que os republicanos começaram a se declarar pela abolição... quando viram que o regime servil já estava com seus dias contados ! Compare-se manifesto de 1870 com os posteriores, que periodicamente vão aparecendo ao ensejo de congressos ou convenções do Partido Republicano, muitos deles transcritos no valioso livro do Professor Reynaldo Carneiro Pessoa, **A idéia republicana no Brasil, através dos documentos**. Os republicanos, esta a verdade, precisavam do apoio dos fazendeiros, portanto não iriam contrariá-los em seus interesses, basicamente apoiados na escravidão. Silva Jardim, porém, não tem compromissos com a classe agrária. Ele pode, portanto, pensar em mudanças mais radicais que as pregadas pelos outros propagandistas. Mas foram estes "outros" que acabaram fazendo a República e não Silva Jardim. Daí o seu descontentamento, pois, desiludido, vivia a dizer que "não era esta a República dos seus sonhos".

Infelizmente, falou a Silva Jardim dizer qual seria a República dos seus sonhos. Vivendo muito pouco tempo, sem ter tido oportunidade de fazer madurar suas idéias, como outros o fizeram, ou, pelo menos, vê-las como se comportariam na prática, ficou, de fato, em Silva Jardim, um vazio, algo sobre o qual ninguém, honestamente, poderá escrever. A não ser que deseje, como é tão comum, atribuir-lhe idéias ou conceitos próprios de quem sobre ele escrever. Deste mal soube livrar-se a autora. O Silva Jardim que Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci nos apresenta, é o Silva Jardim que de fato existiu e não o Silva Jardim que ela, talvez, gostasse que ele fosse, sem a visualização heróica ou romântica que muitos lhe conferem. Creio que só por isto, ainda que outros méritos não houvesse, seu livro merece ser lido.

O fato de o presente trabalho ter permanecido inédito por mais de dez anos de modo algum o desatualizou, pois nada apareceu, nesse lapso de tempo, que levasse a autora a modificar os conceitos aqui expendidos ou os parâmetros que utilizou para avaliação do pensamento e da ação do grande propagandista. Um autor que, há pouco, dele se ocupou, qualificou-o de "esquecido"¹. Talvez algumas das circunstâncias acima assinaladas explique embora não justifique este esquecimento. Aliás, o problema não ocorre apenas com Silva Jardim. No olvido caíram quase todos

(1) Leite, A. Roberto de Paula — *Silva Jardim, o esquecido*. São Paulo, Pannartz, 1984.

os propagandistas da República, lembrados hoje apenas nos clássicos retângulos azuis denominadores de vias públicas das mais importantes cidades brasileiras. De fato, numerosas cidades, de Norte a Sul do País, deram o nome de Silva Jardim a ruas, praças ou avenidas. Não sei de nenhuma, contudo, que lhe tenha consagrado uma estátua ou simples herma. A própria cidade de Campinas, que sempre se orgulhou de ter sido um dos grandes focos da propaganda republicana, e onde Silva Jardim várias vezes esteve, e cujas ruas ostentam nomes de grandes propagandistas, só há pouco redimiui sua omissão relativa a Silva Jardim, aliás por proposta da autora do presente trabalho, devidamente acolhida pela municipalidade.

Com raras exceções, os escritos dos propagandistas, quase todos de ocasião, peças circunstanciais, não fizeram jús a reedições. E as publicações originais, quer avulsas, quer em jornais e revistas, são de acesso difícil ao comum dos leitores. A autora sentiu de perto a dificuldade. Para o que Silva Jardim escreveu, ou pelo menos o que ela conseguiu encontrar, a fim de proceder à exegese pertinente dos textos e até à crítica diplomática de muitos deles, teve que se valer de bibliotecas especializadas (quase sempre na seção de obras raras) de arquivos e de coleções particulares. Escrevesse-o hoje, seu trabalho seria mais facilitado graças ao magnífico volume publicado por Barbosa Lima Sobrinho sob o título **Propaganda Republicana**, reunindo discursos, opúsculos, manifestos e artigos, coligidos, prefaciados e anotados pelo ilustre acadêmico e ensaísta (Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura/Casa de Rui Barbosa, 1978). Mas, seu livro sofreu do mal das publicações oficiais. Não sendo vendido nas livrarias, poucos a ele tiveram acesso. Todavia, é a grande contribuição de que se dispõe para o conhecimento das fontes relativas à obra do ilustre propagandista, capaz de tirá-lo do esquecimento a que se referiu. Tal como o livro que tenho a honra de prefaciá-lo, para o qual a autora utilizou todas as fontes que conseguiu encontrar, analisando-as com o mais seguro espírito crítico e com critério e discernimento, sem os quais o mais rico manancial de documentos não passaria de letra morta.

Odilon Nogueira de Matos

INTRODUÇÃO

Nosso objetivo central, ao estudarmos o pensamento político de Silva Jardim, figura até agora pouco estudada e mesmo mal conhecida, é tentar compreender as maneiras de percepção dos homens que lutaram e fizeram a República Brasileira, e a consciência sócio-política deste grande propagandista republicano que, tão severas críticas e incompreensões das mais generalizadas teria tido pelos seus contemporâneos e até por alguns pósteros.

Nesta mesma perspectiva tentaremos mostrar algumas balizas da época imediatamente anterior a 1889, saber quais as idéias dominantes, quais os setores da sociedade envolvidos, bem como as referências bibliográficas principais para tais sondagens, que teriam culminado numa República tão diferente daquela proposta por Silva Jardim.

Sem dúvida alguma, para com razoável segurança tentarmos entender o Brasil da segunda década em diante do século XIX até o raiar republicano, teremos que levar em conta a importância que as doutrinas de Augusto Comte e de seus epígonos desempenharam na história de nossa vida espiritual, de nossas instituições, de nossa política. Para tanto, entre muitos outros trabalhos, a **História do Positivismo no Brasil**, de Ivan Lins¹, com material riquíssimo, nos dá realmente uma visão do que representou essa filosofia na vida brasileira no referido século XIX, tomando conta da imprensa, do parlamento, das escolas, da literatura, enfim, da vida científica.

Até a aparição de Comte no Brasil, as reflexões sobre o homem e a sociedade traziam sempre a marca da “filosofia romântica”, embora, alguns mais extremados — caso de um Magalhães e Alencar — buscassem um certo equilíbrio entre a concepção moral do mundo e o nacionalismo romântico, ou seja, uma definição mais “orgânica” que nos definisse como “povo”, ou talvez tentando mostrar nossa “missão”. Daí, a princípio, àqueles que se interessam por Comte, estarem mais ligados aos problemas fisiológicos, matemáticos, físicos, do que propriamente à literatura ou política. Em suma: ele não servia àquele ecletismo da época. Precisaríamos esperar a década de 1870 para que ganhasse as consciências e finalmente sua significação filosófica e histórica fosse compreendida.

(1) LINS, Ivan — **História do Positivismo no Brasil** (Coleção Brasileira, vol. 322), São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1964. Ver também: BASTOS, Tocary Assis — **O Positivismo e a Revolução Brasileira**. Edições da Revista Brasileira de Estudos Políticos, Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1965. COSTA, J. Cruz — **Contribuição à História das Idéias no Brasil**. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Ed., 1956. COSTA, J. Cruz — **O Positivismo na República**. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1956. TORRES, João Camilo de Oliveira — **O Positivismo no Brasil**. Petrópolis, Editora Vozes, 1943.

Como testemunho lembramos a afirmação tão feliz de Sílvio Romero, que por exagerada que possa parecer, revela-nos a profundidade daquele momento em que os quadros do pensar romântico já não mais servem, em que a própria fé e o império são postos em dúvida, no momento, enfim, em que “um bando de idéias novas esvoaçam sobre nós de todos os pontos do horizonte”:

“Até 1868 o catolicismo reinante não tinha sofrido nestas plagas o mais leve abalo; a filosofia espiritualista, católica e eclética, a mais insignificante oposição; a autoridade das instituições monárquicas, o menor ataque sério por qualquer classe do povo, a instituição servil e os direitos tradicionais do feudalismo prático dos grandes proprietários, a mais indireta opugnação; o romantismo, com seus doces, enganosos e encantadores cismares, a mais apagada desavença reatora. Tudo tinha adormecido à sombra do manto do príncipe feliz que havia acabado com o caudilhismo nas províncias e na América do Sul e preparado a engrenagem da peça política de centralização mais coesa que já uma vez houve na história em um grande país. De repente, por um movimento subterrâneo, que vinha de longe, a instabilidade de todas as coisas se mostrou e o sofisma do império apareceu em toda a sua nudez. A Guerra do Paraguai estava ainda a mostrar a todas as vistas os imensos defeitos de nossa organização militar e o acanhado de nossos progressos sociais, desvendando repugnantemente a chaga da escravidão e então a questão dos cativos se agita e, logo após, é seguida da questão religiosa; tudo se põe em discussão: o aparelho sofisticado das eleições, o sistema de arroxas das instituições policiais e da magistratura e inúmeros problemas econômicos; o partido liberal, expelido grosseiramente do poder, comove-se desusadamente e lança aos quatro ventos um programa de extrema democracia quase verdadeiramente um socialismo (sic); o partido republicano se organiza e inicia uma propaganda tenaz que nada faria parar. Na política é um mundo inteiro que vacila. Nas regiões do pensamento teórico o travamento da peleja foi ainda mais formidável, porque o atrasso era horroroso. Um bando de idéias novas esvoaçam sobre nós de todos os pontos do horizonte.”²

Vemos, portanto, que esse “movimento subterrâneo, que vinha de longe”, o positivismo, era antes no Brasil apenas uma “filosofia científica”; quando se junta ao “bando de idéias novas”, é encarado então como filosofia da sociedade e da história.

Não nos cabe aqui examinar a história do positivismo no Brasil; o que buscamos é compreender o papel da doutrina comtiana no segundo momento de sua evolução no pensamento nacional, quando aparece, então, como filosofia social e histórica, tentando explicar os motivos de seu êxito e até em que ponto podemos enquadrar o propagandista Silva Jardim neste quadro de pensamento, seguidor que sempre foi desta filosofia, embora nunca ortodoxo, já que também foi influenciado pelas doutrinas de Sainte-Beuve, Planche, Taine e principalmente por Luciano Cordeiro, assimilando-lhe o estilo “saccadé” e artificioso.

(2) Cf. Explicações Indispensáveis, como Prefácio dos Vários Escritos de Tobias Barreto, in Obras Completas, Ed. do Est. de Sergipe, Tomo X, 1926, p.p. XXVI — XXVII.

Verificando o trabalho publicado em 1959, **A Ilustração Brasileira e a Idéia de Universidade**, de Roque Spencer Maciel de Barros³ que caracteriza o período da história brasileira de 1868/70 à primeira grande guerra, entre outros aspectos, dois nos chamaram a atenção para reforçar o que pensamos: O “universalismo” e o sentido “prospectivo” dessa “ilustração brasileira”, vivida pelos nossos bacharéis e de capital e decisivo significado na vida nacional.

Nada mais errôneo seria imaginarmos que nossos homens do passado (românticos e bacharéis), vivessem alienados da realidade histórica, procurando apenas repetir o que a Europa ou a Norte-América lhes impusesse. Em verdade, buscaram eles modelos para tentar compreender a “sua” realidade, da mesma forma que hoje a nossa compreensão da realidade é a nossa realidade, igualmente inspirada em variados modelos.

Tal esquema de pensamento, a nosso ver, implica, pois, numa visão universalista e prospectiva do homem e de sua história, exatamente como a que marcaria a “ilustração brasileira”; e é aí justamente que o positivismo se ajustaria no sentido de afirmar a unidade fundamental do espírito humano, sua obediência a uma mesma lei de evolução, prevendo o término deste processo evolutivo. Além disto, a lei dos três estados permitia aos nossos bacharéis “progressistas”, ilustrados, cientistas, a possibilidade de compreender e principalmente interpretar a história brasileira (passada e presente), bem como novas aberturas para o futuro.

Com isto não estamos querendo afirmar que no Brasil tivéssemos tido um positivismo integral, na sua rígida ortodoxia comtista (a não ser o grupo do Apostolado Positivista), mas, sim, um positivismo instrumental, já que na maior parte das vezes justaposto a idéias liberais, que Comte tanto combatera. Seria mais precisamente o sentido eminentemente pedagógico da filosofia comtista que mais se ajustou às aspirações da nova elite intelectual de então, já com a preocupação de erguer o país ao nível do século.

É bem provável que os economistas nos contradigam nesta afirmação, pois para maior parte deles a idéia de desenvolvimento é um “efeito de demonstração”; acreditamos, contudo que, o esforço ilustrado para colocar o país ao nível do século (seja em qualquer modelo — comtista ou spenceriano, por exemplo), é, sem dúvida, um esforço “desenvolvimentista”, já que todas as nações integram uma “humanidade comum”, e suas diferenças, parece-nos, são apenas de “fase”, nunca de “natureza”, e nossa “ilustração brasileira” firmava o “necessário” para o processo de desenvolvimento. E se há um mito moderno das etapas necessárias do de-

(3) BARROS, Roque Spencer Maciel de — **A Ilustração Brasileira e a Idéia de Universidade**, Boletim n. 241 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1959.

envolvimento econômico, também o há, e com a mesma função, no “ilustrado” das etapas da evolução humana, e essa geração do século passado teve igualmente uma aguda consciência também dos problemas de índole econômica que o processo dessa evolução naturalmente envolve.

Tais considerações, queremos crer, irão nos auxiliar a compreender melhor o trabalho de Silva Jardim e a sua significação: servindo-se do positivismo como de um instrumento para a interpretação do real, buscou sempre erguer o seu país e integrá-lo na humanidade “desenvolvida” do futuro. Atirando-se à atividade prática, fora sempre movido pelos mesmos interesses de modificação real daquela estrutura já obsoleta para a época em que vivia. Ele visava sempre algo que estaria além do que realizava, instalado, sim, num futuro que lhe parecia necessário e desejável.

Simpático que era ao positivismo, compreendia o futuro como algo que, de certo modo, se contém no passado; se a história, para Comte, é o processo do desenvolvimento do espírito, cada fase vivida pela humanidade conta, e não pode ser elidida. Neste sentido colocamos a ação do grande propagandista: quis sempre entender como o passado produziu o presente e, nesta visão, através de uma revisão adequada, o futuro. Mas entendamos bem: não criar o futuro; apenas compreendê-lo e acelerar a marcha na sua direção.

Praticamente nos parece impossível compreender o 15 de novembro de 1889, sem essa figura agitadora e semeadora dos novos ideais na preparação dos espíritos, numa verdadeira catequização das massas, nas suas reivindicações concretas aos trabalhadores e ao povo em geral, ou como já nos disse Maurício Vinhas de Queiroz⁴ “o precursor do socialismo científico no Brasil”, já que, sabia Silva Jardim que não era a vontade do homem que explicava as transformações: existem normas sociais, que não podemos desconhecer ou delas fugir. É nesta formulação que se aproxima de Karl Marx, quando nos ensina que a consciente atividade dos homens pode “acelerar ou retardar” a marcha da evolução social.

Tal qual os teóricos do socialismo contemporâneo, Silva Jardim observou que o movimento social apresenta duas formas: a evolutiva e a revolucionária, concluindo que a última etapa de uma evolução é sempre um ato revolucionário. E Silva Jardim compreendia bem a época em que vivia: nos últimos dias do Império Brasileiro os republicanos não formavam um todo homogêneo; ao contrário, apresentavam interesses antagônicos, e o único ponto que os identificava era a aspiração comum do novo regime. Os positivistas ortodoxos (caso de um Teixeira Mendes ou Miguel Lemos), aspiravam atingir a República apenas pela evangelização dos espíritos (daí os apelos feitos a Pedro II para que se prestasse a ser um

(4) QUEIROZ, Maurício Vinhas de — *Paixão e Morte de Silva Jardim* (Coleção Retratos do Brasil, vol. 57). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

instrumento dessa gradual transformação, e ele próprio poderia vir a ser o presidente perpétuo). Outros, os “politiqueiros *soi-disant* republicanos”, interessados apenas em posições, acostumados aos cambalachos (era o caso de uma ala do Partido Republicano de São Paulo). Outros ainda, principalmente senhores de terra ou burgueses (sobretudo ainda em São Paulo), bastante ligados à sua origem rural, que não viam claramente as vantagens da mudança do regime, principalmente com relação às relações de trabalho.

Daí toda a preocupação e todo pensamento do jovem tribuno: conscientizar e consolidar o verdadeiro núcleo revolucionário, agrupar os verdadeiros defensores da causa e alijar aqueles que se diziam republicanos, mas, no fundo, não passavam de oportunistas e aproveitadores da situação.

Isto significa dizer que a República no Brasil foi fruto de uma curiosíssima conjunção de forças: a da propaganda dos republicanos históricos que vinham desde 1870 e obedeciam a Quintino Bocaiúva; a dos exaltados que seguiam o jovem e brilhante orador Silva Jardim; a dos políticos desencantados (conservadores e liberais, monárquicos depois da Abolição); a dos abolicionistas, da linha de Joaquim Nabuco e a dos federalistas de Rui Barbosa..

Quer nos parecer que um dos erros mais profundos de toda a propaganda revolucionária de Silva Jardim contra o Império — uma espécie de oportunismo com relação a muitos proprietários rurais, no momento irritados com o governo imperial, por haver este cedido à Abolição — fez com que nosso revolucionário dissesse: “o que é preciso fazer é consolidar a Abolição, desviando a indignação (dos proprietários rurais), contra a princesa e contra o trono, e de um projeto de indenização para a aspiração à República; é isto que é preciso proclamar e instituir”.⁵

Parece-nos que Silva Jardim não se apercebeu ou não teve mesmo consciência da verdadeira correlação das forças em jogo, nos diferentes momentos de alguns de seus vários “meetings”. Porque, em verdade, no Brasil de todas as épocas, os homens e as instituições sempre se mantiveram na posição de um paradoxal antagonismo, inacreditável, certas vezes, ocultando uma veemente aversão pelo ajuste de suas próprias razões ou necessidades. Daí a formação de grupos insatisfeitos, despidos de compreensão própria na relatividade do amadurecimento das concepções. Somos desta ou daquela opinião, porque não a temos em verdade! Daí igualmente, a luta entre Individualismo e Idealismo que se pode apreciar em nossa evolução histórica.

(5) JARDIM, Antonio da Silva — *Memórias e Viagens, Campanha de um Propagandista (1887 — 1890)*. Lisboa, Tipografia da Companhia Nacional Editora, 1891.

O que queremos com isto afirmar é que nesses momentos históricos do século XIX, observamos que a “reuropeização” acarreta seus seus efeitos no Brasil, abruptamente, da herança portuguesa às formas econômicas, jurídicas e políticas da Europa Moderna, do liberalismo econômico, do parlamentarismo, da monarquia constitucional, e de tantos mitos progressistas... Mas, em verdade, como nos diz Florestan Fernandes:

... “trata-se sobretudo de uma europeização dos níveis de aspiração das classes dominantes ou de suas elites dirigentes, nem sempre dos modos de agir, raramente dos modos de ser e muito superficialmente do estilo de vida acessível a todos. Em suma, o que se transfere, de imediato, não é nem um padrão de cultura nem um padrão de integração da ordem social. A transferência se deu ao nível das normas, instituições e valores sociais, que iriam orientar o comportamento verbalizado, primeiro, e o comportamento efetivo, em seguida, através da cooperação ou do conflito, na direção daqueles padrões. Nesse sentido, o que prevaleceu, como força histórico-social dinâmica, foi a identificação com a civilização ocidental, a qual explica os vários caminhos tomados pelos diferentes círculos das camadas dominantes para ajustar interesses sócio-econômicos mais ou menos toscos e imediatistas às estruturas econômicas, sociais e jurídico-políticas requeridas pelo capitalismo”.⁶

Isto significa dizer que havia uma série de contradições entre os modelos considerados ideais e as formas reais de organização social vividas no Brasil daquela época (último quartel do século XIX), onde as tensões eram inúmeras e podiam ser manipuladas dentro de uma mesma classe social⁷, de acordo com seus interesses, e permanecendo num círculo vicioso: economicamente débil e com estruturas sociais demasiadamente rígidas, determinando-nos um processo extremamente lento, descontínuo e convulsivo, como já mencionamos, e ainda mais, onde poucas, bem poucas mesmo, eram as inteligências vibrantes e capazes de conduzir massas a alguma real mudança. Aliás, o que é bem entendível; se os homens não tinham condições para formarem consciência das relações que deveriam existir entre técnicas, valores e objetivos sociais em suas vidas, é evidente também que o caminho para correlacioná-los institucionalmente ficaria bloqueado, fazendo com que qualquer processo de inovação se esvaziasse.

Pelo interessante testemunho colhido do jornal “A Cidade do Rio” podemos confirmar o que mencionamos:

... O desalento nacional precisava de um choque de civismo e de coragem para desempenhar a consciência anquilosada pelo meio social de hipocrisia.

(6) FERNANDES, Florestan — **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento** (Biblioteca de Ciências Sociais). Rio de Janeiro, Zahar, 1968, página 25.

(7) Utilizamos no transcorrer de nosso trabalho a expressão “classe social”, apenas para definir as camadas de população, sem nos atermos ao sentido sociológico de maneira geral.

... Depois que o imperador deixou o poder, ficou bem patente aos olhos de todos a corrupção profunda do império. ... Sua Majestade praticava Maquiavel com finura e elegância.

... A Regência, porém, é desastrosa: as suas execuções são cruéis, como a de Isabel de Inglaterra; a sua altivez desdenhosa lembra a de Isabel de Espanha.

... Está hoje fora de dúvida que o país foi reduzido aos favoritos de palácio. ... Quando um governo qualquer assim procede, só os desbriados, os mercenários, os famintos podem sustentá-lo.

... Daí acreditarmos que a Regência desconhecia a difícil arte de governar, pois administrar já não lhe era peculiar..."⁸

Eis o porquê dessa geração de Silva Jardim ser muito simplista em termos de política: o uso do poder era o máximo objetivo a ser atingido, já que através dele conseguir-se-ia a estabilidade social, provocando a circulação das elites no poder. Daí a pretensão de Silva Jardim em querer que o Estado republicano se tornasse o ponto de convergência e de equilíbrio dos interesses sociais comuns das diferentes classes, aproveitando os ânimos patrióticos do cidadão comum⁹. Entretanto, veremos posteriormente que o Estado republicano não se consolidou nesse esquema; muito pelo contrário, herdou o poder das classes sociais dominantes, não dispondo de meios para incluir os demais estratos sociais. O povo manteve-se apático, passivo, divorciado de todo o processo.

Queremos deixar claro que os conceitos de grupo social, classes sociais, sociedade, emitidos por Silva Jardim em vários de seus opúsculos, baseiam-se, em grande parte, nos conceitos comtianos, que, com relação a conceito de grupo social, muito antes de Marx, já distinguia ele entre estrutura e superestrutura nas sociedades, não com estes termos, evidentemente, mas com igual nitidez de conceitos. Diz Comte: "...**Aucune société réelle et compacte ne peut se former et se maintenir sans l'influence d'un système d'idées quelconque, capable de surmonter l'opposition des tendances individuelles, si prononcées à l'origine et de les faire concourir à un ordre constant**"¹⁰. E conclui: **Par cette mémorable innovation, la capacité industrielle put se développer, se perfectionner, s'étendre, et les nations purent s'organiser dans toutes leurs parties sur une base industrielle, la tête seule de la société restant militaire, ainsi que la direction générale dont elle continuait à demeurer en possession**"¹¹.

(8) "O Favoritismo". A Cidade do Rio, Rio de Janeiro, ano II, nº 26, fevereiro 3, 1888, página 1.

(9) Explica-se pois, o porquê de Silva Jardim em pretender uma revolução para a solução Republicana, embora o propósito revolucionário impeça que a racionalidade se torne absoluta. O levante armado é uma forma especial de luta política; tem leis próprias de desenvolvimento que devem ser aprendidas, e Karl Marx expressou isto com extrema clareza quando escreveu que "a revolta é uma arte, como a guerra". Lenin, *Ausgewählte Werke*, Viena, 1925, pág. 448.

(10) COMTE, Auguste — Opúsculo de 1825. In *Système de Politique Positive ou Traité de Sociologie*. Apêndice, vol. IV, Paris, 1854, pág. 143.

(11) COMTE, Auguste — Opúsculo de 1820. op. cit., pág. 6.

Pode-se, pois, observar que a mudança social se faz, então, de maneira dialética nas relações entre essas capacidades sociais novas que surgiam e os poderes temporal e espiritual que já existiam, mostrando-nos, portanto, e apenas à guisa de uma exemplificação, essa noção dialética de mudança social em Comte, aparentemente análoga à de Mark e que, em alguns momentos, também se faz sentir em Silva Jardim.

São notórias em seu pensar as influências dos socialistas utópicos de 1848 em França, antecipando o método tipológico contemporâneo, à maneira de Durkheim, Jellinek e Weber, com relação aos tipos históricos de organização social: o militar e o industrial, ou seja, passar-se-ia do tipo militar para o industrial (no primeiro, o domínio se faria sobre pessoas, e no segundo, sobre coisas, sobre a própria natureza).

Embora saibamos que a sociologia atual seja praticamente contrária à evolução (e o próprio Silva Jardim seria mesmo mais pela revolução), no sentido do século XIX, não há como negar que o conceito de diferenciação ainda mantenha as mesmas notas essenciais: à medida que uma sociedade vai se tornando mais densa, mais rica em estrutura, se vai tornando, por igual, mais diferenciada, mais fecunda em órgãos com funções específicas.

Tanto para Comte como para Silva Jardim o governo deveria intervir no mercado da mão-de-obra, regular e organizar a vida econômica, para que a divisão do trabalho não viesse acarretar a dissolução da sociedade, isto é, conservar a organização espontânea da estratificação das forças econômicas que surgem e se mantêm na sociedade.

Daí, em vários "meetings"¹² realizados por Silva Jardim, observarmos sempre as suas determinações comuns a todos os grupos sociais potenciais ou efetivos de oposição (independentemente da dimensão cronológica), e, em muitos movimentos, estes grupos sociais de oposição, assumindo formas de castas, estamentos e classes sociais, fazendo-nos concluir que a luta política por ele defendida feriu-se entre a nobreza e a burguesia, isto é, entre o estamento e a classe. Para ele, as formações sociais de castas eram um extremismo de relações sociais petrificadas, oprimidas que foram pela casta dominante, e a decorrência natural então, de não haver "lutas de classes" (de castas). Viu, igualmente, na Monarquia Brasileira um Estado feudal-absolutista, com uma sociedade marca-

(12) Preferimos conservar o termo "meeting", que a imprensa do século XIX tão larga e indistintamente mantinha, pela força representativa desta reunião ou convívio popular. Conforme explicação dada em "Neologismos Indispensáveis - VI" GAZETA DE NOTÍCIAS, ano XV, nº 77, Rio de Janeiro, Março 18, 1889, pág. 2, extraímos a seguinte explicação: "MEETING", palavra inglesa, adotada pelos franceses, posto que significa "reunião", "ajustamento". Tem quando empregada em inglês, em francês e até na própria língua portuguesa (!), a especial acepção de uma "reunião de povo", quase sempre, ou antes, sempre convocada por orador, que se dirige as massas populares para tratar de assuntos políticos".

damente estamental, ao mesmo tempo possibilitando a constituição da burguesia como classe social.

Por outro lado, observamos, pelo depoimento de Aquino Fonseca, que

“nenhuma transformação social se dá, sem que a força propulsora d'essa mudança resida n'um indivíduo ou grupos de indivíduos. E são as idéias que os animam, e neles se identificam, que dão-lhes energia, força e coragem no doloroso caminho da propaganda e do proselitismo”.¹³

Concordava, sem dúvida alguma, ao afirmar essa mudança social, com os mesmos propósitos de Silva Jardim, no sentido de que na evolução histórica todo ideal de justiça, direito, liberdade, reformas igualitárias, sugestões políticas, passam, infalivelmente, do simples período de meditação ao da agitação, ou seja, da reflexão à prática, e desta maneira todos têm uma missão a cumprir.

Constatamos que, no instante em que a organização político-econômica começa a não consorciar-se com as necessidades éticas e intelectuais da sociedade, esta, forçosamente subdivide-se em dois grupos, que travam guerra recíproca (seria a força da conservação e a tendência à renovação).

(13) FONSECA, Aquino — “A República Rio-Grandense” (Ext. da Introdução aos Apontamentos para a História das Revoluções Pernambucanas, obra inédita). *Revista Federal*, Rio de Janeiro, ano I, nº 5, pág. 3, Setembro 20, 1886.

CAPÍTULO I

A PERSONALIDADE DE SILVA JARDIM

Aos 18 de agosto de 1860, em Capivari de Cima, então pertencente à paróquia de Nossa Senhora da Lapa, Município de Capivari, Comarca do Rio Bonito, na Província do Rio de Janeiro, nascia o menino Antonio da Silva Jardim, filho dos pequenos lavradores Gabriel da Silva e de Felismina Leopoldina de Mendonça Jardim.

De ascendência genuinamente brasileira, pois suas famílias, entrelaçadas, pertenciam a São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, desde muito cedo iria demonstrar este “nativismo”¹ em todas as suas ações, sentimento este que com ele continuaria à medida que seus conhecimentos filosóficos, literários e espirituais evoluíssem; pela sua origem modesta e pela falta de recursos que por longos e penosos anos teve que enfrentar, observamos que esta sua “fé” inabalável na “pátria” e sua força ferrenha para que os homens viessem a se aperceber disto, sempre persistiu, dentro daquela circunspeção que o caracterizava. Porém, há-de se notar igualmente, que o culto à “Família” é uma outra acentuada característica desta personalidade que, ao mesmo tempo grave, é humorística, simples e metódica, homem de caráter enfim, pois, deixando de lado gastos supérfluos de vida pessoal, procurando auxiliar a subsistência de sua família, ao mesmo tempo que se impunha, e isto desde muito jovem, a hábitos de estudo, já que ele próprio se declarava com um grande amor às letras, demonstrando que o “amor às letras não é questão do hábito, mas, sim, uma lei inata, diante da qual o homem não pode fugir”.²

Por outro lado, notamos em uma de suas afirmações o seu verdadeiro estado d'alma:

“É na mocidade que o homem é realmente homem. Todas as energias para o sofrimento, todas as audácias empreendedoras, todos os impulsos cavalheirescos e dignos, todo o frescor da inteligência, toda a disposição para o trabalho, concentram-se nesta quadra excepcional da existência, em que se aprende a rir da fome, a encarar com afronta a miséria, e a vencer os obstáculos, pela noite alta, à luz do candieiro,

(1) Nativismo foi aqui empregado na sua mais simples concepção: “de amor à terra natal” (n. do a.).

(2) JARDIM, Antonio da Silva — Carta de 30 de outubro de 1876. Apud José Leão — Apontamentos para a Biografia do Ilustre Propagandista, Hauridos nas Informações Paternas e Dados Particulares e Oficiais. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1895, pág. 31.

iluminados pela estrela do futuro, para sempre resplandecente no horizonte da vida".³

Sua precocidade foi notória desde a primeira infância, pois, aos onze meses de idade já balbuciava as primeiras palavras e caminhava seus primeiros passos, e, com apenas seis anos possuía um desenvolvimento moral e religioso superior às crianças de sua idade.

À medida que vai amadurecendo, vamos observando nos seus primeiros artigos em "jornaizinhos" uma atitude crítica e reformuladora, fora do comum, a tal ponto que iria merecer repreensões de seu pai que temia por esta atitude, criticando-a e julgando suas publicações "exaltadas" e "acriançoladas". Contava, então, dezesseis anos, e, respondendo ao pai, dizia:

"... os meus escritos são todos literários como os que publiquei no *Labarum* sobre Galicismos e Tiradentes. Quererá referir-se a este último? Eu creio que não será crime manifestar alguém suas idéias, desde que não ofenda a pessoa alguma.

O homem tem liberdade de pensar, diz o Padre Barbe.

As idéias que expendo sobre Tiradentes nada têm de exaltadinhas, pois ninguém pode deixar de concordar com elas. Fala-se aí de relance sobre o absolutismo... e quem o deseja?

Quem não quer liberdade?

Também não tem nada de acriançoladas, porque muitos anciãos as seguem. Quanto a comprometer-me, não creia.

Antes assim fosse, porque era isso uma prova de que ligavam apreço à minha pessoa.

Era minha intenção concluir o estudo sobre Tiradentes, no qual, pretendia mesmo ganhar algum dinheiro; mas, à vista de semelhante proibição, não o farei.

As idéias que tenho a aditar são consentâneas à maneira por que principiei o trabalho e não posso modificá-las. A todos devemos o respeito e veneração, mas a ninguém o sacrifício de nossa consciência. As idéias expendidas são filhas da civilização; quem atualmente fizer obras que tenham o cunho dos séculos XV ou XVI, esteja certo de que nada conseguirá! Por conseguinte, não tenho receio de haver escrito coisa alguma que me possa comprometer.

É verdade que quem me ler sabe logo quais são minhas crenças políticas, mas terei sempre muito prazer nisso, porque não necessito ocultá-las".⁴

Realmente esta resposta veio em razão de um trabalho realizado sobre Tiradentes, onde Silva Jardim fazia toda uma demonstração de sua vida intelectual e de seus conceitos básicos; assim,

(3) JARDIM, Antonio da Silva — *Memórias e Viagens*, pág. 177.

(4) Cf. LEÃO, José, op. cit., pág. 22.

considerava o Indivíduo uma abstracção necessária ao estudo social; a Sociedade, um vasto e poderoso organismo; a Família, um ser real e coletivo, a Pátria, ente que nasce filha dos próprios filhos. Assim, todo homem, em sua concepção, seria digno de incorporar-se à Pátria, desde que bom cidadão, o que lhe é, antes de mais nada, um dever, e de uma maneira muito fácil isso seria conseguido: bastando-lhe amar a própria terra, ao mesmo tempo que mantendo o culto dos grandes mortos pela Liberdade.

Sua grande vocação ao magistério, que desde cedo é manifestada, leva-o, em 1881, a dedicar-se totalmente a ele, regendo a cadeira da Escola anexa à Normal, onde propagava o "Método João de Deus"⁵ para o ensino da língua materna; aliás, foi ele o primeiro professor do Estado de São Paulo a utilizar esse método de palavrção para o ensino da leitura, tornando-o conhecido através de conferências realizadas em diferentes cidades desse Estado.

Foi em companhia do grande educador João Kopke que criou em janeiro de 1884 o primeiro estabelecimento de ensino primário-modelo, a que chamou "Escola Neutralidade".

Apologista do método João de Deus, leva igualmente sua palavra à Província do Espírito Santo, em Vitória, em Junho de 1882, realizando sete conferências e com lições diárias sobre o referido método, obtendo bons resultados. É bem provável mesmo que Silva Jardim tenha feito parte de uma comissão para a reforma programática do ensino, cuja proposição básica era uma escola bastante ativa e cujo decreto-resolução é de 15 de setembro de 1882, referindo-se o mesmo que esta reforma fora elaborada por uma comissão assaz competente, e de acordo com os princípios pedagógicos da época.⁶

Em 1883, prestando concurso para a cadeira de Língua Portuguesa na Escola Normal, é nomeado lente, regendo-a cerca de três anos, com ótimos resultados, quando então deixa esse posto, para residir em Santos (1886), abrindo banca de advocacia em companhia de seu cunhado Dr. Martim Francisco Filho.

Mas, a vocação de mestre acompanha-o, pois, observando que Santos, tão adiantada comercialmente, não possuía sequer um

(5) João de Deus pretendia aprefeioar o estilo de seus discípulos, que a seu ver tinham uma linguagem cheia de vícios, e, para tanto propunha que as primeiras lições fossem apenas de conversa sobre objetos familiares aos alunos; a seguir, a formação de pequenas frases com as próprias palavras do livro de leitura adotado, que deveriam ser apenas insinuadas pelo professor, mas formuladas pelas crianças, para então depois passarem à descrição de objetos, narrações de casos, redacção de cartas, etc. A fonologia, deveria, pois, aparecer só após estas etapas terem sido cumpridas bem como todas as demais partes em que se divide a Gramática Portuguesa, no que Silva Jardim plenamente concordava, já que para ele a gramática era "a linguagem falada em regra".

(6) OLIVEIRA, José Feliciano de — *O Ensino em São Paulo. Algumas Reminiscências*, São Paulo, Tipografia Siqueira, 1932, pág. 30.

estabelecimento de ensino, que correspondesse realmente às suas necessidades, funda a “Escola José Bonifácio”, apoiada nos moldes do ensino intuitivo, e abrangendo dois cursos: o primário e o secundário.

Observa-se que no período de 1890 a 1895 essas preocupações de reformas escolares vão prosseguir, em decorrência da fragilidade e inoperância da instrução pública dada no período monárquico, embora ficassem apenas ainda na teoria, e isto mesmo em São Paulo, apesar dos regulamentos e regimentos de 1877 e 1888, porque na prática, como nos dizia Júlio Ribeiro, na *Procellaria* era uma lástima⁷, sendo sua afirmação confirmada também pelo Diário Popular, na publicação serial “O Novo Regimen”⁸.

Ao lado dessa vocação, que diríamos mesmo inata em Silva Jardim ao magistério, segue-lhe de perto e desde muito cedo mesmo, sua grande preocupação com a propaganda política, em verdade maior do que propriamente com a atividade literária, e neste sentido, igualmente, observamos que era um dos motivos pelos quais Silva Jardim não era bem visto pelos estudantes das Arcadas, enquanto que era aplaudidíssimo pelos do Rio Grande do Sul, bem como pelos de Pernambuco, e pelo grupo fluminense.

Pela Carta de Silva Jardim, de 28 de outubro de 1877, podemos bem observar suas diretrizes de vida:

- a) estudar muito, porém com método, sem prejuízo da saúde;
- b) dormir o necessário (para ele 6 horas);
- c) limitar as relações com as famílias de meu conhecimento, de modo a só ser encontrado em dois lugares: em casa e nas aulas;
- d) seguir em tudo seus conselhos sobre a direção de minha vida, pondo de parte qualquer opinião de falsos amigos;
- e) ser o mais modesto possível;
- f) e finalmente não aparecer em público senão em determinadas ocasiões e sempre com um fim nobre e elevado”⁹.

Com isto podemos mais uma vez salientar que Silva Jardim, o pequenino e magro homem de estatura diminuta, era realmente um indivíduo de singular organização, de metas rígidas, enérgicas e revolucionárias, sempre disposto a enfrentar perigos, extremamente responsável, afastando os egoístas, os incompetentes e os irresponsáveis, repudiando a mentira, enfim, homem de sólidos princípios morais, resguardando-se de todos os excessos, uma vez que não admitia vícios, nem sequer mesmo, o hábito de fumar.

(7) *Procellaria* — São Paulo, Novembro 11, 1887.

(8) “O Novo Regimen” — *Diário Popular*, São Paulo, abril 2, 1888, pág. 3.

(9) Cf. LEÃO, José — *Op. cit.* pág. 24.

Sentimos nesta proposição de vida de Silva Jardim uma influência muito próxima do pensamento de Hippolyte Taine, que é um modelo de probidade e lógica segura, embora tendencioso, o que não deixou de ser perigoso, sobretudo à sistematização e à abstração. Porém, em compensação, o estilo de ambos é o mais concreto possível, riquíssimo, vigoroso e cheio de imagens, refletindo bem a influência da raça, do momento histórico e do meio, embora, muitas vezes admitindo a natureza benéfica dos caracteres.

Fazia parte de seus planos, entre outros:

“a) o combate ao parlamentarismo; b) exigia a concentração política e a conseqüente descentralização administrativa; c) a liberdade religiosa, bem como o casamento civil, o registro civil e a secularização dos cemitérios; d) a liberdade da palavra; e) a reforma total do ensino em geral; f) a independência do proletariado; e g) a idéia da indenização”.¹⁰

Embora afirmasse por várias vezes que a sua tarefa era a de um “propagandista político”, deixava sempre claro que não o era de um apóstolo doutrinário (daí a sua grande distância da ortodoxia positivista). Acreditava mesmo que em política dever-se-ia sempre dizer a verdade, mas tal verdade deveria ser dita apenas àqueles que realmente soubessem apreciá-la. Daí sua preocupação, em todas as suas “conferências-meetings”, em orientar a “massa” para a idéia da “coisa pública”, porque, observador como era, conhecia a psicologia das multidões, e acreditava que elas precisavam ser preparadas se se quisesse transmitir-lhes algo.

Isto nos convence de que em Silva Jardim havia uma preocupação muito grande em analisar as condições econômicas de sua geração, passando desta análise à da psicologia social para uma possível explicação de sua ideologia. Com isto não estamos afirmando, naturalmente, que exista certa alma social, ou certo “espírito” popular coletivo que se desenvolva de acordo com leis próprias e que se manifeste na vida social, pois, seria simplesmente um puro misticismo; mas antes uma análise da existência social para determinar as formas de consciências. Devemos, por outro lado, levar em conta, que a História não pode limitar-se à anatomia da sociedade, mas deve apresentar todo o conjunto dos fenômenos, condicionados direta ou indiretamente pela economia social, inclusive o trabalho de imaginação.

Daí acreditarmos que numa história das ideologias, possamos explicar, em grande parte, o surgimento, a modificação e a destruição das associações de idéias sob a influência do surgimento, da modificação e da destruição de determinadas combinações de forças sociais, uma vez que a História é única e indivisível.¹¹

(10) JARDIM, Antonio da Silva — *Memórias e Viagens*, pág. 331.

(11) PLEKHANOV, G. — *A Concepção Materialista da História*. Rio de Janeiro, Vitória, 1963, 2ª ed., pág. 67.

Sentimos em Silva Jardim, de uma forma muito clara quando se refere, às “massas”, a influência de Augustin Saint-Beuve, poeta, crítico literário e historiador francês, que considerava a atividade do indivíduo como independente das suas condições sociais. Observemos, portanto, o que escreveu Saint-Beuve, no artigo dedicado à terceira edição da História da Revolução Francesa, de Mignet:

“A la vue des vastes et profondes émotions populaires qu’il avait a décrire, au spectacle de l’impuissance et du méant où tombent les plus sublimes génies, les vertus les plus saintes, alors que les masses se soulèvent, il s’est pris de pitié pour les individus, n’a vu en eux pris isolément que faiblesse et ne leur a reconnu d’action efficace, que dans leur union avec la multitude”.¹²

Tanto quanto Saint-Beuve, Silva Jardim sabia muito bem que as “decisões súbitas” da vontade do homem não surgem sem razão, mas sim, como resultado dos acontecimentos da vida privada, muitas vezes. O próprio Silva Jardim dizia: “É bom cozinhar as expressões antes de as dizer; e o ato de contrição quanto mais íntimo mais verdadeiro”.¹³

Atualmente não podemos mais considerar a natureza humana como a causa determinante e mais geral do movimento histórico; se ela é constante, não pode explicar o curso variável da História, e se é mutável, é evidente que suas mudanças são condicionadas pelo movimento histórico. Há, portanto, hoje necessidade de se reconhecer que a causa determinante e mais geral do movimento histórico da humanidade é o desenvolvimento das forças produtivas, que condicionam as sucessivas mudanças nas relações sociais do homem. Enfim, a influência das causas particulares é completada pela ação das causas singulares, ou seja, pela ação das particularidades individuais dos homens públicos e por outras “casualidades”, através das quais os acontecimentos adquirem seu aspecto particular.

Assim, o nosso focalizado é grande não porque suas particularidades individuais imprimiram-lhe uma fisionomia individual aos grandes acontecimentos históricos que viveu, mas porque foi dotado de particularidades que o tornaram o indivíduo capaz de servir às grandes necessidades político-sociais de sua época, surgidas sob influências de causas gerais e particulares. Poderíamos, pois, repetindo o historiador inglês Thomas Carlyle em sua conhecida obra sobre os heróis, chamar os grandes homens de “iniciadores” (Beginners), pois, realmente, um grande homem é um verdadeiro iniciador, já que vê mais longe que os outros, ao mesmo tempo que aspira mais ardorosamente que os demais¹⁴. E Silva Jardim nunca deixou de mencionar, quer em suas cartas, quer em seus

(12) Idem, pág. 91.

(13) JARDIM, Antonio da Silva — Memórias e Viagens, pág. 95.

(14) CARLYLE, Thomas — Os Heróis e o Culto dos Heróis, SP, Melhoramentos, s/d, traduzido por Antonio Ruas.

“meetings”, que estaria disposto a “sacrificar sua vida pelo próximo, pela Pátria”. Ao lado destas afirmações observamos nele também um respeito e dedicação muito grande à Família (aliás como não poderia deixar de ser, pela própria influência positivista), e principalmente considerando a mulher como mãe, esposa, irmã e filha, extremamente úteis ao lar pela grandeza do coração e dedicação, que a seu ver excedia mesmo ao dos homens, mas absolutamente prejudiciais fora do mesmo, já pelo seu físico, quanto pelo moral ou mesmo intelectual. Fisicamente julgava-as extremamente delicadas e sujeitas a acidentes que as impediriam de uma pontualidade tão necessária aos serviços do Estado; moralmente, seu patriotismo era mais convencional e submisso do que real, e intelectualmente, embora muito sagazes, não seriam capazes de análises e grandes deduções. Daí estarem elas na total dependência dos homens, que deveriam garantir e orientar seu futuro.¹⁵

Nesse sentido não fugia em absoluto às tendências gerais do século XIX, onde apenas dois caminhos se abriam às mulheres: o matrimônio ou o convento. Isto significa dizer que concordava plenamente com as duas tendências individualistas, de raça e de sexo, que teriam se unido no homem patriarcal, criador ou organizador dos valores mais característicos de nossa diferenciação social ou nacional. As tendências coletivistas, de raça e de sexo, ter-se-iam reunido, com mais força, na mulher-mãe, amante, esposa ou ama, e esta alternativa, do casamento ou do convento, não podia deixar de favorecer o desenvolvimento intensivo da arte de sedução, que a ele não passou, portanto, despercebida...

Quanto à parte educacional, observa que há falhas sensíveis na época, aliás como anteriormente já mencionamos, uma vez que inexiste a educação popular, já que a instrução é puramente literária, notando sempre a ausência de uma formação intermediária no Brasil, aquela que deveria destinar-se a todas as classes e não apenas aos privilegiados, uma vez que observava não haver escolas suficientes que habilitassem os que quisessem se destinar à carreira das artes, do comércio ou da lavoura. Daí o seu batalhar pela liberdade de pensamento e de expressão, para que realmente houvesse um desenvolvimento cultural autêntico, e a sua proposição de utilização, cada vez maior, de comunicação com as massas, de maneira clara, simples e fidedigna, embora afirmasse que o professor deveria ser um “homem enciclopédico”, pois, só desta maneira seria versátil para atender às necessidades de todos que se lhe acercassem. Acreditava Silva Jardim que “tudo pode falhar de um momento para outro, mas não o que se tenha adquirido de coração, de espírito e de caráter: das coisas instáveis é a mais estável”¹⁶

(15) JARDIM, Antonio da Silva — Carta de 6 de outubro de 1885, sobre a educação da irmã, mãe, esposa, filhos, se o pai viesse a morrer. Apud LEÃO, José — op. cit. páginas 130/131.

(16) JARDIM, Antonio da Silva — Carta de 20 de outubro de 1885. Apud LEÃO, José — op. cit. pág. 143.

Observamos que Silva Jardim não exagerava nossa realidade pelos depoimentos da época, coletados na imprensa, apontando-nos as falhas de nossa vida material e cultural. Senão vejamos:

“Se há um país com pretensões a civilizado em que os mais vitais problemas estejam exigindo uma urgente solução de acordo com as tendências progressistas da época, se se pode conceber um país novo, em que já se acentue mais francamente a inépcia e a falta de patriotismo de seus diretores e a desastrada insuficiência de suas leis, esse país é, por certo, o Brasil.

...As suas forças produtoras são criminosamente esbanjadas por uma casta de privilegiados ociosos e pela incapacidade administrativa de seus homens políticos, e enquanto uma dívida enorme sempre crescente, complicando-se com o assustador decréscimo das rendas públicas, ameaça os futuros destinos da nação, esta vê afastar-se de suas ubérrimas terras incultas a moralizadora corrente imigratória.

... A instrução pública, derramada com alguma abundância pelas escolas superiores, onde só se habilita apenas uma diminuta parcela da nação, torna-se irrisória e ridícula nas escolas primárias, tanto pela carência destas como pela insuficiência prática das disciplinas nelas administradas...”¹⁷

Outro interessante testemunho, com relação à educação e caráter do brasileiro da época aludida, nos é dado por Aquino Fonseca, quando nos escreve:

“Muitos há que têm caráter e ficam inativos, outros que o não possuem, mas têm talento e são passivos. Daí a fórmula quase invariável, que a educação monárquica estabeleceu para seus gozos e abastanças: — o brasileiro quando tem caráter é um indiferente, quando tem talento não possui nem vislumbres de caráter.

Contra ela, porém, — digamos para a honra da América, reagimos nós, os republicanos coevos, que guardamos, em arca santa, as preciosas tradições dos nossos maiores, daqueles mesmos cujas normas de patriotismo, abnegação e sacrifício da própria individualidade são o protesto eloqüente contra as influências de raça, e outras tantas causas, apregoadas pelos corrompidos e pelos corruptores.

Certamente que a mesologia de um povo se modifica; e há dois fatores de primeira ordem: a instrução e o exemplo.

A instrução, esta o imperialismo monopolizou, ou sujeitou a um estalão, que mede mais as suas conveniências do que a grandeza e prosperidade da pátria. E o exemplo? Demo-lo nós, os republicanos. Vejamos as suas individualidades, e comecemos por aquela que se acha ainda afastada de nós”.¹⁸

Ainda, para aquilatar-se do descaso em que se encontrava a educação no Brasil, anotamos:

(17) “O Nosso Estado”. *Revista Federal*, Rio de Janeiro, ano I, nº 3, Agosto 10, 1886, pág. 1.

(18) *Revista Federal*, nº 6, Outubro 31. Rio de Janeiro, ano I, 1886, pág. 6.

“... Na terra de cegos, quem tem um olho é rei; — o Sr. D. Pedro II quer cegar os brasileiros para mais livremente governar !

Não há negá-lo; de ano em ano, de dia em dia, vai decaindo o caráter brasileiro que elevou-se a uma altura de Tiradentes e ainda de José Bonifácio, é verdade, mas que, de então para nossos dias desce com uma vertiginosa carreira, que fatalmente o levará à meta da degradação, a qual já não está longe.”¹⁹

Não nos é difícil, pois, afirmar que Silva Jardim foi um grande brasileiro, com oposição continuada às instituições e pessoas, às doutrinas e convicções do seu tempo, com sinceridade, sempre acompanhada da honestidade mais acrisolada no que dizia, grande polemista, com obra diversificada e razoavelmente ampla, mas de temas centrais admiravelmente idealistas.

É difícil apresentar um gênio desse porte, sem que alguns críticos procurem vê-lo por um prisma parcial, que não merece. Seus escritos, se são fontes para estudos doutrinários, não são definições doutrinárias; foi antes um observador e crítico, sempre com grande objetividade, verdadeiro demolidor de erros contra os quais se atirou implacavelmente, já que não admitia obstinações equívocas e opunha-se às mesmas com grande calor, certo da pureza da causa que defendia. Sua inteligência vibrátil, sua percepção imediata tê-lo-iam predisposto a um papel dos mais agigantados, se a vida lhe houvesse permitido.

Sua vocação política e social foi sempre muito clara, não apenas nas lides acadêmicas entre os partidos internos da Faculdade de Direito de São Paulo, mas também representando as lutas partidárias da própria política.²⁰ O que há de menos interessante nessas pugnas é exatamente o feitio partidário, onde as idéias submergem ao sabor da paixão política, pois não se faz doutrina. Os grandes ideais da humanidade hoje servem os partidos e não há, geralmente, movimento de idéias puramente por amor à verdade, e, sim, pelo triunfo do partido a cujo

(19) “Causas e Efeitos” — *O Combate*, Rio de Janeiro, Ano I, nº 6, Abril 17, 1880, pág. 3.

(20) Silva Jardim pertenceu, em seus tempos de Academia, à “bucha”, e, entre esta e a Maçonaria, serviu ele como elemento de ligação, juntamente com Teófilo Dias. O “bucheiro” Rangel Pestana, elogia-o vastamente. Posteriormente, romperia não só com a “bucha”, como também com Teófilo Dias. No entanto, não concordamos com as afirmações de Gustavo Barroso, em sua *História Secreta do Brasil*, quando nos diz ter Silva Jardim sido mantido nos cursos preparatórios à Faculdade de Direito de São Paulo, e mesmo no seu curso de bacharel pela “bucha”. Sabemos que Silva Jardim trabalhava para manter-se, seja como professor, seja como revisor e redator do jornal “A Tribuna Liberal”, de São Paulo, órgão do Partido Liberal, convidado que fora por Inglês de Souza. Jamais aproveitou-se ele, de qualquer posição alcançada com sua brilhante inteligência, para tirar partido econômico desta situação. Mesmo anos mais tarde, quando transfere residência para a cidade de Santos a fim de ali iniciar verdadeiramente sua campanha propagandista, colocou, por estar sem recursos econômicos, seus bens em leilão. (“A Província de São Paulo”, São Paulo, nº 3328, ano XII, Maio 19, 1886, pág. 3).

serviço foram postas, esfarrapadas, as mais belas idéias e os mais ardentes esforços, sem que isto nada fira o idealismo de cada um, tão apreciável, muitas vezes.

Quando Silva Jardim pensava, era de uma lucidez completa intensa, impetuoso e eloqüente no falar, panfletário por excelência, publicista de estilo vertiginoso, na estrutura de seu pensamento um curioso, um farejador, onde não via apenas por ver, mas para procurar a verdade, preocupando-se com assuntos graves, profundos, de ordem religiosa, política, filosófica, social, não sendo, porém, nem teólogo, nem doutrinador político, nem filósofo ou sociólogo.

Suas polêmicas não eram mordazes, pois não as fazia por maldade e, sim, por amor à verdade. Esse aspecto polemista de Silva Jardim podemos concluí-lo na conta da sua formação eminentemente francesa. A polêmica é quase um hábito intelectual francês, e só pode sustentar polêmica quem está realmente convencido do que defende, quem tem cultura suficiente para fazê-lo e a necessária ponderação, espírito, e mesmo independência. E ele tinha das suas convicções, sólida base doutrinária e histórica que lhe permitiam arguir e afirmar com confiança. Era corajoso e ia até a temeridade, não receando as conseqüências, como nos provam seus escritos.

As páginas escritas por Silva Jardim são modelares no gênero da polêmica. Cultura, vernáculo, verve, tudo ali é de primeira, mostrando-se sempre um titã invencível. Seus argumentos científicos revelavam nele um leitor assíduo das coisas da ciência, perfeitamente a par das últimas hipóteses e das últimas conquistas. A justiça era a sua "qualité maitresse".

O patriotismo de Silva Jardim era feito de convicção e ciência, e a isso juntava um ardente sincero amor à verdade, já que toda sua filosofia é a do vigor, honestidade e senso comum, desprezando todos os ideais dos que, não podendo agir no momento, puseram seus ideais acima do tempo e deixaram teorias e postulados de que outros, com trabalhos sucessivos, tiraram protestos admiráveis para os práticos. De nossa política, nada escapou, pois, ao seu olhar clínico...

Mas a hora da morte é incerta: entre a eternidade e o tempo, há algo de indeterminado de que só temos uma idéia pela contagem do que antecede e do que fica atrás das nossas ações. É a inflexível lógica do tempo, que não nos dá acordo de nós, parecendo sempre que nos encontramos dentro da eternidade.

Sua morte ocorrida nas lavas do Vesúvio, a 19 de julho de 1891, prova-nos mais uma vez sua audácia e curiosidade frente as coisas que o cercavam, tudo querendo analisar para melhor compreender. Não foi um suicídio como alguns maldosos, ou menos esclarecidos de sua

campanha ousaram lançar, sobre sua morte prematura, ligando à desilusão que sofrera e que o levou a emigrar de sua pátria.

Para reforçar a tese do acidente de sua morte, lê-se na correspondência consular, que Silva Jardim aproximou-se demasiadamente das fendas da cratera e por elas foi tragado.

Embora não nos tenha sido possível localizar o processo aberto na época da morte de Silva Jardim, contra o guia — Domenico Casciello — que o acompanhava, para podermos, com documentação, afirmar o acidente de seu falecimento, temos em nossas mãos uma carta do atual Consul Brasileiro em Nápoles, que após haver realizado minuciosa investigação nos Arquivos Judiciários Napolitanos, bem como no Arquivo do Consulado, praticamente destruídos durante a II Guerra Mundial, tornando-, pois, impossível a localização do referido processo, pelo noticiário da imprensa da época (européia e brasileira), pelos depoimentos de seus contemporâneos, temos a certeza de que um homem da têmpera de Silva Jardim, do valor de sua criatividade, da honestidade de sua conduta, jamais se deixaria levar por uma obstinação suicida.

Confirmando nossa afirmação, de que não fora sua morte um suicídio, poderíamos ainda mencionar opiniões de alguns contemporâneos seus, como, por exemplo, a de Fernando Martins Bonilha Junior, que, em 1895 escrevia:

“... Para nós, porém, tal convicção é inaceitável, pois que, por mais de uma vez nos disse o ilustre brasileiro que, se um dia fosse à Europa, não deixaria de visitar Nápoles, e que de preferência a tudo, iria observar de perto o Vesúvio, a fim de admirar as suas belezas, que eram tantas e notáveis que chamaram a atenção do notável historiador Plínio, o Velho. Foi, portanto, a fatalidade dessa idéia há muito assente, que nos arrebatou o grande patriota”.²¹

Igualmente nos afirma não ter sido suicídio sua morte, Pinheiro Chagas, escritor português, que também relata o episódio, e mostrando ter sido mesmo acidente.²² O mesmo nos diz José Leão:

“Não foi um suicídio como se ouve dizer a cada passo. Silva Jardim não conheceu a descrença, que só acomete os fracos, nem enveredou jamais pela demência, que ocasiona a morte aos sem ventura”.²³

(21) BONILHA JÚNIOR, Fernando Martins — *Fonologia Portuguesa. Precedida dos Traços Biográficos do Dr. Antonio da Silva Jardim*, São Paulo, Tipo-Litografia Ribeiro, 1895.

(22) *O Século*, Rio de Janeiro, julho 10, 1891, In Artigos de Imprensa, páginas 453 e seguintes.

(23) LEÃO, José — op. cit. páginas 288/289

campanha ousaram lançar, sobre sua morte prematura, ligando à desilusão que sofrera e que o levou a emigrar de sua pátria.

Para reforçar a tese do acidente de sua morte, lê-se na correspondência consular, que Silva Jardim aproximou-se demasiadamente das fendas da cratera e por elas foi tragado.

Embora não nos tenha sido possível localizar o processo aberto na época da morte de Silva Jardim, contra o guia — Domenico Casciello — que o acompanhava, para podermos, com documentação, afirmar o acidente de seu falecimento, temos em nossas mãos uma carta do atual Consul Brasileiro em Nápoles, que após haver realizado minuciosa investigação nos Arquivos Judiciários Napolitanos, bem como no Arquivo do Consulado, praticamente destruídos durante a II Guerra Mundial, tornando-, pois, impossível a localização do referido processo, pelo noticiário da imprensa da época (européia e brasileira), pelos depoimentos de seus contemporâneos, temos a certeza de que um homem da têmpera de Silva Jardim, do valor de sua criatividade, da honestidade de sua conduta, jamais se deixaria levar por uma obstinação suicida.

Confirmando nossa afirmação, de que não fora sua morte um suicídio, poderíamos ainda mencionar opiniões de alguns contemporâneos seus, como, por exemplo, a de Fernando Martins Bonilha Junior, que, em 1895 escrevia:

“... Para nós, porém, tal convicção é inaceitável, pois que, por mais de uma vez nos disse o ilustre brasileiro que, se um dia fosse à Europa, não deixaria de visitar Nápoles, e que de preferência a tudo, iria observar de perto o Vesúvio, a fim de admirar as suas belezas, que eram tantas e notáveis que chamaram a atenção do notável historiador Plínio, o Velho. Foi, portanto, a fatalidade dessa idéia há muito assente, que nos arrebatou o grande patriota”.²¹

Igualmente nos afirma não ter sido suicídio sua morte, Pinheiro Chagas, escritor português, que também relata o episódio, e mostrando ter sido mesmo acidente.²² O mesmo nos diz José Leão:

“Não foi um suicídio como se ouve dizer a cada passo. Silva Jardim não conheceu a descrença, que só acomete os fracos, nem enveredou jamais pela demência, que ocasiona a morte aos sem ventura”.²³

(21) BONILHA JÚNIOR, Fernando Martins — *Fonologia Portuguesa. Precedida dos Traços Biográficos do Dr. Antonio da Silva Jardim*, São Paulo, Tipo-Litografia Ribeiro, 1895.

(22) *O Século*, Rio de Janeiro, julho 10, 1891, In Artigos de Imprensa, páginas 453 e seguintes.

(23) LEÃO, José — op. cit. páginas 288/289

Por outro lado, se quiséssemos considerar um dos princípios mais ousados da doutrina freudiana, segundo o qual a morte acidental não passa de um suicídio inconsciente, talvez nos deixássemos levar para a explicação do fim trágico desse jovem tribuno republicano. Mas, se relembrarmos a persistência ainda do espírito romântico brasileiro de fins de século XIX, completado pelo desejo de aventura de todos aqueles que iam a Nápoles, com o intuito de escalar o Vesúvio, para depois, regressando ao país, contar aos amigos sua façanha, podemos confirmar nossa afirmação, reforçando-a com depoimentos expressivos, coletados na revista "Guanabara", descrevendo uma ascensão ao Vesúvio:

"... Chegamos a um lugar — dizia ele — onde a lava estava vermelha e queimava a ponta dos nossos bordões, quando nela se esfregava, e fomos para o lado do vento, que era o da parte de Nápoles e era o da espera do dia. O ar, ainda que finíssimo e frio, era temperado pelo calor do sol, mas logo que o vento cedia, tanto o fétido como o calor, tornavam-se insuportáveis; e ainda tenho aqui o lenço que lá me serviu, que parece ter sido mergulhado num banho sulfúreo. Depois de longa espera começamos a ver por trás do turbilhão de fumo a luz aparecer e tão felizes fomos que estava o céu puríssimo. Ávidos como estávamos da contemplação de um espetáculo tão singular, começamos logo a margear a cratera e a ver aquele funil imenso, cujo aspecto não se pode descrever. Por ignorância comecei a descer pela cratera e tinha já feito uns setenta passos, quando ouvi o guia bradar-me para que voltasse, pois estava em perigo de vida; voltei logo como um menino e só depois é que sabe do perigo que correrá".²⁴

Como se não bastasse tal depoimento, lembramo-nos de outro, descrito pelo Visconde Nogueira da Gama, onde nos mostra os apuros pelos quais passou quando de sua excursão à Itália, em 1855, quando nos revela: "Tínhamos ouvido dizer que ir a Nápoles e não subir ao Vesúvio, era o mesmo que ir a Roma e não ver o Papa"²⁵. E para não cometer essa falha, nos diz da sua imprudência, quando, viajando com um amigo, Amaral Vergueiro, que, juntamente com a esposa em estado de gravidez, os acompanhou a esse temeroso e desejado passeio. Tudo corria bem até a base da montanha, quando a pé, ou puxados por cordas, ou empurrados pelos "lazzaroni", iam através das lavas amontoadas, obstruindo o único meio de acesso. Em decorrência da insistência do guia para que percorressem o cume da montanha, lá se foram eles, quando, o vento, mudando sua direção, atirou-lhes uma coluna de fumo carregada de enxofre. Apavorados, correram, enquanto que a mulher do Visconde quase desfalecia. Praticamente quase asfixiados, conseguiram salvar-se, galgando uma pequena elevação, quando, então, puderam retornar, tossindo e vomitando enxofre. Ao contemplar a esposa, Nogueira da Gama ouviu dela o seguinte comentário: "Pois eu, apesar de tudo, não estou arrependida".

(24) Revista Guanabara, Duas Cartas de Araújo Porto Alegre a Evaristo da Veiga, datadas de Nápoles, Rio de Janeiro, 1835, 1850.

(25) GAMA, Visconde Nogueira da — *Minhas Memórias*, Magalhães, RJ, 1893.

Por aí, realmente se observa o que anteriormente mencionamos: esse passeio era praticamente obrigatório aos turistas dessa época romântica...

E por que não acreditar então que Silva Jardim, quando chegara a Nápolis em 1891, sentiu despertar esse mesmo espírito? Desprendido como era, empreendedor como sempre se mostrou, quis ele, naturalmente, enfrentar aqueles riscos de que tanto ouvira falar. E, pelas informações de Francisco Cunha,²⁶ observa-se que Silva Jardim, ao aproximar-se do Vesúvio, expandia-se com grande eloquência e entusiasmo, recordando Plínio, o Velho, rindo-se das advertências do guia, para, logo em seguida, desaparecer...

Na Revista Ilustrada, encontramos igualmente, uma das mais calorosas justificações e sentimentos pelo seu passamento:

“...E longe da pátria, na lendária Itália, foi morrer com a alma dilacerada pelos grandes sofrimentos, asfixiado pelas evaporações sulfurosas do Vesúvio. A sua morte foi como a dos grandes pássaros feridos em pleno coração — rápida. O prêmio da morte é, às vezes, mais sincero que o dos homens”.²⁷

Foi, de fato, por largo tempo que a imprensa toda do país lamentou o desaparecimento de tão vigoroso espírito, sendo que a discussão sobre seu trágico passamento, atingiu, sobremaneira, as camadas populares. E em favor da família desse inditoso e intemerato republicano, inúmeras subscrições correram no país, após sua morte.

Representou ele um desses padrões de patriotismo que devem ser objeto de consagração e estudo das gerações. Sim, gênio da liberdade é o que ele foi. Bateu-se desde a adolescência até a morte pela Liberdade, por essa liberdade que é justiça !

Que o seu nome seja efetivamente o símbolo da República e o elo de união entre todos quantos amem sinceramente a República e querem vê-la forte, engrandecida e gloriosa.

(26) CUNHA, Francisco — Propaganda contra o Império! Reminiscências, na Imprensa e na Diplomacia 1870-1910. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1914, pág. 865.

(27) Revista Ilustrada, Rio de Janeiro, nº 625, julho 1891, pág. 2.

O MEIO, O PENSAMENTO POLÍTICO E O CARÁTER GERAL DAS
"CONFERÊNCIAS – MEETINGS" DE SILVA JARDIM

Nesses derradeiros anos do Império a sociedade brasileira apresentava alguns sinais de mudança, que a diferenciavam da primeira metade do século XIX. No entanto, a classe constituída pelos senhores de terras e de escravos — os "barões" do Império, antecessores dos "coronéis" da República, era ainda dominante e absoluta. "Seu destino", escreve Virgínio Santa Rosa

"era um dilema imperioso: ou vivia subjugada à terra na madraçaria das caçadas e pescarias e multiplicando a plebe das senzalas, ou fugia à realidade triste, empavonando-se de bovarismo, entulhando-se de bacharelise. E quase sempre, em todos os casos, os grandes fazendeiros, ciosos da hegemonia política, despachavam os filhos para os bancos e exames das Faculdades de Direito de Recife e de São Paulo. Alí, eles se adestravam em prélis oratórios, cultivavam os dotes poéticos, exacerbando a imaginação já exaustivamente exacerbada pelos sóis tropicais. Esses eram os futuros dirigentes nascidos no latifúndio e esquecidos do espírito de terra pela atração empolgante das cortes européias.

Todavia, antes de tudo, por detrás desse bovarismo de suntuosidades literárias, eles eram principalmente filhos dos grandes fazendeiros, os representantes dos inumeráveis interesses latifundiários, os componentes das oligarquias e clãs políticos que constituíram a realidade nacional".¹

Ao seu lado, apercebemo-nos de uma incipiente classe média composta de elementos ligados à atividade comercial, à exportação e importação, gravitando em torno da órbita da classe senhorial, e o comércio "tout court", dedicado às pequenas transações de um limitado mercado interno.

Além dessa classe, a do funcionalismo; os profissionais liberais, em grande parte procedentes da classe comercial e do funcionalismo; os militares, que geralmente abraçavam essa carreira para conseguirem instrução, (porque não possuíam boas condições econômicas para se manterem estudando); os intelectuais, quase todos funcionários; os sacerdotes, como os militares, geralmente de famílias pobres, e que procuravam os seminários também para obter instrução; os pequenos proprietários agrícolas; os tra-

(1) SANTA ROSA, Virgínio — O Sentido do Tenentismo, Rio de Janeiro, 1933, pág. 14/15.

balhadores, na sua maioria escravos; os trabalhadores livres, oriundos das primeiras levas de imigrantes, embora pouco numerosos.²

Contudo, essa burguesia não teve forças para, radicalmente, alterar a sociedade, e iria cristalizar-se em torno de uma nova força: O Exército Nacional. Segundo San Tiago Dantas,

“não se tem dado o relevo devido a este fato capital de nossa história; a identificação do Exército com a classe média. Se é verdade que entre nós a classe média não surge com a estrutura econômica robusta que lhe daria tanta influência no destino de outras sociedades, é certo também que essa deficiência surge compensada pela concentração de força política, que lhe seria proporcionada pelo surgimento de um verdadeiro poder novo: o poder militar. Foi a partir da Guerra do Paraguai que o Exército ganhou, entre nós, a estabilidade e a coesão internas que dele fariam, daí por diante, o ponto de maior resistência de nosso organismo político. A monarquia agrária, impregnada de civilismo não quis ou não soube captar a nova força, para a qual também não contribuíram os filhos da aristocracia produtora de algodão, açúcar e café. Na classe média é que o Exército vai colher os seus oficiais, alguns vindos de soldados, outros preparados nesse centro de estudos da classe média, que seria por oposição às faculdades jurídicas da aristocracia, desde 1874, a Escola Militar”.³

Portanto, torna-se lugar comum falar que três fatos foram os mais significativos para a queda do Império Brasileiro: A Abolição da Escravatura, a denominada Questão Religiosa e a Questão Militar, embora nos pareça muito mais incisivo e definitivo para tal esfacelamento, o reconhecimento da efetivação de uma maior dinâmica nas forças motrizes da economia do Império, que, se não teve a suficiente força para romper as amarras do subdesenvolvimento, foi, pelo menos suficiente para provocar o grande desequilíbrio no imobilismo colonial em que até então se alicerçavam as estruturas do país, exigindo modificações sócio-políticas imediatamente inerentes às novas condições. No entanto, como as rédeas do poder político se encontravam em mãos de uma camada social ligada ao meio rural, e cujos interesses não mais encontravam consonância como momento histórico, não permitiram concessões, acirraram-se as contradições que acabaram por corroer e destruir o edifício imperial.

As próprias estatísticas nos demonstram isto: o Império chegava ao seu ápice e com ele os germens do seu próprio organismo em estado de superação que o destruiriam.

(2) Cf. CARDOSO, Leontina Licínio — Licínio Cardoso seu Pensamento, sua Obra, sua Vida, Rio de Janeiro, Ed. Zélio Valverde, 1944, pág. 22.

(3) DANTAS, San Tiago — Dois Momentos de Rui, Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1949, pág. 17/18.

Com a Abolição, os barões rurais, indignados, com a Monarquia, desinteressaram-se pelo destino da mesma, e muitos deles ingressaram no Partido Republicano, (muitos talvez pensando até numa possível indenização pelas perdas sofridas com a Abolição), fato este que se vinculava bem à profecia do Barão de Cotegipe, quando disse à Princesa Isabel que ela ganhara a Abolição, mas perdera o trono.

Com relação à Questão Religiosa, é sempre oportuno lembrar-se que a história do clero brasileiro, sobretudo durante o Império, é mais de ordem econômico-social do que propriamente espiritual.

A nossa religiosidade era mais de hábito do que de fé, e os próprios viajantes estrangeiros que percorrem o Brasil por esta época, caso, por exemplo, de um Saint-Hilaire, Kidder, e tantos outros, já observavam isto. A influência do clero se fazia sentir mais dentro de um espírito de fanatismo, fruto da própria ignorância do povo, não sendo nada propício à teologia, dando-se bem, portanto, com o regalismo. Poucos eram aqueles que, zelosos dos princípios teológicos, do direito canônico, revoltavam-se com o regalismo e com o sincretismo da massa popular, eram, aliás, inconscientes de seu verdadeiro papel.

Os representantes destes, poderíamos chamar “elite clerical” — seria o caso de D. Vital de Oliveira (bispo de Recife) e de D. Antônio de Macedo Costa (bispo do Pará), e, que, por isso mesmo, entrariam em choque com o governo imperial, dando origem à questão religiosa, que duraria de 1872 a 1875.

Seu início ocorreu no Rio de Janeiro, em 1872, e nada mais foi do que uma divergência dos bispos e da maçonaria. Nessa ocasião, a Maçonaria realizou uma festa em homenagem ao seu grão-mestre o Visconde do Rio Branco, pela lei da libertação dos filhos de escravos (28-09-1871), e um padre maçom, fizera um discurso maçônico, e por isto, fora suspenso de ordem pelo bispo. Iniciar-se-ia, assim, a luta que envolveu alguns bispos, a maçonaria e o governo.

D. Vital, anti-maçom, proibira qualquer manifestação deste tipo, e os maçons seguros de sua força política, publicaram uma lista envolvendo nomes importantes, inclusive de padres, que faziam parte dessa ordem. D. Vital suspende a todos eles e ordena que os maçons fossem eliminados das irmandades religiosas. Ninguém o obedeceu, e os maçons apelaram à Coroa, e esta, pelo Conselho de Estado, atendeu-os. A 12 de junho de 1873, o governo ordenou que o bispo levantasse o interdito e deixasse tranquilos os maçons em suas irmandades. Ante a recusa de D. Vital, o governo retirou o interdito.

Pelas mesmas razões, no Pará, iria sofrer D. Antônio de Macedo Costa, e, em 1874, os dois bispos foram condenados a quatro anos de prisão. Todavia essa questão religiosa não foi uma causa imediata da Re-

pública, porque tal querela foi praticamente ignorada pelo povo, bem como pela indiferença dos intelectuais; porém, o alto clero, daí para frente torna-se indiferente à Monarquia, e alguns de seus representantes passam a aceitar a idéia da República.

Com relação à Questão Militar, escreve Nelson Werneck Sodré:

“Desde que empresara a autonomia, a classes senhorial articulava o seu sistema de força militar em três suportes principais: a Marinha, a Guarda Nacional e a tropa mercenária. Criada em 1831 (...), a Guarda Nacional era o poder específico da classe senhorial. Sua organização regional, seu processo de recrutamento, confundindo no titular do comando o titular da propriedade, suas missões taxativas caracterizavam a instituição. Ela se destinava a manter os privilégios da classe dominante e era acionada pelos seus elementos. O poder militar era assumido, assim, em cada propriedade, pelo detentor do poder econômico diretamente”.⁴

Com a Guerra do Paraguai aquela tradição foi alterada, pois, só uma força militar específica, profissional, atenderia às necessidades do conflito, força essa que foi recrutada na classe média, plenamente constituída em 1870, quando a guerra chegou ao seu fim.⁵

A classe dominante não tinha simpatias pelo Exército, tratando-os como subalternos, e o próprio Imperador assemelhava-se nessa atitude. E os propagandistas republicanos, aproveitando-se dessa oportunidade, explorariam a desconfiança existente entre oficiais e políticos monárquicos, para expandir suas idéias, já que, se fôssemos claramente definir a situação política dos militares nessa época, observaríamos que, de conformidade com o art. 6º da Carta de 1824, o militar, no rigor da palavra, era um “cidadão brasileiro”, e neste sentido com direitos de dizer ao Ministro, ou a qualquer superior, — “estais fora da lei, exerceis um arbítrio absoluto que não tendes e não podeis ser obedecido; não vos obedecemos”. E são sobejamente conhecidas as ordens emitidas por dois ministros liberais e um conservador, proibindo aos militares o uso da imprensa, principalmente em sua defesa natural, e a atitude do Governo, que, prevalecendo-se de um poder discricionário, mandou punir, com prisão, e repreensão aos militares que usaram de seu meio legal de defesa pois, se a ordem fosse acatada, ficariam sob sanção penal. Não nos parece, portanto, terem-se constituído numa posição ilegítima ou revolucionária, pois, só há desobediência quando a ordem é legal, e, em opondo-se à ordens legais, não estaria ofendendo a segurança pública e muito menos sufocando as instituições, já que o serviço militar ordinário continuava a ser cumprido, as ordenanças aplicadas ao país e as ordens legais, do ministro, acatadas. Aliás, se observarmos a

(4) SODRÉ, Nelson Werneck — *Introdução à Revolução Brasileira*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1958, pág. 183.

(5) SODRÉ, Nelson Werneck — *op. cit.*, pág. 184.

Lei Militar de 21 de janeiro de 1772 (o Alvará), notamos que há uma declaração explícita de que as ordens contrárias à lei não podem e nem devem ser acatadas e, efetivamente deveriam ser cumpridos os direitos consagrados na Carta de 1824.

Daí podermos entender a afirmação de Saldanha Marinho de que “O Segundo Reinado tem quase que exclusivamente se mantido à custa da subserviência militar. ... O futuro do Brasil virá indubitavelmente do consórcio naturalíssimo do exército e do povo”.⁶ E em verdade, estas duas forças — o exército e parte da camada da população, a primeira mais intensa, menos extensa, a segunda, fundindo-se ambas numa só coletividade, a dos cidadãos, dentro de um espírito de dignidade e de solidariedade com um regulador supremo, a pátria. No entanto para a monarquia, o exército deveria oprimir as outras classes sociais e o governo, por sua vez, deveria oprimir o exército, havendo só uma classe garantida: a oligarquia dinástica, que procurava sempre fazer dos homens d’armas uma classe de “servos passivos”, ainda mais coata que a do funcionalismo público burocrático, ou que a do próprio clero.

Percebe-se facilmente o porquê dos batalhões serem compostos da escória da sociedade brasileira, e para que se completasse esse domínio absoluto, foi confiada a sua direção suprema a indivíduos completamente alheios ao ofício — à direção dos doutores os quais decidiam dos altos negócios da defesa do país, sem possuírem a menor idéia da arte militar, nem mesmo do convencionalismo de sinais usados para distinguir um anspeçada de um alferes...⁷

Naturalmente, os republicanos colocaram-se ao lado do exército, num voto de confiança, para poder realmente corresponder às aspirações patrióticas.

Confirmando o que acima dissemos anotamos interessante comentário assinado por “Historicus”⁸;

... Em outros países onde existem exércitos organizados, não se encontram repartições de guerra com pessoal de empregados civis, a não ser aquelas cujas funções exigem habilitações especiais, impróprias de militares, como as de contabilidade, contencioso e fiscalização das despesas.

Constituir, porém, junto aos Ministros da Guerra e da Marinha, uma seção de conselheiros, que nada entendem de assuntos militares, é colocar quase sempre aquelas entidades em circunstâncias precárias, quando têm de decidir sobre qualquer questão de serviço.

(6) *Revista Federal* ano II, nº 1, maio 31, Rio de Janeiro, 1887, pág. 3.

(7) Ver a respeito: SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*, Rio, ou Civilização Brasileira, 1965, pág. 128 e seguintes; MAGALHÃES, J. B. *Evolução Militar do Brasil*, R. J., s/e, 1958, pág. 273/296.

(8) Consultadas várias obras sobre pseudônimos brasileiros, não foi possível identificar quem o teria usado.

Um bacharel em direito, ou médico, opinando sobre negócios técnicos da armada e do exército, discutindo sobre armamentos, munições e organização das forças de mar e terra, é caso de tal originalidade, que surpreenderá de certo, ao estrangeiro que estudar as nossas coisas públicas.

... Parece, em suma, que entre nós é inteiramente desconhecido o salutar preceito dos ingleses, tão citado pelos nossos parlamentares: — *The right man on the right place*".⁹

E, em verdade, esta inversão de papéis e poderes, essa corrupção generalizada proposta pelo regime governamental decadente, fazia com que o indivíduo se esquecesse do cumprimento de seus deveres, apagando-se-lhe no coração o amor da pátria, e tornando-o descrente dos valores morais da sociedade em que vivia.

E o que nos surpreende deveras, em meio a tudo isso, era a sinceridade "cômica" com que os chamados "partidos políticos", de então, se moviam em torno dessa "camarilha", e as hesitações do povo em reivindicar os seus direitos. Contra isso, em todos os momentos de sua árdua e vigorosa campanha pública, era que Silva Jardim se voltava, para que o lugar da soberania nacional não fosse perpetuamente ocupado por um grupo de insistentes mercadores, tentando sempre convencer e modificar a opinião pública, que a pior das oligarquias políticas é a da velhice, da posição, do número, da conveniência, da falsa respeitabilidade, da prudência, e da sabedoria, que nas épocas de revolução e de transformação social são irmãs da corrupção, do despotismo, da anarquia, da hipocrisia, da pusilanimidade.

Repetindo aqui Evaristo de Moraes, anotamos:

...é incontestável, que, sem prestarem as forças armadas adesão aos que queriam a mudança total de regime político, os propósitos republicanos não se teriam realizado tão cedo. Pelo menos, não adviria a República em vida de D. Pedro II. Todos os outros fatores — a propaganda republicana, o desgosto da plutocracia agrícola por motivos da Abolição, o descrédito a que tinham descido os partidos chamados constitucionais, a decadência física e mental do Imperador, a forte oposição ao Terceiro Reinado — não bastariam para determinar um movimento revolucionário capaz de derrubar o Império".¹⁰

Se os acontecimentos que assinalaram o alvorecer republicano no Brasil, não são de grande significação, a mudança realmente o foi.

"A República importava, sem dúvida, em dar alguns passos à frente na alteração de uma estrutura obsoleta. O Império era a reação e o atraso, e o conformismo com ambos. A República abria perspectivas a reformas intransferíveis".¹¹

(9) "Movimento Político" — *Gazeta da Tarde*, ano IX, nº 107, maio 12, Rio de Janeiro, 1888, pág. 1.

(10) MORAES, Evaristo de — *Da Monarquia para a República*. Rio de Janeiro, Athena, s/d., pág. 75.

(11) SODRÉ, Nelson WERNECK — *Formação Histórica do Brasil*. 2ª ed., p. 275 São Paulo, Brasiliense, 1963.

É importante igualmente mencionar-se que a propaganda republicana no Brasil não resultou de um perfeito entrosamento entre os seus componentes: havia diferenças de idéias, de tendências, de temperamentos, de interesses, enfim, de conflitos tais de ambições, que pouco a pouco determinou a formação de alas e correntes, motivando opções ou colisões mais ou menos violentas, embora as conveniências partidárias tentassem ocultá-las ou moderá-las. Dentre estas divergências, quer nos parecer, que a mais profunda fora a que criara para o Partido Republicano Brasileiro, a crise de chefia, (que se definiu mais nitidamente em 1889), polarizando-se os dois grupos em torno das mais significativas figuras dessa propaganda: Quintino Bocaiúva e Silva Jardim.

Por largo período, a chefia do Partido coubera a Saldanha Maranhão; porém, à medida que este se afastava do exercício desta função, era a Quintino Bocaiúva que iam sendo atribuídas as funções diretoras, principalmente por sua atitude moderada e prudente. Em contraposição, Silva Jardim, muito mais jovem, muito mais impetuoso e mais arrebatado, não queria aceitar o ritmo lento da campanha, e sobretudo os métodos empregados por Quintino Bocaiúva, ou seja, de proselitismo sem provocação. Silva Jardim queria esforço mais violento para um resultado imediato, uma vez que distinguia no Partido Republicano, duas camadas: uma “dos mais apressados e mais liberais e outra dos mais conservadores, dos mais moderados”.¹² E entre essas duas alas, Quintino Bocaiúva procurava ser mediador.

À guisa de exemplificação, anotamos o fato ocorrido em 1881, no Congresso Republicano do Rio de Janeiro, numa censura feita por Quintino Bocaiúva aos correligionários, que se mostravam mais abolicionistas que republicanos, a atitude radical de Silva Jardim que não admitia prioridades entre as duas reivindicações — Abolicionismo e República.¹³ Achava que as duas causas de tal forma eram interligadas, que não se poderia compreender, e muito menos justificar-se, o republicano que não fosse abolicionista. Chegou a propor, no início de 1888, que a lei que se houvesse de elaborar para a solução do problema, se reduzisse a dois artigos: “Artigo Primeiro — Fica Abolida a escravidão no Brasil. Artigo Segundo — Pedimos perdão ao mundo por não tê-lo feito há mais tempo”.¹⁴

Depois da Lei Áurea, embora os motivos de divergência fossem outros, já que os abolicionistas radicais não haviam encontrado o apoio esperado entre os republicanos, julgaram como uma ingratidão contra a Redentora, as campanhas que prosseguiram, e uma Guarda Negra foi organiza-

(12) LIMA SOBRINHO, Barbosa — *Presença de Alberto Torres (Sua Vida e Pensamento)*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1968, pág. 70.

(13) Ver: BOEHRER, George C. A. — *Da Monarquia à República*. Rio de Janeiro, MEC, 1954, pág. 270 e seguintes.

(14) JARDIM, Antonio da Silva — *A Pátria em Perigo (Bragança e Orléans)*, São Paulo, Tipografia da Província, 1888, pág. 22.

da, composta de libertos para a defesa do trono, com o fito de dissolver tais reuniões. Era presidente honorário desta Guarda Negra o Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, então presidente do Conselho de Ministros, embora José do Patrocínio fosse o seu inspirador.¹⁵

Convocando-os sob a égide redentora, Patrocínio embriagou-se e embriagou de fanatismo todo elemento bárbaro, ignorante, que a Lei Áurea soltara das grilhetas. Seu crime e temesta dirimente: a perturbação dos sentidos. Mas, jogando a raça liberta sobre os rumores da opinião, aliciando resistências para velar pelas cabeças coroadas, demolindo idéias e asfixiando sentidos em nome das “alegrias santas” da abolição, os áulicos do trono, em cada assalto levado a efeito contra a propaganda republicana, sacrificava a dinastia cavando abismos entre a pátria e a coroa”.¹⁶

A partir daí, todos os comícios e reuniões republicanas contavam com a presença da Guarda Negra, que invariavelmente os transformavam em conflitos, acobertados pela polícia e autoridades públicas. A atitude de Quintino Bocaiúva era para que os republicanos não aceitassem essa acintosa provocação, recomendando-lhes cautela e muita serenidade, enquanto Silva Jardim acreditava que era justamente deste clima que eles precisavam, para de fato criarem uma ação revolucionária. Novamente, então, as duas alas se desentendiam, e Silva Jardim, possuía todas as qualidades, como já observamos, de juventude, destemor, combatividade, para ser o líder natural da corrente radical, uma vez que não tinha subterfúgios a ninguém: não respeitava cargos, títulos, funções, idade. O que almejava era o combate às instituições monárquicas, analisando-as e criticando-as sob todos os ângulos, desde a moléstia do Imperador até a personalidade da herdeira do trono e de seu esposo. E o sucesso de suas primeiras conferências foi de tal ordem, que prossegue, partindo para várias cidades de São Paulo (Rio Claro, Limeira, São Carlos do Pinhal, Campinas, Jacareí, Pindamonhangaba, Taubaté, Guaratinguetá, Lorena), fazendo de sua idéia republicana, não apenas uma pacífica propaganda, mas um verdadeiro processo revolucionário.

Sua linguagem não era de meios termos, era direta e até mesmo provocadora, e a repercussão dessas palavras tão profundas, atingiu todo país. “Sua aparição nas hostes propagandistas assinalou um período de incitamento e direção até então desconhecidos”, testemunhava um autor da época.¹⁷

Rangel Pestana, que havia chefiado a campanha republicana em São Paulo, durante um largo período, comentava: “Com dez Silva

(15) VER: *A Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, ano III, nº 4 e 12, janeiro 5 e 16, 1889 e o nº 161, julho 20, 1889, pág. 1, bem como ORICO, Osvaldo — *O Tigre da Abolição*, São Paulo, Editora Nacional, 1931, pág. 183/185.

(16) ORICO Osvaldo — op. cit. pág. 203.

(17) BUARQUE, Felício — *Origens Republicanas*. São Paulo, Edaglit, 1962 (Temas Brasileiros, 4).

Jardim, a República se faria amanhã".¹⁸ Descia, então, a propaganda das alturas dos embates doutrinários, à multidão, que encontrava nas palavras ardentes e convincentes de Silva Jardim a orientação que lhe parecia necessária.

Com tantas divergências não demorou muito para que estourasse o problema da crise de chefia do Partido Republicano, uma vez que Quintino Bocaiúva, começou a considerar-se diminuído na sua posição de comando, e, em absoluto, concordava com a campanha que vinha sendo feita por Silva Jardim. E chegou, frente a frente, a dizer isto a Silva Jardim que nos relata em suas **Memórias e Viagens**: "O chefe republicano disse-me com franqueza e lealdade, numa conferência que tivemos, que não podia assumir a responsabilidade da propaganda no tom de combate em que estava lançada".¹⁹

Nessa ocasião, a direção do Partido Republicano estava nas mãos de um Conselho Federal, do qual faziam parte Saldanha Marinho (Presidente) e Quintino Bocaiúva (Vice-Presidente). Saldanha Marinho, então, com 73 anos de idade, passou a presidência a Quintino Bocaiúva, mas todos sentiam que faltava comando ao partido. Os demais membros do Conselho eram Ubaldino do Amaral (bastante doente no momento), Campos Salles (que morava em São Paulo e não dava efetiva assistência) e Aristides Lobo (que não se ajustava com as duas alas do Partido).

Daí, a fim de decidir a situação, ter sido convocado um congresso, reunido em São Paulo, e que não teve comparecimento expressivo das seções estaduais. Estiveram presentes representantes do Ceará, Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Minas Gerais. Ficou resolvido que o Conselho Federal seria abolido e os poderes passariam a Quintino Bocaiúva, não somente para chefiar o Partido, como para designar a comissão executiva de sua inteira confiança. Esta decisão, fora, praticamente, a condenação formal de Silva Jardim, que, no entanto, não se deu por achado, uma vez que sabia que poderia contar com a receptividade popular para a orientação revolucionária, bem como com o apoio de algumas seções provinciais, como era o caso das de Pernambuco e Rio Grande do Norte, o que, em verdade, era pouquíssimo, porque a própria seção da província fluminense também o desamparava.

Na "Coluna Republicana" do "Diário de Notícias" de 30 de maio de 1889, Alberto Torres, o grande "pensador republicano", fez uma declaração a favor de Quintino Bocaiúva, o mesmo ocorrendo com Xavier da Silveira, no "A pedidos" da "Gazeta de Notícias", do Rio de Janeiro.

(18) BUARQUE, Felício — **Origens Republicanas**. São Paulo, Edaglit, 1962 (Temas Brasileiros, 4).

(19) JARDIM, Antonio da Silva — **Memórias e Viagens**, pág. 247.

Em réplica no mesmo jornal, na seção “Política Republicana”, de 31 de maio de 1889, encontramos uma coluna: “Também ?...”, de Silva Jardim, que entre outras informações importantes nos revela:

“...Pois não desejamos para nossa pátria uma democracia eivada dos mesmos erros da monarquia democrática, uma substituição apenas de nome, um legado da monarquia, filha de uma evolução preguiçosa e cômoda, e, sim, uma República, isto é, governo responsável, cerca de todas as garantias de estabilidade e de completa liberdade (vide adesão do Dr. Sá Valle)²⁰.

Não vendo em que nisto haja desacordo com as tradições históricas do Partido Republicano, com as suas aspirações atuais e com a essência, espero que o meu jovem patrício e estimável colega, venha esclarecer-me, dizendo porque e em que nome é que me “isola”, e porque chama um exército a bater-me.

Também ?...

Olhe, não estou tão “isolado” como pensa: tenho por mim, principalmente, a abnegação de sacrificar-me à Republica depois, quem sabe: a gente não cresce por intuspecção; e mesmo assim, de grão de areia isolado, forma-se também montanha”.²¹

A situação estava nesse estado quando acaba definitivamente se transformando numa verdadeira divergência doutrinária. Silva Jardim, no seu opúsculo **A Situação Republicana**²² declarava em meados de 1889, “que não podia estar de acordo com a negação de uma corrente revolucionária no País”.

E na sua “Carta Política”, datada de 5 de janeiro e saída a 6 de janeiro de 1889 no jornal “O Paiz”, do Rio de Janeiro, dizia não reconhecer a chefia do Partido Republicano Brasileiro a Quintino Bocaiúva, redator de “O Paiz”, membro desse partido e Vice-Presidente do deposto Conselho Federal, por várias razões:

a) não o julgava legitimamente investido pela própria constituição do suposto Congresso, onde houve províncias que não se fizeram representar, e mesmo as que compareceram foram em número reduzido, e, além do mais, por ter sido ilegal, dando ditadura a um pequeno grupo paulista.

b) com esta eleição confirmava-se o que ele sentia já há meses — uma conspiração de alguns velhos elementos do Partido Republicano, que não compreendiam a situação histórica do momento.

c) achava igualmente que Quintino Bocaiúva não possuía bravura pessoal, não possuía educação intelectual apropriada, e o seu pró-

(20) JARDIM, Antonio Silva — *A Situação Republicana. (Questão da Chefia do Partido)* — IV — (Adesão do Dr. Raimundo de Sá Valle). Rio de Janeiro, Tip. da Gazete Notícias, 1889, págs. 21/22.

(21) “Seção Política Republicana — Também ?...” — *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XV, nº 151, Maio 31, 1889, pág.2.

(22) JARDIM, Antonio da Silva — *A Situação Republicana*. pág. 9.

prio manifesto isto evidenciava, e por possuir uma educação cívica feita a moldes monárquicos.

d) e principalmente para poder conservar o princípio básico do Partido Republicano, as suas gloriosas tradições, já era mais do que tempo de dar-lhe uma melhor direção, tanto política como científica e patriótica, especialmente quanto à doutrinação e processos.

“...Direção não vasada unicamente nos moldes democráticos, que o confundiram no passado com o Partido Liberal e no presente revelam o perigo de fazê-lo absorvido por este partido, o que obriga os republicanos a não aceitarem o modo porque, por falta de estudo conveniente, o Sr. Quintino Bocaiúva concebe a República, modo vago, estéril, anárquico, atrasado e utópico, segundo a celebração já retrógrada de 1870, e pois perigoso na sua aplicação ao nosso país, quando nas nações onde tal regime se realizou, partidos em massa pedem a sua reforma.

Torno-me, portanto, solidário com todos aqueles que tácita ou explicitamente repeliram, por um motivo de desejo de ação ou por uma questão de princípios, a chefia do Sr. Quintino Bocaiúva . . .

... Nestas condições, convicto de que cumpro um dever, evitando ao partido os perigos de uma direção que julgo má, e não querendo, pela solidariedade, ser responsável pelos atos dele, não reconheço a chefia do Sr. Quintino Bocaiúva, a quem de resto, respeito pelos seus serviços intermitentemente prestados à propaganda republicana “revolucionária no terreno moral desde 3 de dezembro de 1870 até 13 de maio de 1888 a quem estimo como a um republicano mais velho, malgrado nossa divergência, e a quem agradeço o cavalheirosos tratamento pessoal que comigo tem comerciado . . .

Sei que assim crio inimigos implacáveis, sei que arrisco-me a perder a popularidade, sei que junto elementos de combate ao ódio dinástico, que para mim realmente se volta e que abro mão das migalhas de poder, que, em nome do povo, me têm sido oferecidas. Sou, porém, simples e unicamente coerente com o meu passado e com as minhas afirmações públicas, lamentando o egoísmo, a fraqueza e a incompetência de muitos, que não querem ser fortes, para serem irresponsáveis²³.

Temos ainda a observar que também o Apostolado Positivista, na questão de tática, era igualmente divergente dos métodos preconizados por Silva Jardim, e, rudemente o classificava como um “demagogo”, que aparecia apenas como “um dos órgãos mais condenáveis de uma agitação demolidora, totalmente desnecessária ao advento da República no Brasil”²⁴.

E, em verdade, Silva Jardim e seus poucos adeptos estavam bem próximos do republicanismo ditatorial de Augusto Comte e da escola positivista, do que das idéias liberal-democráticas do Manifesto de 1870.

(23) JARDIM, Antonio da Silva — *A Situação Republicana*, págs. 5/7.

(24) MENDES, Teixeira — *Benjamim Constant, Esboço de uma Apreciação Sintética da Vida e da Obra do Fundador da República Brasileira*. Rio de Janeiro, Leuzinger, s/d, pág. 226.

O que não o impediu de, posteriormente, pretender uma “presidência poderosa, instituída pela vontade popular, a princípio por aclamação, e sujeita, em seguida, ao sufrágio universal — capaz de ser autoridade na qual se deposite uma cautelosa confiança, inteiramente responsável, punível, continuamente fiscalizada pela Assembléia Nacional, Câmara financeira, e pela opinião pública, por meio de todos os seus órgãos, tornada, assim, o delegado representativo da Pátria, símbolo da Liberdade — e, pois, o Governo, na combinação feliz dos dois elementos que esta palavra resume: Poder e Povo”.²⁵

Em sua concepção de República, Silva Jardim incluía a “elevação dos fracos, dos desprotegidos, dessa enorme massa do proletariado, até agora não domiciliada, acampada, sim, na sociedade moderna”.²⁶ Portanto, não queria uma revolução de classe selecionada, mas uma insurreição geral. Dizia “... Apelamos para todos os que a Pátria habitam, a fim de que nos auxiliem no trabalho e na regeneração da pátria. Pedimos o concurso da mulher, porque sabemos que sem o impulso de seu coração, jamais revolução gloriosa ou reforma eficaz o homem realizou; pedimos o concurso dos moços porque sabemos na mocidade alia-se o entusiasmo científico ao entusiasmo patriótico; pedimos o concurso dos velhos porque sabemos que a sua inflexão consagra e santifica o denodo cívico, o impulso rebelde e a audácia política. Pedimos o concurso de todos, qualquer que seja a sua nacionalidade — dos estrangeiros — se é que essa palavra “estrangeiros” existe nos nossos dicionários — a que colaborem conosco na reorganização da terra que adotaram”. E, finalmente, se “a revolução abolicionista fêz-se nos quilombos e fazendas, a revolução política precisa ser feita nas ruas, e em torno dos palácios do Imperante e de seus ministros... Nada pode dispensar, portanto, um movimento francamente revolucionário...”.²⁷

Essas idéias básicas da propaganda de Silva Jardim também eram as de Anibal Falcão e dos republicanos pernambucanos, que, como vimos, discordavam frontalmente de Quintino Bocaiúva, desejoso de uma democracia, que, a seu ver, não chegaria à vitória com o apoio do povo, principalmente pelo elevado índice de analfabetismo do país e pelas eleições fraudulentas tão comuns na época. Daí querer se limitar apenas à derrubada da Monarquia, porque, as outras coisas viriam, com vagar, como decorrências de soluções mais práticas de organização e coordenação do novo Estado republicano.

E, em verdade, às vésperas do 15 de novembro de 1889, o Partido Republicano permanecia ainda ideologicamente dividido, embora fiel

(25) JARDIM, Antonio da Silva — *A Situação Republicana*. pág. 11.

(26) JARDIM, Antonio da Silva — *A República no Brasil*, Recife, Tip. d'O Norte, 1889, pág. 16.

(27) JARDIM, Antonio da Silva, apud QUEIROS, Maurício Vinhas de — *Uma Garanta e Alguns Níqueis*, Rio de Janeiro, Aurora Ltda, 1947, pág. 23.

às idéias esboçadas no Manifesto de 1870, ou seja, comprometido com o republicanismo democrático, com o federalismo e a não-violência. Aqueles que pretenderam o republicanismo ditatorial, a centralização, o separatismo e a revolução, não controlaram, pois, o Partido.

Convém ressaltar que em todas as conferências — “meetings” e artigos de Silva Jardim, ele lembrava sempre que todas as desgraças do Brasil eram advindas do regime monárquico, não só pela incompetência e doença do velho Imperador, como, principalmente, pela fraqueza da Princesa e pela desonestidade do esposo. Paralelamente a estes fatos, a atitude do Ministério, que, tendo à frente “um ministro revoltantemente hipócrita”, procurava trair a propaganda republicana, tentando jogá-la contra os agricultores e subornando a polícia para aliciar negros libertos, que, sem terem ocupação, acabavam por ser joguetes nessas mãos. Daí insistir, ardentemente, para uma campanha muito intensa no Rio de Janeiro, para que viessem também estes, aliar-se a outros valorosos correligionários republicanos, como os eram os de São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Sul.

Realça ainda que a gratidão à Redentora pelo 13 de maio, foi um ardiloso artifício, que os corruptos e já poucos adeptos da Monarquia fizeram a esses negros indefesos, e na sua quase totalidade ignorantes, donde seu caráter passivo e incapaz de dedicação extrema. E nos diz mais:

“... é suposta essa gratidão, os fatos o revelam porque na província de São Paulo, quase sem exceção, mesmo individual, atribui-se a abolição a abolicionistas eminentes, e nas províncias do Rio e de Minas a massa dos pretos, pelo fato de não ter intervindo tão energicamente, na luta, não iniciou a formação do civismo, que é ativo, e queda-se indiferente às questões políticas. A exploração do negro não cessou eis a verdade, e quem agora a faz é o ministério, é a Princesa Imperial, é o seu funesto marido e a dinastia. Para isso, põe-se em campo um ou outro negro ou mulato mais sagaz, mais intrigante, mais palrador. Os verdadeiros republicanos, os patriotas verdadeiros devem ter civismo para não odiar os pobres pretos quase irresponsáveis; mas também para não cair numa condescendência que seria covardia, não devem dar quartel, por menor que seja, aos pretos, verdadeiros ou falsificados, que, com mesquinhos interesses de branco, mas de branco servil, exploram seus pobres irmãos de raça: para esses todo o ressentimento, que é o mais digno, toda a punição, que é a mais merecida; esses é que devem pagar pelas feridas que recebemos, pelas mortes que lamentamos, e pelos ataques que ainda sofremos”.²⁸

Fica-nos igualmente claro, em todos os pequenos periódicos, jornais, opúsculos literários, que publicou desde o seu tempo de estudante de humanidades, como posteriormente, dedicando-se ao ensino, quer literário, didático, lingüístico, científico, filosófico ou político, ou ainda co-

(28) JARDIM, Antonio da Silva — *Carta Política ao País e ao Partido Republicano*, Rio de Janeiro, Imprensa Mont'Alverne, 1889, págs. 13 e 14.

mo advogado, e depois como propagandista declarado, a sua convicção da sobrevivência da monarquia constitucional, afirmando-nos que “Depois de uma longa evolução demonstrada pela Ciência, o sentimento, a inteligência e a atividade do homem chegaram a desejar com anseio o amor à verdade e à paz; donde a liberdade e a fraternidade; donde a ordem e o progresso: logo, se na ordem moral o amor à Humanidade, na ordem política o amor à Pátria, isto é, e afinal, o amor à República”.²⁹

É portanto, para Silva Jardim, a República a grande fatalidade que deveria ocorrer de imediato para que pudesse de fato sobrevir a reforma popular, que, em mãos da Monarquia jamais teria ocasião de acontecer, pela velha corrupção que de há muito vinha corroendo o nosso Império, facilmente comprovável pelas crises observadas na agricultura, no comércio e no próprio operariado incipiente.

Para tanto é que iria apelar a todos os correligionários dos mais diferentes pontos do país para a instituição da República Brasileira,

“conforme a bela explanação do Manifesto do Partido Republicano de Pernambuco, com a mais completa descentralização administrativa, organizada a legislação de acordo com as conveniências das diversas porções territoriais da Pátria; com a plena liberdade espiritual, pela liberdade religiosa, com a separação da Igreja do Estado, as instituições civis de nascimento, casamento e morte, a plena liberdade de exposição e de discussão, a reforma do ensino oficial, a verdadeira liberdade do ensino, e o derramamento do ensino primário; com o desenvolvimento da indústria, e das indústrias, pela nobilitação de todo o trabalho; com um melhor sistema de divisão territorial; de administração, de representação, limitadas as forças anárquicas do parlamentarismo, de legislação, pela sua harmonia com os costumes, de codificação civil, de política internacional, fixa a paz pelo arbitramento. Julgando um erro a separação do Brasil no momento atual, embora aceite o princípio científico de que a Humanidade atingirá remotamente a formação das pequenas pátrias, aceitando a República Brasileira, sinto, contudo, que como republicano, minha ação estaria com o canto de terra nacional, que, qualquer que fosse, não encontrando o apoio de suas irmãs, se batesse pela República. Pugno pelo desenvolvimento da simpatia para com todo o proletário, especialmente pelo preto como mais infelicitado; julgo inúteis e impraticáveis todas as leis coercitivas do trabalho, mas procuro muito a harmonia do trabalhador e do proprietário, para desenvolvimento da fortuna pública concentrada nas mãos deste, e para a elevação e bem estar daquele. Continuo a pensar que a abolição da escravidão foi um ato tardio, e, ao mesmo tempo, violento, julgando que a monarquia fez um bem, mas trau a lavoura; justificando muito o seu afastamento do trono, não como filho de um despeito egoísta, e, sim, da dignidade pessoal ofendida, e do desgosto de uma perturbação econômica inesperada que a monarquia não soube evitar, mas não aconselho aos meus correligionários lavradores que solicitem a indenização pelos ex-escravizados, porque não creio comportarem-na as condições

(29) JARDIM, Antonio da Silva — Carta Política ao País e ao Partido Republicano, pág. 21.

de uma miséria a que a monarquia reduziu o tesouro público, e estou certo de que essa indenização sairia do cofre da mesma lavoura, por certo maior soma de impostos, e julgo que o coração do lavrador é capaz de abnegação que desejo; da mesma sorte que não aconselho a imigração chinesa, não por ódio aos chins, pois é grande o seu valor, mas por amor aos brasileiros, cuja unidade moral pode ficar perturbada com os elementos de uma civilização totalmente diversa; — procurando sempre combinar a ordem com o progresso; a liberdade e a fraternidade, para obter o governo da sociarquia da opinião pública, único compatível com a sociocracia — a República”.³⁰

Em verdade, quer nos parecer que esta Carta Política, destinada ao público e a seus correligionários em geral, é o mais autêntico manifesto da personalidade de Silva Jardim, dentro do seu lema fundamental, “Vencer ou Morrer !” pela causa republicana, já que aí demonstrava todo o valor que dava a integridade da terra, de seus filhos, o horror ao despotismo, enfim, o espírito de liberdade civil e político, no sentido de defender as gloriosas tradições pátrias, a verdade, a razão, a justiça, a causa da família, da humanidade.³¹

Acreditava Silva Jardim que o regime militar deveria ser substituído pelo do operário, uma vez que para ele “só os homens do povo podem governar os povos”.³² Daí não acreditar em “Monarquia constitucional”, já que ambas as palavras se repelem, uma vez que “Monarquia é a vontade de um rei”, e uma “constituição é a vontade de um povo”. Por isso, afirma em vários momentos ser o Império Brasileiro absolutista, discricionário, uma vez que o chefe de Estado não só intervinha nos pleitos eleitoriais, como podia igualmente dissolver as câmaras quando julgasse necessário; quanto ao Executivo, os ministros eram nomeados e demitidos apenas pela vontade do Chefe do Estado, e, quanto ao Judiciário, até a própria legislação criminal também podia ser revogada por ele. E isto tudo, através do “Poder Moderador”, que segundo Silva Jardim, “era o poder de um homem, absoluto, exclusivo, único, dominador !”.³³ Em realidade, embora falasse em República com Revolução, ele simplesmente assim se referia, para evitar a todo transe a continuação de um regime que para ele era anárquico (a Monarquia), o que não significa afirmar que para ele a República só pudesse se instalar sob uma Revolução; seriam apenas as contingências do momento, já abordadas, que o levaram em seus pronunciamentos a este tipo de propaganda, uma vez, que, de fato, não conhecemos na História da Propaganda Republicana Brasileira, alguém tão radical

(30) JARDIM, Antonio da Silva — Carta Política ao País e ao Partido Republicano, pág. 28 e 29.

(31) Silva Jardim entendia por “República” a liberdade plena, a igualdade civil e a fraternidade completa a todos os corações e talentos. É o governo da opinião pública, a qual obedece o magistrado supremo da nação.

(32) JARDIM, Antonio Silva — A República no Brasil, pág. 14.

(33) Idem, pág. 18.

contra a Casa dos Bragança, o III Reinado e Gastão de Orléans (Conde D'Eu), quanto Silva Jardim. Daí a nossa indagação: porque esta aversão à Família Imperial Brasileira ? Acreditamos, que deixando de lado o seu indiscutível ardor cívico, como aliás já demos até aqui algumas exemplificações, pondo ainda de lado a situação precária e desorganizada do Brasil no último quartel do século XIX, acrescentamos ainda esta virulência do grande orador, advogado e propagandista Silva Jardim, a sua origem pobre, porém, muito ativa e honrada, e, que, entrelaçando-se como já vimos nos traços gerais de sua personalidade as suas famílias, de um lado de origem monárquica e d'outro republicana, toda sua formação, uma mesclagem dessas duas influências, a convicção que tinha de cada vez mais "os mortos governam os vivos", numa revolta íntima, de que apenas os afortunados, nem sempre sensatos ou honrados, ascendiam aos altos cargos imperiais, e principalmente por observar a desonestidade existente nos mesmos, pela corrupção desses homens, que preferiam aos velhos em vez da juventude, pelo aconchego e acomodação à situação, pelas reminiscências, enfim, que desde a infância lhe acompanhavam dessas dificuldades de vida que se foram acumulando, e que explodem à medida que observava a inoperância das instituições brasileiras, onde nem Igreja, nem Estado, nem Exército, agiam em favor do interesse público.³⁴

E que a situação pioraria ainda mais se caísse em mãos da herdeira do trono — Isabel — para ele incompetente, e do "Zangão da Monarquia no Brasil"³⁵, que vinha de uma família decadente de França — o Conde D'Eu.

Há, momentos, em que, ao estudarmos as conferências, os "meetings", os artigos de Silva Jardim, o noticiário da imprensa da época, sentimos uma ligeira impressão de que esta verdadeira "aversão" de Silva Jardim se ligasse, por ser extremamente nacionalista, ao "medo do elemento estrangeiro". Porém, após criterioso estudo, observamos que isto está totalmente alheio ao seu pensamento, uma vez que a sua crítica era violenta apenas no sentido de o país dever muito ao estrangeiro, e continuar a solicitar tais empréstimos, ficando dia a dia mais pobre, pelo esbanjamento supérfluo do erário público feito pela Família Imperial, sem um real aproveitamento para as coisas públicas.

(34) Confirmando a maneira de ser e agir de Silva Jardim, no sentido de defesa do interesse público, suas conferências publicadas na imprensa do Rio de Janeiro, sob os títulos: "As Águas do Rio de Janeiro" — *Gazeta de Notícias*, RJ, Outubro 1, 1888, nº 274, ano XIV, pág. 1. E a "Questão do Descanso aos Empregados no Comércio", Conferência realizada a 27 de outubro de 1888, no Teatro de São Pedro de Alcântara, a convite da Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro, e publicada no *Correio do Povo*, RJ, ano I, nºs 110, 111, 112, 113, 114, 115, respectivamente nos dias 6, 7, 8, 11, 12, 13/11/1889, reforçam o que destacamos.

(35) A expressão é de Silva Jardim. Ver: *A Pátria em Perigo (Brangaça e Orleães)*, pág. 37.

“Estamos muito pobres: o país deve muito ao estrangeiro e aos próprios cidadãos, vive a pedir dinheiro emprestado, e nunca pode pagar o que deve. No entanto, só a família do Imperador ganha 1.600 contos por ano. O Imperador tem 800 contos, mas não sustenta a mulher, que tem 96 contos; nem os filhos, que tem 6 contos logo que nascem; a filha tem 150 contos, por ano, além do dote, e assim por diante. Desde modo, não há meio de endireitar as finanças da nação; a monarquia é muito cara; não nos pode servir.

Estamos muito pobres. No entanto, temos uma porção de diplomatas, que ganham muito, divertem-se muito, na Europa principalmente, e quase nada fazem. Dizem que toda esta diplomacia é necessária para um império; a monarquia é muito cara: não nos pode servir.

Comissões, altos empregos, despesas com os artigos nos “a pedidos” dos jornais para defenderem o governo e muitas outras coisas, devoram o dinheiro da nação. E o pobre povo é que paga tudo”.³⁶

E sua afirmação não fugia, em absoluto, à realidade: um interessante trabalho do Sr. Lívio de Castro sobre as condições sociais do Brasil, três séculos e meio depois de sua descoberta e meio século após sua independência, concluiu: ... Um deserto (0,78 de habitantes por quilômetro quadrado), onde existe disseminada uma raça estropiada (1 aleijado por 242 habitantes), ignorante (78% analfabetos), e sem tendências a sair da ignorância (12,7% dos meninos recebem instrução), raça sem costumes regulares, porque reproduz-se sem constituir família (68,03% solteiros), e vive sem trabalhar (42,07%), tal é o Brasil, tal o povo brasileiro”.³⁷

Via, portanto, no Império Brasileiro uma ameaça constante a todos, e até ao próprio equilíbrio americano, constituindo-se num perigo mesmo aos demais países da América, com exceção aos Estados Unidos, que é uma nação mais poderosa que a nossa, por que os demais países nos olhavam com desconfianças, já que de “per si” os impérios se constituem com grandes territórios, e eles podem sempre sentir-se ameaçados com a nossa possibilidade de possuí-los.

Eis o porquê de Silva Jardim discordar profundamente do estadista Joaquim Nabuco, quando dizia que o Brasil era a primeira das democracias. Diria Silva Jardim:

“Se a América declararia que o governo do Brasil é a primeira das democracias, não sei porque razão toda ela não se faz monarquista como o Brasil, isto é, não segue esse sistema de governo que nos faz a primeira das democracias do continente ! O contrário d'isto seria incoerência. Mas, isto é uma fanfarronada lírica; a América não pode invejar a nossa liberdade, nem dizer que somos a primeira das democracias americanas. Nem mesmo essa é a opinião do Sr. Dr. Joaquim Na-

(36) JARDIM, Antonio da Silva — *A República no Brasil (campêdio de Teorias e Apreciações Políticas destinado à Propaganda Republicana)*, Rio de Janeiro, Imprensa Mont'Alverne, 1888, pág. 11.

(37) *O Paiz*, Ano V, nº 1293, Rio de Janeiro, Abril 21, 1888, pág. 2.

bucu que, em um de seus artigos, disse que a monarquia brasileira cai em dissolução por causa do patronato (artigo de 7 de setembro). E não é que as repúblicas da América nos estão a invejar esta bela monarquia que cai em dissolução por causa do patronato ?³⁸

Em verdade, Silva Jardim não se colocaria contra o “poder pessoal” em si, isoladamente; o que almejava era saber como esse poder pessoal seria utilizado, se seria ou não realmente posto em prática, e, em sendo, sempre para atender ao desejo popular, e, desta maneira, o poder pessoal não seria nem tirânico, nem despótico; seria, simplesmente, o reconhecimento e a consagração da capacidade, da energia, da aptidão, enfim, de certos homens.

Daí, Silva Jardim admitir modelos políticos estrangeiros, mas, só transportar para sua Pátria aquilo que realmente pudesse ser assimilado e adaptado ao meio ambiente, à educação do nosso povo, por isso, embora reconhecesse a grandeza das instituições e da democracia existente nos Estados Unidos da América, nunca pensou em fazer de sua Pátria uma nação como aquela, já que pretendia ... “formar um pátria, sob o regime da união de todas as províncias contanto que as circunscrições territoriais da nação brasileira tenham verdadeira independência, a consagração em suas leis do espírito da verdadeira liberdade, com a ordem”.³⁹

Em outras palavras, ambicionava Silva Jardim com a implantação do regime republicano no Brasil, dar-lhe unidade política, com descentralização governamental, administrativa, econômica, financeira, de trabalho, etc.. Achava igualmente que, com a República no Brasil, ao em vez de separação das províncias, teriam forçosamente, pelas condições do momento, a esperada unidade da Pátria. O que em verdade ele aspirava era a “República conservadora e, portanto, liberal, ordeira e, portanto, progressista. Quero-a Brasileira, mantida a unidade e a integridade da Pátria, e, conseqüentemente, com uma constituição geral, um governo político central, e com a mais completa descentralização provincial e municipal, administrativa, econômica e financeira. Se é isso o que se entende pela palavra federação, sou federalista, porque não tenho medo de palavras, não serei entretanto, por qualquer regime, com esse nome, tenda de tal modo a desagregação provincial, que dê lugar à anarquia social e política, e à luta entre brasileiros, donde um desmembramento precoce e violento da Pátria”.⁴⁰

(38) JARDIM, Antonio da Silva — **Pela República contra a Monarquia (Conferências Populares)**, Rio de Janeiro, Tipografia da Gazeta de Notícias, 1889, pág. 13 (1ª Conferência).

(39) JARDIM, Antonio da Silva. **Pela República Contra a Monarquia (Conferências Populares)**, pág. 18.

(40) JARDIM, Antonio da Silva — **Circular ao Eleitorado do 8º Distrito da Província de Minas Gerais**, Rio de Janeiro, Tip. da Gazeta de Notícias, 22 de agosto de 1889, pág. 4.

Não devemos nos esquecer de que antes de tribuno e advogado, grande orador e propagandista de idéias republicanas, fora Silva Jardim emérito professor, homem de grande e aguda perspicácia, e que, desde muito jovem, convivia intimamente com a massa nesse mister de ensinar. Eis, também, o porquê de tanto se preocupar com a disseminação do ensino e reforçar tanto o seu lado prático, pois, a própria experiência vivida lhe mostrava exatamente o oposto. Só desta forma, acreditava ele, era que, de fato, poderíamos dar ao homem brasileiro no futuro, a mais completa liberdade de pensamento, de religião, de exposição, de discussão de idéias, que se tornariam facilmente realizáveis no sistema republicano, que o mais breve possível deveria, então, ser instalado, a fim de exterminar a corrupção e a violência, instaladas pelo regime monárquico decadente brasileiro.

No domínio político, acreditava Silva Jardim que a própria pessoa se funde na coletividade como um órgão de aspirações comuns, tornando-se, conseqüentemente, individualidade social, esquema este que teria seu natural desenvolvimento na forma republicana.

Daí acreditar igualmente que o indivíduo é abstração, donde sua importância ao estudo social, ou, melhor dizendo, dando-nos a possibilidade da história das idéias; para tanto, considerava apenas como real a Humanidade, e a sociedade, portanto, um grande e poderoso organismo. Na sua concepção, conseqüentemente, todo homem seria uma força e da cooperação do cidadão, por mínima que fosse, resultaria a grandeza comum, sendo portanto possível a todo homem, tornar-se digno, de fazer parte da vida da Pátria, desde que bom cidadão, o que facilmente obteria se considerasse como um verdadeiro dever o nativismo ou, como dizia na Antigüidade o poeta Terêncio: "Homo sum, et nihil a me alienum puto" (Homem sou, e nada humano existe, que alheio a mim repute).

Em verdade, este homem de caráter ilibado, disposto a ir à morte pela causa que defendia; profundo conhecedor da psicologia das multidões e do mundo em que vivia (embora seu biógrafo, José Leão, afirmasse que Silva Jardim se enganava a respeito dos homens de seu país e fora vítima dessa visão interior, que manda julgar o nosso próximo segundo a opinião que de nós fazemos), nas suas **Memórias e Viagens, Campanha de um Propagandista**, observamos que ele acreditava nos homens, mas vendo neles uma combinação instável entre o egoísmo e a dedicação. E nos dizia: "Tudo fazemos pensando em nós, e pensando em nós outros; mesmo quando, procurando fazê-los servir aos nossos interesses, servimo-los a eles; o orgulho é também uma das características da bondade; é a qualidade dos fortes, dos que amam proteger. De outrem vivemos, vivendo por outrem, com outrem, e para outrem".⁴¹

(41) JARDIM, Antonio da Silva — **Memórias e Viagens**, Cap. II, pág. 43.

Reconhecer que o homem, por sua própria natureza, não pode nunca ater-se a um só sentimento, porque “a toda tragédia deve seguir-se alguma comédia, como o dia se segue à noite, a treva à luz, o trabalho ao descanso, o consolo ao sofrimento”.⁴²

Neste aspecto, mais uma vez, se aproximaria em muito do Mestre Positivista, quando propunha que a transição dos instintos se opera por duas inclinações muito distintas: o orgulho (necessidade de dominação) e a vaidade (para aprovação), embora classifique a vaidade como sendo instinto pessoal mais nobre que o orgulho. E, nesse aspecto, distancia-se de Le Bon, que, propõe, nos atos de vida humana o predomínio do caráter sobre a inteligência.

Propunha, igualmente, que a sorte da República Brasileira dependeria da elevação do caráter nacional, ou seja, da formação de verdadeiros cidadãos, na elevação, conseqüentemente, do proletariado, já que este constituía a quase totalidade da nação; e a seu ver, ele que formava realmente o “povo”, dele deveriam sair e reverter-se todas as outras classes sociais. Neste sentido, repetimos, a sua grande proximidade à doutrina comunista, quando propunha a necessidade de a mulher não entregar-se a trabalhos pesados que lhe agrosseirariam a alma, e lhe tirariam o tempo suficiente para educar seus filhos, amparar os anciãos e confortar os esposos, no tríplice dever doméstico de amparar avós, mulher e filhos, o dever que a Pátria imporia a cada cidadão bem formado.

Pretendia implantar o salário civil social (e não mais o servil e individual que até então dominava seu país), pois só este seria compatível com a dignidade humana. O salário, pois, a seu ver, não seria a “paga do trabalho realizado” já que o trabalho humano e animal não comportam equivalentes em dinheiro.

Já que cada um seria devedor à sociedade de tudo quanto fosse, e tudo quanto viesse a ser, não seria, logicamente lícito a ninguém exigir compensações dos serviços que prestasse, já que os compromissos assumidos seriam para com os antepassados, contemporâneos e vindouros.

O salário seria, pois, apenas liberalmente dado pela sociedade, a fim de que cada cidadão pudesse manter sua família, que seria realmente a base de toda a ação cívica. Tal subsídio seria fornecido por meio dos ricos, porque o capital que possuíam pertenceria de fato à sociedade, e daí, dever ser aplicado em proveito dela mesma. E o fato de bem empregar a riqueza, seria normal, sem abusos, no momento em que todos estivessem convencidos do verdadeiro interesse social, quando, então, realmente seriam capazes de progredir dentro de ordem, uma vez que a própria filosofia científica demonstra que a existência das classes no seio

da sociedade, além do seu caráter de fatalidade, nada tem de contrária ao princípio de solidariedade e de fraternidade que rege os homens, e em nada impede o desenvolvimento da liberdade e nem mesmo a igualdade social e civil. Representa antes o organismo social, o organismo humano, em que os diversos membros, exercendo cada um função diversa, todos concorrem para a função comum da vida.

Daí não concordar com a igualdade absoluta, pois, tanto a filosofia naturalista como a socialista a repeliriam, pois a primeira mostra as distinções físicas, intelectuais e morais que os homens apresentam, enquanto que a segunda demonstra a sua necessidade de uma ação livre de inteira liberdade, que tal nivelamento violentaria tiranicamente e o maior atentado à igualdade absoluta, seria o impedimento à liberdade.

Sentia a necessidade vital de todos terem uma função: mulheres, filósofos, proprietários, trabalhadores, cada um exercitando a sua missão, unindo-se inteiramente, caminhando para um mesmo fim, que seria o destino comum.

Ajuizava Silva Jardim que assegurar essa garantia seria função do patriciado e do proletariado. Entendia por patriciado, que representava a riqueza, o sustentador material da sociedade, tanto quanto os pais, dos possuidores do capital; enquanto que o trabalho seria representado pelo proletário, pelos operários, que seriam todos aqueles que viviam de salários, daqueles que proporcionavam à sociedade os meios para sua existência material e para sua riqueza.

Na classe dos proprietários do capital humano, estariam incluídos os agricultores, os comerciantes, os fabricantes e os banqueiros. Os comerciantes seriam os elementos intermediários não mais entre a primeira classe proprietária, a dos agricultores, e as outras, a dos industriais e a dos banqueiros.

Observa-se, pois, que na sua concepção de sociedade humana ela foi subindo sempre na escala do trabalho, e a divisão natural da sociedade individual firmou-se em “empreendedores”, aqueles que possuem o capital, podendo, pois, fazer desenvolver a riqueza, e os “trabalhadores”, que concorreriam com o esforço diário para o incremento da mesma riqueza. Portanto, proprietários e trabalhadores em perfeita harmonia, uma vez que, a própria humanidade estabeleceu esta relação entre capital e trabalho, entre o forte e o fraco.

Concordava Silva Jardim de que ainda existia uma escola que não compreendia a ligação simpática entre o capital e o trabalho, entre o rico e o pobre. Explicava, ademais, que, partindo de um ponto exato — “que toda a riqueza é social em seu destino e em sua origem”, o comunismo propunha a divisão da propriedade, que, deveria ter uma apropriação individual. Desta forma, a grande propriedade foi por muitos

condenada, e o rico ficou assim exposto ao ódio público, considerado mesmo incapaz de bons sentimentos.

Sendo verdade que a riqueza é social em sua origem e em seu destino, é igualmente verdade que ninguém pode dizer “eu ganhei”, já que quando alguém ganha, é com o auxílio de todos, da sociedade inteira.

Contudo, propunha que, para ter a propriedade um fim social, tornar-se-ia mister que ela recebesse uma apropriação individual que se concretizasse em mãos de alguns. Isto não significa dizer que fosse contrário à existência da pequena propriedade, mas, procurava demonstrar que a grande propriedade sempre prestou serviços à Humanidade, já que grandes capitais acumulados podem sofrer aplicação social mais útil em dados momentos, do que o simples esforço da cooperação de pequenos capitais. Daí afirmar que o esforço da cooperação, da associação produz evidentemente bons resultados, mas se a concentração da riqueza for bem administrada e aplicada, produzirá resultados maiores, pois, os patrões já compreendem que a submissão não é dependência indigna, e que receber salário é tão honroso como pagá-lo, uma vez que o trabalho não dispensa o ordenado, e este não dispensa o trabalhador, que pode produzir dinheiro, mas o dinheiro, não pode formar trabalhadores.

Maravilhosa convicção esta de Silva Jardim, que, com opinião formada, esclarecida, impunha-se soberanamente; naturezas dessas são, no entanto, raras. Umam deixam-se facilmente iludir; outras, iludem-se a si mesmas com facilidade; outras ainda, embriagam-se do seu ideal, fechando os olhos aos fatos inflexíveis, que haviam de mover-lhes a razão e às misérias reais, que haviam de dominar-lhes o sentimento.

Ser fiel a si mesmo é o que há de mais difícil em política, porque é, muitas vezes, indispensável para o ser, parecer-se infiel ao que o homem de coração mais deve prezar, o seu ideal, a sua aspiração, a sua esperança.

Teve ele a fortuna de ser o que se pode chamar em matéria de liberalismo, o caráter bem equilibrado, o daquele que ama a liberdade, não apenas pela palavra, mas pela coisa em si; não pela doutrina, mas pelo fato, e, principalmente, não por si, mas pelos outros. Vemos nele, desde o princípio de sua carreira, um amigo da democracia verdadeira — a das massas!

Esses seriam, pois, os pontos básicos que julgamos necessários referendar, para, nos próximos capítulos, podermos analisar a ação e atuação do grande propagandista e precursor da República no Brasil, nos seus pronunciamentos realizados em Santos, Campinas e São Paulo, respectivamente ocorridos em 28 de janeiro de 1888, 26 de fevereiro de 1888, 07 de abril de 1888 e 24 de maio de 1888, quando conseguiu modificar a linha defendida até então pelo Partido Republicano.

"A PÁTRIA EM PERIGO"

O objetivo central de Silva Jardim neste "meeting" realizado na cidade de Santos na noite de 28 de janeiro de 1888, no teatro Guarani, era o de obter a adesão do patriótico povo santista, não só ao procedimento da Câmara Municipal de São Borja, RS, bem como à adesão e apoio dos referidos cidadãos aos princípios da liberdade que se julgavam seriamente ameaçados.¹ É um folheto de 44 páginas, numa edição declarada de 4.050 exemplares, feita na Tipografia da Província de São Paulo, à rua Imperatriz, nº 58, sob o título *A Pátria em Perigo*.

Foi também transcrita esta conferência no jornal "O País" do Rio de Janeiro e na "Justiça Portuguesa" do Porto, em Portugal². Foi republicada no Rio de Janeiro, nas oficinas do "Jornal do Brasil", em 1925, em decorrência da aprovação de proposta feita, no Conselho Municipal pelo então intendente Francisco Vieira de Moura, num folheto 23x16, com 28 páginas.

Silva Jardim era uma pessoa bastante aceita pelo povo, e, ao subir à Tribuna, é recebido calorosamente com uma salva de palmas, embora fosse muito jovem, o que é curioso de observar-se, já que a maior parte dos tribunos e representantes públicos de então, era de meia idade.

Suas primeiras palavras são de uma sutileza à toda prova, quando, justamente, justificando sua mocidade, sua pouca autoridade mesmo, solicita-lhe no entanto, a sua atenção, não com o intuito de

(1) É a seguinte a Moção plebiscitária da Câmara de São Borja, RS:

"Proponho que esta Câmara represente à Assembléa Legislativa Provincial sobre a indispensável necessidade de dirigir-se à Assembléa Geral para que, se dado o fato lamentável do falecimento de S.M. o Imperador, se consulte à Nação, por meio de um plebiscito, se se convém a sucessão no trono brasileiro de uma Senhora obcecada por uma educação jesuítica e casada com um príncipe estrangeiro, e, bem assim, que a Assembléa Rio-Grandense convide as outras Assembléas Provinciais a, no mesmo sentido, representarem ao Parlamento; e que esta Câmara peça às outras municipalidades da Província, que façam seu este apelo à Assembléa Provincial. S.R. Sala das Sessões, 31 de outubro de 1887. O vereador Aparício Mariense da Silva".

(Esta proposta sofreu uma única modificação: por emenda do vereador Fidêncio Falcão foi substituída a palavra *jesuítica* pela *religiosa*). Transcrito de *A Idéia Republicana no Brasil, através dos Documentos*, de Reynaldo X. C. Pessoa, SP, 1973, págs. 92/93.

(2) Cf. LIMA SOBRINHO, Barbosa — *Silva Jardim — Discursos, Opúsculo Manifestos*. Niterói, Imprensa Universitária, 1973, pág. 19.

revoltar-lhes ou mesmo atemorizá-los, mas, sim, no sentido de se unirem para o amanhã que se apresentava bastante tenebroso !... E, a partir de então, vai nosso jovem orador passar à constatação dos fatos que, a seu ver, seriam o presságio negativo para o futuro da Pátria, fazendo salientar a necessidade de se convergirem esforços para que todos esses perigos não ofendessem, as garantias dos homens e dos cidadãos.

Em verdade, fora Silva Jardim sempre implacável tal qual uma lâmina operatória, lógico mesmo quando apaixonado, sempre sereno exteriormente, embora referendo por baixo, sem contemplos ou contemporizações, sem restrições, enfim, quando se tratava de sua Pátria e do perigo em que ela se encontrava nas mãos de um Imperador inoperante e frente à ameaça da continuidade dessa herança se adiesse um III Reinado, em mãos de um “estrangeiro”.

E a “massa” gostava desses temperamentos, já que os espíritos simplistas exigem afirmações sem nuances, sem restrições ou raciocínios demorados, e, Silva Jardim tinha a capacidade de projeção interior, já que, em seus discursos, atirava aos presentes o seu próprio coração e ardor, sem esforço, o máximo de intensidade passional.

De início, o seu pronunciamento é no sentido de colocar o povo de Santos a par da atuação do monarca Pedro II, tentando mostrar que o Chefe de Estado estava definitivamente inutilizado para o governo (tal afirmação arranca aplausos da multidão, embora, em verdade, nos pareça que tal multidão não estava realmente convencida dessa inutilidade do Imperador, e que o verdadeiro “horror” que Silva Jardim votava aos Braganças e aos Orléans, não tivesse realmente sido apercebido pelo “povo”, e nem o próprio Silva Jardim deixa bem claro o porquê desta aversão, embora, no capítulo anterior, já tivéssemos oportunidade de a ela nos referir e de apresentar os nossos motivos para tanto); mostra que notava algum desenvolvimento em seu Reinado, mas, sua política, no global, era fraca e sem possibilidade de garantir a liberdade, bem como garantir o trono aos seus descendentes, uma vez que, pela própria antecedência, Pedro I já teria lançado os germens de uma política reacionária que daria, à herdeira do trono, a Princesa Isabel, que além de não possuir qualidades de governo, era consorciada com o Sr. Gastão de Orléans, Conde D’Eu, família que apenas aspirava reinados, tirando, conseqüentemente, qualquer possibilidade de aceitação de tão decadente família — a família dos Bragança — “condenada pelas leis da fatalidade natural...”

Insiste, igualmente, várias vezes, na doença do Imperador, embora demonstre que não fora apenas a idade e a doença que o fizeram inútil e incapaz para governar o país, mas, sim, o fato de que, num dos mais longos reinados já assinalados pela História, nada, absolutamente nada fez pelo país: passou-lhe longe toda nossa realidade. O país simplesmente,

a seu ver, foi governado pelas teimosias do temperamento do Imperador, temperamento esse tão dúbio, que por vezes, chegava às raías da feminilidade...

Chega mesmo a apontar que duas frases definem a vida desse homem: o “quero já”, (da Maioridade), e o “obrigado, meu povo, não chorem... eu voltarei breve” (da retirada de junho)³.

E nos diz mais: “sua natureza era essencialmente medíocre, inteligência fraca, caráter irresoluto...” A inércia o estragou... daí perguntar-se: seria ele um sábio ? ao que irónicamente responde: se sempre falava sem ser interrogado, qualquer um de nós, nas mesmas circunstâncias, passaria por gênio... Seria um artista ? só se passasse à posteridade pela quadra ao fiel povo ituano (medíocre, por sinal...), ou pela tradução da bandeira estrelada... (que é uma poesia norte-americana, que, posteriormente se tornou o Hino Nacional dos Estados Unidos). Seria político ? reformador ? que nos fale a má representação do país no exterior, ou a inútil criação do Colégio Pedro II, que apenas formava bacharéis e que bacharéis... Seria guerreiro ? estadista ? então o que significaria a “comédia de Uruguaiana”, ou o que se comentava da legislação artificial existente ? Seria um homem de grande coração ? então, como explicar que, com a morte, por exemplo, de Araújo Lima, de Sapucaí, na mesma noite, a ida do Imperador ao teatro ? é bem verdade, dizia Silva Jardim que para as almas pequeninas, sorrisos de atrizes valem mais que gemidos de moribundos !...”⁴

Então perguntava-se: o que foi D. Pedro II ? o que fez ? “Nada, nada ! Era incapaz de vencer-se a si próprio, à própria imperfeição ! A Pátria nada lhe deve, nós nada lhe devemos ! Sua política foi fraca para garantir em futuro as nossas liberdades eis o pior !”⁵

E quanto à infeliz Princesa D. Isabel ? sem dúvida alguma, diria-nos ele, a Pátria a condenaria pelos erros dos outros... Além de não possuir as qualidades exigidas para o governo, das quais, o principal obstáculo seria o seu sexo, como já observamos, o seu espírito fraco, sua ligação conjugal com um príncipe de caráter violento e dominador, além de francês, mas não de uma França liberal, igualitária e fraterna, mas sim, de uma família decaída da França, vindo de um pai capaz de admitir uma monarquia com direitos divinos, e de um avô de orgias e motins populares, o que esperar-se, então ? Acrescido a isto o que se dizia do fanatismo religioso da Princesa, Silva Jardim não acreditava, uma vez que julgava o fanatismo uma cegueira, uma super-excitação de crenças, supondo-se para

(3) JARDIM, Antonio da Silva — *A Pátria em Perigo* (Bragança e Orléans). págs. 11 e 12.

(4) JARDIM, Antonio da Silva — *A Pátria em Perigo* (Bragança e Orléans), pág. 15.

(5) JARDIM, Antonio da Silva — op. cit. pág. 16.

isso “uma certa elevação, uma certa energia”, que ele julgava inexistir na Princesa, ou melhor “no sangue da Condessa D’Eu”.

Como poderia, pois, a “Princesa lírica... a musical Princesa...” fazer frente aos problemas da Pátria ?

Daí perguntar inflamado à sua Assembléa: “Devemos então, desgraçadamente, preparar-nos para o Reinado de Gastão I? ... Será possível que tenhamos de sofrer o despotismo, a repressão da liberdade de pensamento, de exame, de discussão, de exposição, de ensino, de indústria, de comércio, de trabalho? Será possível que a Liberdade seja então somente esta: — obedecer ao Chefe de Estado, da Igreja, do Exército, do Tesouro? Servir ao Poder Supremo e Único, à força teocrática do crê, obedece e marcha, ou sê perseguido e morre? ⁶ Ao que, mais freneticamente ainda responderia: “Não ! O regime moderno é de Ciência e de Indústria, de Liberdade e de Paz, e não de teologia, despotismo e guerra!” ⁷

Acreditava Silva Jardim que, se Gastão de Orléans assumisse o poder a ciência brasileira ficaria reduzida a uma mesquinha filosofia clerical, porque, provavelmente, a liberdade de imprensa (escrita e oral), desapareceria; quanto a Independência, seria violada no seu próprio nascimento, já que a vocação de D’Eu era para a guerra, que, por sua vez, é inimiga da indústria. Vem daí que a escravidão seria evidentemente sofismada, nossa agricultura persistiria na mesma, o país seria militarizado e o nosso tão brioso exército nacional, diria ele, “seria convertido em instrumento de glória pessoal, em máquina de conquista...”

Isto significa dizer que Silva Jardim percebia muito claramente que a Monarquia deixou, por culpa própria, que o seu Regime recusasse quaisquer orientações diversas do sistema pontificado pelo Individualismo do seu Partido Conservador.

“A credulidade da ignorância em uma Nação quase analfabeta; as influências de um governo organizado em exploração dessa credulidade; os hábitos de condescendências com a dissimulação, contraídos pelo espírito público em meio século de autocracia disfarçada nessa sobrecasaca de formas constitucionais; a tirania das falsas conveniências, desde a que mente lágrimas e glórias sobre a cova dos mortos, até à que calafeta de sofismas e retórica as fendas do trono combalido; a macomunicação das imposturas piás, das tradições caducas, das praxes ramerraneiras, os compadrios de camarilha, de corporação e de classe; as subserviências usuais da fraqueza, da especulação, da apostasia ou do medo; o atraso e a perversão de idéias gerais; o transvio e a tibieza do sentimento cívico; os vícios de uma sociedade contrariada no seu desenvolvimento e saturada de gérmens de decomposição por um

(6) JARDIM, Antonio da Silva — A Pátria em Perigo (Bragança e Orléans), págs. 28/29.

(7) Idem, Ibidem.

absolutismo de incongruências e expedientes; tudo o que prepondera, e tudo o que esmorece; tudo o que usurpa e tudo o que se abstém; tudo o que medra e enriquece; tudo o que recua e contemporiza; tudo o que define, e se resigna; todas essas pusilanimidades, todas essas abdições, todas essas inconsciências, todas essas bastardias conspiram contra o desnudamento da nossa verdadeira situação, estendendo sobre ela uma cortina de obscuridade”,⁸

que transformou a Monarquia em um Regime terrível, incapaz de resistir aos embates do Idealismo da República, no qual as famosas convicções de Silva Jardim foram o sustentáculo mais eloqüente e preciosa da época.

Acreditava, pois, Silva Jardim, haver chegado o momento da reação, por que, quem teria mandado processar os representantes de São Borja? Evidentemente o Conde D’Eu, a seu ver. E indaga: Seria isto leal, ou pelo menos decente?

Afirmava: “Cidadãos, foi o poder do Sr. Conde D’Eu que mandou processar os vereadores da Câmara Rio-Grandense!” E prosseguia, convidando o povo santista a aderir ao de São Borja, observando que a Monarquia teria, de fato, estagnado a Nação, “mas ela não pode esmagar o brio, o valor e o patriotismo de um grande povo!”⁹ Diria ainda, convidando, indistintamente, para que todos, tribunos, escritores, povo, reunidos em “meetings”, em assembléias populares impedissem a entrega da Pátria, impedissem um III Reinado em mãos de um “aventureiro emigrado”.

E realmente o povo santista manifestaria sua adesão aos vereadores da Câmara de São Borja, solicitando, que, caso o Imperador viesse a falecer, a Nação fosse consultada para saber se conviria aos seus interesses que a sucessão do trono se efetuasse como estaria prevista, ou seja, admitindo-se a sua administração por uma senhora casada com um príncipe estrangeiro de origens tão duvidosas. Além do mais, o seu protesto contra o ato anti-liberal do governo, processando e suspendendo os vereadores de São Borja, que se preocuparam em atender o interesse público, e, que, por isso, não se encontravam fora da lei.

Por este pronunciamento poderemos mais uma vez observar o quanto a influência do pensamento positivista (daquele Positivismo não ortodoxo, nem mesmo muito comtiano, mais muito “à moda da casa”, o Positivismo da jovem ala militar brasileira), estava impregnando o pensamento dos tribunos e escritores da época. Já notamos que o próprio Silva Jardim se beneficiara dessa filosofia de vida, distanciando-se dela com um amadurecimento e com uma metodologia científica que muito o ajudou na sua doutrinação de massas.

(8) BARBOSA, Ruy — *A Queda do Império*. RJ, 1921 (Coleção de Artigos Publicados no Diário de Notícias, In Campanhas Jornalísticas, 1889).

(9) JARDIM, Antonio da Silva — *A Pátria em Perigo* (Bragança e Orléans), pág. 37.

Por outro lado, é curioso igualmente observar-se que a tão acentuada Liberdade não se coadunaria bem com o pensamento nem dos chamados positivistas, nem dos chamados republicanos históricos, nem mesmo dos abolicionistas: todos tinham o “menu” comum e saboroso — da Liberdade — mas cada um a via e a sentia a seu modo !...

Convém lembrarmos que muito embora o Partido Republicano advogasse os processos evolucionistas para a implantação da República no Brasil, havia um pequeno grupo, liderado, como já observamos, por Silva Jardim, que era favorável a uma transformação mais profunda nas estruturas do país, embora Silva Jardim também tivesse preferido realizar a república por meios pacíficos, com a cooperação da família imperial, em dado momento de sua juventude. Ocorreu, que não podendo acreditar na sucessora do trono e em seu consorte, como capazes de compreender a reforma, julgou que a idéia de Comte, de uma mudança de regime mediante uma política científica e ordenada, não se poderia nunca aplicar ao Brasil; daí dizer: “... só nos resta o segundo meio de reformar, de baixo para o alto, a reforma pela Revolução...”¹⁰

“Revolução é, politicamente falando, o levantamento em massa de um país ou parte de um país, a fim de derribar a instituição política, com ou sem apoio da nação inteira, por meio das armas no campo de batalha, ou por meio dos pronunciamentos nos parlamentos, na praça pública, nas reuniões, na imprensa, na tribuna, pelos artigos, pelos panfletos, pelos livros, pelos discursos, pelas preleções, pelas interpelações representativas, pela intimação última e positiva ao Chefe do Estado para a obtenção de um certo fim: temos na nossa história exemplos da revolução armada em 1817, em 1824, em 1842, em 1848; e temos um exemplo desta revolução não menos violenta, mas não menos eficaz e enérgica, sustentável contudo em caso de necessidade, pela força armada: — o 7 de abril. A Revolução armada supõe uma guerra civil, supõe hostilidade também armada da parte da nação; se bem que eu a admire em belas passagens de nossa história e da história da Humanidade, contudo, o meu espírito republicano, fraternal, só extremamente urgido, aceitaria e aconselharia esse morticínio, embora de indignos compatriotas. Mas o segundo aspecto da revolução, com o apoio tático ou expresso do país inteiro, apoio que se manifesta pela sua imprensa, pela sua tribuna, pelo seu voto contrário ao elemento monárquico, revolução de que temos exemplo proveitoso no nosso 7 de abril, revolução em que pequenas escaramuças e motins inevitáveis, não tiram o caráter geral de paz ao movimento, revolução que mune-se mesmo da milícia necessária para sustentar-se e que, no caso de oposição, não trepide diante da violência para com os mais retrógrados elementos da nossa sociedade essa eu não trepido em aconselhá-la, convicto de que o país é republicano, de que as forças republicanas não devem medir-se apenas pelas do partido correspondente, convicto de que a República é idéia, ciente ou inconscientemente, pouco importa,

(10) JARDIM, Antonio da Silva — *Salvação da Pátria (Governo Republicano) Segundo Opúsculo (Suplementar) A Revolução*. Santos, Tipografia do Diário do Santos, 1888, pág. 9.

Por outro lado, é curioso igualmente observar-se que a tão acentuada Liberdade não se coadunaria bem com o pensamento nem dos chamados positivistas, nem dos chamados republicanos históricos, nem mesmo dos abolicionistas: todos tinham o “menu” comum e saboroso — da Liberdade — mas cada um a via e a sentia a seu modo !...

Convém lembrarmos que muito embora o Partido Republicano advogasse os processos evolucionistas para a implantação da República no Brasil, havia um pequeno grupo, liderado, como já observamos, por Silva Jardim, que era favorável a uma transformação mais profunda nas estruturas do país, embora Silva Jardim também tivesse preferido realizar a república por meios pacíficos, com a cooperação da família imperial, em dado momento de sua juventude. Ocorreu, que não podendo acreditar na sucessora do trono e em seu consorte, como capazes de compreender a reforma, julgou que a idéa de Comte, de uma mudança de regime mediante uma política científica e ordenada, não se poderia nunca aplicar ao Brasil; daí dizer: “... só nos resta o segundo meio de reformar, de baixo para o alto, a reforma pela Revolução...”¹⁰

“Revolução é, politicamente falando, o levantamento em massa de um país ou parte de um país, a fim de derrubar a instituição política, com ou sem apoio da nação inteira, por meio das armas no campo de batalha, ou por meio dos pronunciamentos nos parlamentos, na praça pública, nas reuniões, na imprensa, na tribuna, pelos artigos, pelos panfletos, pelos livros, pelos discursos, pelas preleções, pelas interpelações representativas, pela intimação última e positiva ao Chefe do Estado para a obtenção de um certo fim: temos na nossa história exemplos da revolução armada em 1817, em 1824, em 1842, em 1848; e temos um exemplo desta revolução não menos violenta, mas não menos eficaz e enérgica, sustentável contudo em caso de necessidade, pela força armada: — o 7 de abril. A Revolução armada supõe uma guerra civil, supõe hostilidade também armada da parte da nação; se bem que eu a admire em belas passagens de nossa história e da história da Humanidade, contudo, o meu espírito republicano, fraternal, só extremamente urgido, aceitaria e aconselharia esse morticínio, embora de indignos compatriotas. Mas o segundo aspecto da revolução, com o apoio tático ou expresso do país inteiro, apoio que se manifesta pela sua imprensa, pela sua tribuna, pelo seu voto contrário ao elemento monárquico, revolução de que temos exemplo proveitoso no nosso 7 de abril, revolução em que pequenas escaramuças e motins inevitáveis, não tiram o caráter geral de paz ao movimento, revolução que mune-se mesmo da milícia necessária para sustentar-se e que, no caso de oposição, não trepide diante da violência para com os mais retrógrados elementos da nossa sociedade essa eu não trepido em aconselhá-la, convicto de que o país é republicano, de que as forças republicanas não devem medir-se apenas pelas do partido correspondente, convicto de que a República é idéa, ciente ou inconscientemente, pouco importa,

(10) JARDIM, Antonio da Silva — *Salvação da Pátria (Governo Republicano) Segundo Opúsculo (Suplementar) A Revolução*. Santos, Tipografia do Diário do Santos, 1888, pág. 9.

assaz alastrada no vasto espírito anônimo nacional. Essa revolução eu não hesitaria em auxiliá-la com as minhas poucas forças, convicto de que seria geral, como o indicam diversos movimentos passados, em pontos, os mais diversos do país, convicto de que a Monarquia não tem por defensores, e defensores sem fé na própria causa, senão os membros da Família Imperial".¹¹

E, realmente, vamos observar que em março de 1889, Aristides Lobo, observara que a grande maioria do Partido, no Rio de Janeiro, acreditava mesmo na revolução¹² e o próprio Silva Jardim nos deixaria escrito que aí no Rio de Janeiro teria encontrado, pelo menos, cinquenta pessoas que também comungavam suas idéias,¹³ embora quase todas elas fossem jovens, entusiastas, arrebatados, já que a maior parte dos líderes não participavam desse entusiasmo, e, como observaríamos posteriormente, realmente, na luta entre as duas idéias, venceu o evolucionismo, já que a vitória de Bocaiúva, em maio de 1889, determinaria a conseqüente e contínua derrota dos princípios e forças comandadas por Silva Jardim e Aníbal Falcão.¹⁴

No Brasil deste período, consciente ou inconscientemente, a noção de ordem estaria totalmente desvirtuada, uma vez que os homens do governo, de há muito, pelo seu despotismo de força, impediam o franco pronunciamento da opinião pública.

Pelo editorial de Álvaro Chaves, em sua coluna "Falso Sentido", da Revista Federal, anotamos suas observações criteriosas feitas bem antes de 89, que nos diziam:

"...Não, o partido conservador não é, em verdade, o partido da ordem, bem como não o é o partido liberal.

Para que reine a ordem na sociedade, ensinam os publicistas, "é preciso que todos os associados nela se desenvolvam livremente, que as leis assegurem o livre exercício da liberdade individual, a liberdade de consciência, a liberdade de pensamento, etc.; que elas sejam a expressão da justiça, que o governo tenha por objeto fazer respeitar os direitos dos cidadãos e impedir que aí haja atentados e manter pela força pública a segurança de todos".

Em que é que os governantes brasileiros têm cumprido tais condições indispensáveis para os governos legítimos ?

... Entre nós, finalmente, não há ordem porque não há liberdade; e a liberdade nunca se restabelecerá enquanto as forças vivas da nação

(11) JARDIM, Antonio da Silva — *Salvação da Pátria (Gov. Rep.) Segundo Opúsculo (Suplementar) A Revolução*. págs. 13/14.

(12) *Diário Popular*, SP, março 19, 1888.

(13) JARDIM, Antonio da Silva — *Memórias e Viagens*, pág. 167.

(14) A imprensa da época comenta bastante sobre essa cisão no Partido Republicano, dedicando-lhe vários artigos: *Diário de Notícias*, Maio 30, RJ, 1889. *Gazeta de Notícias*, maio 31, RJ, 1889. *Diário de Notícias*, RJ, maio 31, 1889, *Gazeta de Notícias*, RJ, junho 1º, 1889. *Diário de Notícias*, junho 1º, RJ, 1889.

forem tolhidas por um poder, que as subjuga para não ser subjugado; sempre que a ação do indivíduo e da sociedade forem nulificadas por um elemento de origem inexplicável e fantástica.

Cessamos, pois, de prolongar o conflito permanente e atroz. Restauremo-nos, enquanto é tempo, com a — República.

Só ela nos restituirá a liberdade, que é o alento vital das nações.”¹⁵

Silva Jardim, de fato, chamaria a atenção, neste “meeting” santista, às circunstâncias em que viviam nosso povo e o seu sistema de governo, comprovando facilmente a importância da luta que aos chamados democratas era mister sustentar para manter-se no poder e garantir a pseudo ordem, já que como podemos deduzir de vários de seus discursos, acreditava que a força é simplesmente um corolário da ordem, e não a própria ordem.

E nesse sentido, bem próximo estaria a Louis Blanc, quando diz que “a força do despotismo é a violência; a força das monarquias constitucionais é a corrupção; a força da república, e é por esse motivo que a adoto, é a justiça”.¹⁶

Assumia tal posição, já que acreditava que o grau de miséria física, intelectual e moral, tanto particular quanto pública, em que se encontrava seu país, era obra da monarquia, tirânica e sangüinária durante o primeiro reinado, e assaz hipócrita e corruptora no segundo, antevendo para o terceiro uma e outra coisas, com maior requinte que nos períodos anteriores.

Daf suas proposições urgentes para destronar essa monarquia, que de “per si” era condenada pelos próprios princípios da ciência sociológica e pelos ditames da razão e da dignidade humana, já que nada justificaria o servilismo e as humilhações da razão humana, e sobretudo a obliteração da consciência do cidadão.

Sempre fora seu intuito, e em todos os seus “meetings” isto ficaria bem claro e objetivado, jamais iludir o povo, bem como nunca sofismar seus direitos; queria, de fato, agitar o espírito público, para que saísse daquela narcotização que a monarquia lhe impusera, provando-lhes que o governo lá era moribundo e que a política era realmente uma arte, uma ciência.

Desejava deixar claro que, se o governo imperial ordenasse a suspensão da Câmara Municipal de São Borja, no Rio Grande do Sul, e, naturalmente, submetendo os vereadores da mesma Câmara pelo pretendido crime de haver ela aprovado a mencionada moção, confirmava

(15) “Falso Sentido”. *Revista Federal*, RJ, ano I, nº 3, agosto 10, 1886, Editorial.

(16) *A República*, SP, nº 1, abril 29, 1883, pág. 3.

a sua proposição de que vivíamos num regime de ficções que se traduzia no absolutismo real, mostrando que o governo era superior à nação e à própria Carta Outorgada, pois, dispensava-se de dar satisfações ao público, não submetendo seus atos à opinião do mesmo.

Pelo próprio Código Criminal então vigente, se o examinássemos, no seu Capítulo 2º que se inscreve “Dos crimes contra a Constituição do Império e forma de seu governo” — observaríamos que em seus artigos evidentemente, não estaria incluído o ato da Câmara Municipal de São Borja, já que chamar a atenção de um poder público, como era a assembléia provincial, e a quem o Ato Adicional (no seu Artigo 10, nº 9) conferia, cumulativamente com a assembléia geral, poderes para velar na guarda da Constituição e das leis, poderia ser tudo, menos tentar contra o preceito constitucional que estabelecia as condições e o modo da sucessão.

Além do mais, a lei penal falava em “destruir”, expressão que necessariamente implica a idéia de violência, e seria, pois, realmente, um absurdo aplicá-la a uma representação, sugestão ou conselho.

Se igualmente fossemos analisar a disposição do Artigo 90 do Código — provocar por escritos e impressos ou por qualquer outro modo, os crimes previstos nos Artigos 68, 85, 86, 87, 88 e 89 — estaria sujeito à mesma regra — suporia a incitação violenta para a prática dos crimes previstos na Parte 2ª, título 1º dos crimes contra a existência política do Império.

O Artigo 174, dizia o seguinte: “Se passados quatro anos, depois de jurada a Constituição do Brasil, se conhecer que algum de seus artigos merece reforma, se fará a proposição por escrito, a qual deve ter origem na câmara dos deputados e ser apoiada pela terça parte dela”.

Por aí observa-se claramente que era condição primordial para qualquer reforma dos artigos dessa Constituição, a possibilidade do debate e da crítica sobre a doutrina que eles encerrassem, desde que os meios, portanto, fossem “indicativos e pacíficos”, seriam naturalmente “legais e inatacáveis”. Competência, pois, não faltava às Câmaras Municipais para usarem desse direito, já que, pela própria origem histórica da nossa Constituição Imperial, a única fonte de soberania para a qual aparelhou o próprio outorgante da Carta, foi a das Câmaras Municipais, uma vez que, tendo deixado de existir a assembléia dos representantes eleitos pela nação, eram os senados municipais as únicas corporações constituídas e subsistentes com caráter político e delegação imediata do povo.

Só, portanto, arbitrariamente é que o governo poderia suspender e processar todas as Câmaras Municipais que aderissem à idéia sugerida pelos vereadores do Município de São Borja.

Em verdade, o governo habituou-se a ver nas Câmaras Municipais simples Ante-Câmaras Ministeriais, uma vez que os presidentes

de províncias copiam servilmente o que faz o governo central com a municipalidade da corte, reduzindo a ridículo papel a democrática instituição. Se o Senado da Câmara voltasse a ser o que já havia sido anteriormente, isto é, pudesse desempenhar suas elevadas funções de negócios materiais e morais municipais, que certamente ninguém haveria de repudiar um cargo que dava o direito de aconselhar e repreender os maus gestores dos interesses públicos. Mas, o governo imperial estava já bastante acostumado a não acudir aos chamados das Municipalidades, tratando aos vereadores como criados...

A vitória de Silva Jardim neste "meeting" santista é insofismável, uma vez que o pronunciamento da Câmara Municipal de São Borja não ficou sem eco: repercutiu na Província de São Paulo, e logo a seguir, a Câmara Municipal de São Simão tomou posição idêntica à da sua irmã gaúcha. O movimento adesista prosseguiu através de atos públicos e pronunciamentos de outras Câmaras Municipais, como, à guisa de exemplificação, as de São João da Boa Vista, Itu, Amparo, Campinas, etc., todas elas trilhando o mesmo caminho constitucional, manifestando, logo a seguir, o desejo de ser consultada a nação acerca da disposição do Artigo 4º da Constituição, o que estava contido em suas atribuições, ex-vi do Artigo 58 da sua Lei Orgânica, a de 1º de outubro de 1828.

É notória importância observar-se que a imprensa da época voltava-se igualmente contra a atitude assumida pelo governo imperial contra a Câmara Municipal de São Borja. Assim é que, das colunas do jornal "O Paiz", do Rio de Janeiro, extraímos os seguintes comentários, endossando a atitude assumida pelo nosso propagandista Silva Jardim:

"Suscita ainda outras reflexões o ato menos pensado do governo imperial, assumindo uma atitude de ameaça e de violência contra a Câmara Municipal de São Borja e estando agora obrigado a permanecer nessa atitude para com todas as outras Câmaras Municipais do Império que, ao exemplo da de São Borja, adotarem a mesma resolução que tanto desagradou ao ministério do Sr. Barão de Cotegipe.

Se era ou se parecia criminoso o ato da Câmara Municipal de São Borja, o que cumpria ao governo era:

1º — obter a autêntica do ato da Câmara, exigindo-o pelo condu-to legal;

2º — remetê-la ao promotor público para que, à vista da qualifi-cação do delito, desse dele a necessária denúncia, poderia ser regular o ato do presidente suspendendo a câmara do exercício das suas funções.

Antes, porém, de possuir o fato, antes de estar ele qualificado, segundo a lei, para poder dar lugar a processo, a suspensão da câmara foi um ato arbitrário e violento, foi uma interferência ilegítima do poder central com ofensa da soberania popular e desprestígio do poder judicial. Esse ato violento e irrefletido é que bem pode ser qualificado: um desacato às autoridades constituídas e uma subversão das leis funda-mentais do país".¹⁷

(17) "A Reivindicação". O Paiz, RJ, Ano V, nº 1216, Fevereiro 4, 1888, pág. 1.

Igualmente a "Gazeta de Campinas", nos diz:

"A ativa e patriótica manifestação da Câmara de São Borja vai, por honra da nossa briosa província, encontrando eco no seio das municipalidades paulistas.

Essas instituições, que incontestavelmente representam o berço das liberdades populares e que, por isso mesmo, foram, aos poucos, perdendo as forças, energias e estímulos, graças aos estratagemas políticos empregados pelo Congresso a bem da garantia e conservação da Monarquia, estão demonstrando que o país não se acha de todo insensibilizado por essa anestesia cruel de que se servem os governos que querem lançar os organismos sociais nos letargos deprimentes do servilismo.

Semelhante fato constitui uma verdadeira ressurreição, nova conquista de forças, que vem coagir o governo da princesa a curvar-se ou derrubar a máscara, envergando corajosamente a armadura férrea do despotismo, até hoje disfarçado !

.....

Assim, pois, não podemos deixar de nos congratular com as municipalidades paulistas, que, zelando de suas dignidade e prerrogativas e seguindo as gloriosas tradições da província de São Paulo, aderiram ao pronunciamento aludido, consignamos aqui a sensata e patriótica indicação do vereador, Sr. José Paulino Nogueira, apresentada à nossa edilidade..."¹⁸

Por aí observa-se claramente que o autoritarismo perdia terreno de dia para dia, embora se acobertasse com a força e a violência costumeiras; mas, no entanto, ele deixou de ser indiscutível; não era mais símbolo que se impunha dogmaticamente.

Lê-se na "Gazeta da Tarde", do Rio de Janeiro:

"Uma das causas da descrença popular no Brasil é a pouca franqueza dos nossos homens políticos que vivem enganando uns aos outros e a si próprios, em prejuízo do país.

Assim, pode-se afirmar com segurança que o que tem prejudicado mais a monarquia no Brasil são a mentira e os embustes dos seus principais servidores, que ocultam sempre a verdade ao país.

E o sistema de governo que se baseia nisto, tem os seus dias fatalmente contados.

Os republicanos, para robustecerem sua causa, não precisam agredir violentamente a monarquia: basta contar-lhes a história como ela é.

O atual governo fornece para isso materiais preciosos, pois, mais do que qualquer outro, tem mantido a nação com tal desazo que a verdade é sempre descoberta em tempo".¹⁹

(18) *Gazeta de Campinas*, fevereiro 9, 1888, pág. 1.

(19) "Movimento Político". *Gazeta da Tarde*, ano X, nº 120, maio 4, Rio de Janeiro, 1889, pág. 1.

Tal afirmação era verídica, pois os efeitos da monarquia brasileira, sessenta anos depois de constituída nossa nacionalidade, era, ao em vez de termos, um soberano experiente e conhecedor dos homens e das coisas, estávamos a mercê, nos primeiros anos do II Reinado, de um frade matemático (Frei Pedro), de certa esfera, mas completamente alheio às coisas políticas. E no fim deste reinado, quando o sistema representativo tinha firmado a paz e a liberdade em toda parte, o Brasil estava entregue aos caprichos de um médico (Dr. Saturnino de Souza e Oliveira Coutinho), que, pelo escrutínio, não conseguiu ser nem vereador da Câmara Municipal da Corte, mas que de fato, quando a liberdade mais perigava, decidia sem apelação dos destinos das coisas políticas, porque a princesa, e os ministros, representantes da nação, por fraqueza ou covardia, não sabiam cumprir o seu dever, acostumados que estavam ao regime do favor, da proteção indébita, de privilégios, de abusos e ilegalidades, vendo sempre as coisas pelo prisma de interesses e facilidades particulares.

Eis o porquê da proibição aos “meetings”, da impossibilidade de exercerem o direito da reunião e de reclamarem pelas garantias da liberdade, provando ao povo o quanto era falsa essa aparente liberdade que garantiam conservadores e liberais.

A maioria das Câmaras dizia pertencer ao Partido Conservador, mas de fato pertencia ao partido das suas conveniências, e, como este sempre foi um grande partido, contavam eles com o apoio de influências políticas que se dizem liberais.

Em última análise, os negócios municipais eram geridos por uma verdadeira quadrilha de especuladores que, sustentada em qualquer situação política, zombava do governo, das leis, da justiça, da moralidade e de tudo o mais, enquanto que o interesse público era desprezado. Os cidadãos que para ali entravam ao final de dois ou três anos, quase todos eles, achavam-se mais ou menos ricos e a municipalidade cada vez mais pobre, já que os contratos eram celebrados clandestinamente, mediante a intervenção de algum vereador, que para isso obtinha forte gorgeta.

Daí a proposição firme de Silva Jardim no sentido de que havia necessidade urgente não da criação de partidos, mas da criação de indivíduos. Achava que urgia colocar trabalho ao alcance da nação e de reformar a pátria de baixo para cima, já que a liberdade era por ele encarada como a sujeição voluntária a um conjunto de leis, e só desta forma o homem gozaria de verdadeira liberdade, quando realmente pudesse realizar uma função social, cumprindo o seu dever livre dos impulsos das paixões egoísticas, sem outros incitamentos que não morais.

O importante, acreditava ainda, era colaborar para o progresso geral, vivendo honradamente, certo de estar verdadeiramente cumprindo uma função social, pois o homem de talento não é apenas o que pensa muito, mas o que executa o que pensa.

Assim, o trabalho moderado, o mais produtivo é o mais contínuo, por ser uma necessidade, um prazer; quando ultrapassar o limite e atingir a fadiga, desordena, pela sua irregularidade a expansão da atividade individual; e trabalho quer dizer ordem, moderação. Trabalho excessivo transforma-se em desordem, e, como trabalho, quer dizer seqüência, progresso, este seria o desenvolvimento da ordem.

Daí acreditar igualmente que o Estado poderia somente impor o que se referisse à ordem pública; não tinha o direito de impor nem instrução, nem moralidade, uma vez que o homem tem o direito de ser ignorante, de ser mau; a própria sociedade o castigaria com seu desprezo, através de seu juízo a seu respeito. Por isso não admitia a confusão entre amor e dedicação à pátria, que moralmente tudo poderia exigir, com servidão obrigatória ao Estado, pois o trabalho obrigatório por lei, é uma ociosidade disfarçada, que não leva o homem à responsabilidade de seus atos, que não o leva a uma consciente dignidade. E nos grandes momentos sociais são sempre os indivíduos mais aptos, mais resolutos, mais ativos, mais conscientes que assumem a direção com garantia de bom êxito.

Ser-nos-ia fácil afiançar, por si só, da necessidade para a época em que viveu Silva Jardim, que ele tivesse ficado na direção do Partido Republicano por sua coragem cívica, por seu desprendimento, abnegação e incansável atividade, bem como pelo ódio que lhe inspirava a manutenção de uma monarquia decadente e putrefeita; pena que este seu espírito tenha sido compreendido por poucos, pois, nenhum chegou a entender a necessidade imperiosa da revolução, que ele exprimiu com tanta energia e clareza, a própria energia dos sentimentos populares.

Realmente desejava para seu país, como o Dr. Raimundo de Sá Valle, não uma democracia eivada dos mesmos erros da chamada monarquia democrática, nem tão pouco substituição de nomes; mas, sim, radical e profunda mudança nas normas de governo: almejava um governo responsável com todas as garantias de estabilidade e liberdade. Assim, propunha a Revolução como um normal natural e fatal no terreno político, pois, toda evolução termina por um ato violento. Calmo, enérgico, audaz, desassombrado, amigo do povo, sempre tendo em mira o governo, pois esta é a verdadeira situação em que os homens políticos se revelam inteiramente; sem isto, não haveria possibilidade de se elaborarem leis sociais, pois, a política não é somente um direito, é também um dever imperioso: uma condição de manutenção e segurança das liberdades públicas, bem como dos direitos do cidadão.

Em resumo, satiricamente plagiando o Marquês de Maricá, a sua máxima realizar-se-ia: "O primeiro imperador foi deposto, porque não era nato, e o segundo há de sê-lo porque não é mulato".

Mas, em verdade, o que pretendia Silva Jardim, não só aqui neste "meeting" santista, como nos demais, era destronar a Monarquia,

procurando dar uma significação política à causa da liberdade, e que realmente convulsionasse o espírito público.

Foi justamente o sucesso obtido no primeiro “meeting” realizado em Santos que o levou às demais cidades, ciente de que os republicanos poderiam animar-se para uma campanha mais ativa. Este seu discurso, pronunciado na conferência-meeting, realizada na noite de 26 de fevereiro de 1888, em Campinas, levou o título de A Pátria em Perigo (Bragança e Orléans) Segundo Opúsculo (suplementar). Esta conferência foi tirada em opúsculo, pelas oficinas da “Gazeta de Campinas”, com 34 páginas, numa edição de 2.000 exemplares.

Sempre que Silva Jardim subia à tribuna, sentia-se acanhado frente à multidão que em torno dele se reunia, e a sua exuberância só crescia e de maneira gigantesca, como se observa pelos próprios comentários da imprensa da época, à medida que se imbuía da alma popular, estabelecendo então, aquele elo, aquela simpatia que ganhara de todos quantos lhe ouviram.

Embora a temática central deste discurso, de Campinas fosse a mesma da de Santos, nele se ocupou de novos e significativos fatos, comprovados já de sua primeira observação, sobretudo porque nesta cidade ele contava com o apoio de Francisco Glicério, que considerava o verdadeiro chefe da democracia campineira. Diz-nos ele: “este homem, em cujo sangue há o sangue de África, este mulato, que tal se confessa sem despeito, tinha-se pelo seu trabalho. Não tivera educação literária especial, não era diplomado em coisa alguma; mas sua sagacidade e inteligência, sua atividade, haviam feito dele um bom advogado prático, sabedor também do agrado de fazer-se boas rendas anuais...”²⁰

Era hábito em Silva Jardim percorrer as cidades antes de pronunciar seus discursos, a fim de informar-se bem acerca da comunidade, de seu desenvolvimento, do espírito público, com a finalidade de poder tirar maior proveito de sua campanha. Mas, com relação a Campinas, dizia: “Mas aqui, para que isto? Que queria eu mais, se lá estava o Glicério — o homem de Campinas?” No entanto, percorre a Igreja Matriz que lhe chama a atenção pelo seu estilo; o bosque dos Jequitibás, notando lá muita luminosidade, muitas árvores, muita água; visita o Clube Republicano, bem como a sala de leitura da cidade, demonstrando muito entusiasmo por tudo o que percorria. Campinas o impressionou deveras porque acreditava que, pelo seu grande progresso e pelo próprio ânimo do povo, ela encorajaria o movimento republicano, as suas idéias. Dizia mesmo: “São Paulo era, então, no seu parecer, o ponto que os republicanos deviam ferir diretamente; mas era mister cercá-lo por Santos e Campinas, que lhe são alguma coisa rivais.”²¹

(20) JARDIM, Antonio da Silva — Memórias e Viagens, pág. 63.

(21) JARDIM, Antonio da Silva — Memórias e Viagens, pág. 54.

Aliás Silva Jardim concordava com as observações feitas pelo bacharel Alfredo Moreira Pinto quando se referia à Campinas, nos seguintes termos: “Campinas, uma das cidades mais opulentas da província, iluminada a gás, com indústria animadíssima, muitas fábricas, clima ameno, hospitais de Misericórdia e de Beneficência Portuguesa; gabinete de leitura, imprensa importante; diversos colégios, entre os quais os denominados Culto à Ciência e Correia de Mello. Foi antigamente a Vila de São Carlos. É hoje cabeça de comarca e do 7º distrito eleitoral. Tem 31.400 habitantes. O maestro Carlos Gomes aí nasceu.”²²

Tanto quanto no “meeting” de Santos, procura no de Campinas demonstrar que não possuía ódio pelo Chefe de Estado, nem pela sua dinastia mas salienta que a atitude dele e de sua família é a de piorar e não a de salvar a Pátria, que dia a dia, corria por caminhos os mais negros. Chama a atenção do povo campineiro “para a miserável velhacaria ultimamente acontecida nessa casa de Bragança. Na apreciação comum das famílias é erro querer macular-lhes o nome e as glórias com a perversão de um de seus membros. Sem dúvida: mas também na Sociedade, entre os simples e verdadeiros cidadãos, ninguém, assaz emancipado de falsos prejuízos sociais e políticos, pretende fazer-se valer por pertencer a este ou àquele tronco. Desde que a família não é um todo pertencente a este todo maior — a Cidade, ou a Pátria, e quer antepor seus interesses aos da coletividade mais generosa, desde que o indivíduo vale por ela, somente, privilegiando-a a seu turno, é justo que seus erros sobre ela recaiam; porque, então, prova-se a iniquidade do privilégio do todo, pela desmoralização de cada uma de suas partes. Esta observação sanciona e justifica o pedido que vos faço; reflitais sobre o que podemos da casa de Bragança esperar, quando se olha o procedimento recente de um de seus descendentes. Ela desceu a tanto, e tanto que osobrinho do Imperador do Brasil, um próximo do chefe de nossa Pátria, foi levado à cadeia por gatuno! Fico envergonhado ao dizê-lo; mas quem fala é a polícia correcional européia. Envergonhado! Embora! O momento da confissão pública chegou; a hora da correção e do castigo aproxima-se; que se diga a verdade inteira. Gatuno! em família de reis. Gatuno! Em família imperante no Brasil! Se entre os que se propõe a governar senhores, há gatunos, que será da bolsa dos governados?”²³

Estava sempre enfatizando com suas eloqüentes palavras que os Orléans eram perigosos pela facilidade com que se apropriavam das armas democráticas, com que assimilavam o meio em que viviam, para

(22) PINTO, Alfredo Moreira — **Geografia das Províncias do Brasil**. Rio de Janeiro, 2ª ed., 1885, pág. 172 (parte relativa à Província de S. Paulo).

(23) JARDIM, Antonio da Silva — **A Pátria em Perigo (Braganças e Orléans), Segundo Opúsculo (Suplementar)**. Campinas, Tipografia da Gazeta de Campinas, 1888, págs. 10/11.

voltá-los, a seguir, contra o povo. Tudo lhes servia: uma vez no governo, faziam do povo uma empresa, fechando os olhos a tudo o que não fosse o dividendo da lista civil.

Mostrava ser impossível continuar a existir o mesmo sistema administrativo que educava os presidentes do conselho na escola dos contrabandos da alfândega e os ministros da fazenda nos sindicatos falidos.

Convencida a Regência de que estava governando um povo sem vontade, ela não poupava demonstrações de que estava certa de sua força, uma vez que a multidão anônima é facilmente manejada.

Critica violentamente a inépcia da Princesa Imperial, principalmente por sua infantilidade, que nem sabia mais como qualificá-la: se digna de dó ou de indignação, por suas leviandades, e também por se preocupar apenas com flores, música e em jogar entrudo.

Procurava demonstrar que governar, seja como chefe hereditário de um Estado, sejam como funcionário eleito "ad hoc", é exercer um ofício e o mais delicado deles.

Pretender poder exercê-lo, sem estudo, sem educação, sem prévio exercício prático ou conhecimento das funções governamentais, seria absurdo e ridículo, já que a autoridade se fundamenta na superioridade legítima, na competência, na habilitação que todos devem conhecer e respeitar. Quando isto não ocorre, e este era o caso brasileiro, onde os que governavam, legislavam, administravam, não possuíam saber e competência (já que bastava ser protegido, favorito, parente ou recomendado de alguma potência eleitoral), urgia por-se fim a tais calamidades.

Tenta convencer o povo de que não poderia dar-se por satisfeito apenas com a manifestação solene da vontade dominante, mas exigir que o poder se legitimasse pelo respeito ao bem público, já que a massa nacional ou sofre sem protestos as maiores violências, ou, quando lhe respeitam a liberdade, atira-se-lhe aos mais censuráveis desmandos. Não podia conformar-se com a covardia da casa reinante, por tantos anos, a única culpada pelo embaraço à constituição e ao progresso do povo.

A futura regente não se preocupava mesmo com nada mais a não ser com música; sua mania por concertos chegava a ser comentada pela imprensa da época como "parecendo ser uma manifestação de loucura hística".²⁴ Ao invés de proteger e amparar artistas, instituições de caridade, voltava-se a banalidades. E em verdade, só o trabalho guia o homem pelo caminho da virtude, e lhe dá o valor, constância e esperança; é ele a fonte de riqueza, o instrumento do progresso, o incentivo à virtude, à missão sublime.

(24) "Crônica Política" — *Correio do Povo*, Rio de Janeiro, Ano I, nº 50, agosto 25, 1889, pág. 2.

No entanto, via na administração do país apenas um pretexto para ganhar dinheiro sem trabalhar, já que a vagabundagem estava elevada à altura de um princípio, e o cinismo era a propriedade característica da nação, já que não havia moralidade em parte alguma, e o palácio da família imperante era o próprio covil de larápios. Além do mais, a monarquia era frívola e ridícula, mantendo os dias de grande gala, com sérios prejuízos ao comércio e à indústria, por serem feriados, e custando à nação muitos milhares de “contos”, desprendidos com pólvora, Te-Deum, etc.

E o pior é que o Conde D’Eu, percebendo tais incorreções na esposa, nada fazia para corrigi-la, simplesmente porque era um explorador barato, de espírito curto e que se dava, portanto, perfeitamente bem nessa convivência. Daí propor a abdicação da Princesa, pois, em caso contrário, a solução seria mesmo a sua deposição; e com relação ao consorte, o exílio voluntário, já que o próprio exército o repelia. Caso contrário, propunha a execução, porque acreditava que se a prudência tem reservas, o patriotismo não podia ter silêncio. “Matar? Matar, sim, matar. É perdição o sentimentalismo em política; a pena de morte deve existir para este caso extremo, o daquele que o Cardeal Richelieu chamava o mais sujo dos crimes: a traição à Pátria! Matar; sim, se tanto for preciso; matar. Abdicação, ou deposição, exílio ou execução!”²⁵

Falava ao povo para que não esperasse o momento crítico do naufrágio da pátria, e para que não se obstinasse em conservar um sistema de governo que pertencia a tempos idos, que não se identificava com o temperamento americano, com as aspirações largas do povo, e que, antes, matava, sim, toda a vontade, toda a energia e eliminava toda a resistência possível às absorções congênicas à sua índole.

O abandono do governo pelos negócios públicos, o pouco caso no bem-estar do povo, são os verdadeiros documentos do péssimo estado financeiro em que o governo nos atira, dia após dia. Urgia, pois, no seu entender, a Revolução imediata, já que acreditava que as verdadeiras opiniões não poderiam sobreviver se não lutassem por elas.

Silva Jardim procurava transmitir ao povo de Campinas o ardor de seu temperamento, para não aceitar as transigências, que as chamadas conveniências políticas estavam a impor. Demonstrava desta forma, mais uma vez, que cada qual teria o direito de viver ou morrer como bem entendesse, desde que sua ação não afetasse a coletividade.

Este seu pronunciamento²⁶ é seguido de inúmeros aplausos, sendo mesmo ele abraçado por grande parte do auditório (note-se que

(25) JARDIM, Antonio da Silva — *A Pátria em Perigo (Braganças e Orléans)*, Segundo Opúsculo (Suplementar), pág. 16.

(26) A Província de São Paulo, noticiando este comício de Campinas, informava que estiveram presentes mais de 2.000 pessoas e que o orador falara por hora e meia, sempre com muitos aplausos. (*A Província de São Paulo, SP, Fevereiro 28, 1888*).

neste “meeting” realizado no teatro São Carlos, estava presente o compadre do Conde D’Eu, que era o chefe de polícia local), principalmente ao encerrar-se o seu pronunciamento quando iria ser proposta a moção, que, ele tinha certeza, seria aprovada, e com enorme aclamação, pois, “Vós tendes filhos, a quem quereis deixar o exemplo do dever cumprido e orgulho futuro; vós tendes esposas, cujos sorrisos de animação e amplexos de aplauso quereis receber; vós tendes pais cujas cãs venerandas, ou cujas cinzas piedosas quereis honrar... Vós a aprovareis, por uma enorme aclamação, espontânea e unânime, a moção que nos vai ser lida por um valente cidadão republicano”.²⁷

Foi a seguinte a Moção apresentada por Francisco Glicério nesta sessão de 26 de fevereiro de 1888, em Campinas, com aprovação unânime:

“O Povo de Campinas, Reunido em Pública Assembléia:

Considerando que o estado precário da saúde do chefe da nação inspira fundados receios de um próximo e lamentável sucesso com respeito à sua morte e conseqüente desocupação do trono brasileiro;

Considerando que a sucessão do trono brasileiro não está legitimada por lei alguma constitucional, porquanto a sua carta de 1824, decretada despoticamente pelo 1º imperador, nunca foi homologada por assembléia constituinte;

Considerando que tanto é certo não ter a dinastia de D. Pedro I, legitimidade constitucional, que ele próprio em 7 de abril de 1831, foi forçado pela revolução liberal a desocupar o trono e abdicar em seu filho;

Considerando que nenhum poder constituinte ratificou a investidura imperial deferida a D. Pedro II, sendo que a maioria foi decretada ilegalmente e sem prévia consulta à nação;

Considerando que, assim sendo, o 3º reinado não pode instalar-se sem que o povo brasileiro seja ouvido pelos meios regulares de que usam todos os povos quando tratam de escolher a forma de seu próprio governo;

Resolve:

1º – Prestar inteira adesão ao movimento iniciado pelas Câmaras Municipais do Brasil, no sentido de ser o povo brasileiro chamado a pronunciar o seu voto soberano em relação à sucessão do 2º reinado;

2º – Protestar patrioticamente contra as traições que o governo geral está praticando no intento de instalar sorrateiramente o 3º reinado, já mandando instaurar processos iníquos contra os vereadores que requerem a revisão constitucional, já desterrando cruelmente para longe da pátria o cidadão brasileiro — o primeiro

(27) JARDIM, Antonio da Silva — A Pátria em Perigo (Braganças e Orléans), Segundo Opúsculo (Suplementar). pág. 16.

magistrado da nação, o Sr. D. Pedro II, no momento em que o velho e enfermo monarca mais necessitava dos cuidados da família e da proteção dos seus amigos, só em satisfação do interesse dinástico do impopular príncipe consorte.

Campinas, 26 de fevereiro de 1888".²⁸

Este "meeting" campineiro fora de enorme repercussão e a agitação se fazia crescer freneticamente nos espíritos, embora a crítica pela imprensa, republicana, menosprezasse drasticamente Silva Jardim, chamando-o de "um tal Silva Jardim!"²⁹ No entanto, a partir desse momento principalmente, seu nome era um verdadeiro símbolo de civismo ao mesmo tempo que esperanças. Ou se tomarmos as palavras de Valentim Magalhães, seu grande amigo e companheiro nos tempos estudantis, com os mesmos ideais políticos e literários, repetiríamos com ele que: "Silva Jardim significa República, mas República imediata, com flores ou com sangue, em nome da Paz, do Progresso e da Liberdade. Os serviços de Silva Jardim à República só podem ser comparados aos de José do Patrocínio à Abolição".³⁰ Silva Jardim, era assim. "Por onde passou deixou o germe revolucionário. A agitação crescia e os clubes se organizavam em toda a parte".³¹

Daí concluímos que a sua insistência contra o III Reinado era para evitar o fanatismo religioso, que, a seu ver, estaria de mãos dadas com a cobiça argentária, ou, ainda pior, uma verdadeira comédia da abdicação régia, perfilhada pela revolução áulica, que seria um verdadeiro ludfbrio de preconceitos sobre a mentalidade nacional declarada em perpétua e irremediável minoridade, uma vez que o sistema monárquico representativo, estaria gasto e apenas denunciava a sua queda pela inanidade dos depauperados aparelhos constitucionais que funcionavam penosamente sem nada, absolutamente nada produzir.

Aliás, o próprio Senador do Império, ex-deputado por Minas, ex-ministro da Coroa e Conselheiro de Estado, Afonso Celso, confirmaria o pensamento de Silva Jardim, quando teria dito: "A Monarquia no Brasil ainda não produziu o mínimo bem".³²

Por outro lado nos observa que os povos manipulados pela corrupção refletem a imagem da instituição que os cria. E a monarquia representativa seria no seu entender, a mentira de todos os sistemas, e, conseqüentemente, a negação de todos os elementos positivos de governo,

(28) JARDIM, Antonio da Silva — *A Pátria em Perigo (Braganças e Orléans)*, Segundo Opúsculo (Suplementar), págs. 17/18.

(29) JARDIM, Antonio da Silva — *Memórias e Viagens*, pág. 69.

(30) "Silva Jardim IV". *O paiz*. RJ, nº 3376, julho 25, 1891, pág. 2.

(31) LEÃO, José — op. cit., pág. 165.

(32) *Revista Federal*. Rio de Janeiro, ano II, nº 2, junho 30, 1887, pág. 6.

donde advir a falsidade dos seus princípios, a fraqueza de suas crenças e o triste rebaixamento das consciências, já que o caráter nacional, em todos os seus aspectos, estranhava o cunho vital das instituições que os dirigia. E seria, justamente contra a bancarrota que se mostrava eminente, contra a falência inteira desse caráter e da consciência do país, que estaria disposto a sacrificar-se e a propor o movimento revolucionário imediato.

Nesse sentido, estará bem próximo à colocação de Giuseppe Mazzini quando afirmava que: “A humanidade é o fim; a nação, o meio. Sem ela podereis adorar, como contempladores ociosos, a humanidade. Não, porém, constituí-la”.

Entende-se, pois, a sua insistência em transformar a sociedade, transformando os homens, e, para tanto, transformá-los de imediato para a conseqüente transformação desta mesma sociedade. Daí propor o regime republicano como uma idéia política, uma idéia econômica, uma idéia *social*.

Acreditava Silva Jardim que o cidadão perante a humanidade representava o verdadeiro elo da grande cadeia — sociedade, e, como tal, deveria prestar seu contingente para o bem estar daquela, trabalhando segundo suas convicções, tanto quanto fosse possível, pois, seria justamente no sacrifício e na luta que os verdadeiros homens deveriam aparecer e se formar, já que nos entreveros do processo civilizatório de um povo, é que deveriam surgir os verdadeiros heróis.

donde advir a falsidade dos seus princípios, a fraqueza de suas crenças e o triste rebaixamento das consciências, já que o caráter nacional, em todos os seus aspectos, estranhava o cunho vital das instituições que os dirigia. E seria, justamente contra a bancarrota que se mostrava eminente, contra a falência inteira desse caráter e da consciência do país, que estaria disposto a sacrificar-se e a propor o movimento revolucionário imediato.

Nesse sentido, estará bem próximo à colocação de Giuseppe Mazzini quando afirmava que: “A humanidade é o fim; a nação, o meio. Sem ela podereis adorar, como contempladores ociosos, a humanidade. Não, porém, constituí-la”.

Entende-se, pois, a sua insistência em transformar a sociedade, transformando os homens, e, para tanto, transformá-los de imediato para a conseqüente transformação desta mesma sociedade. Daí propor o regime republicano como uma idéia política, uma idéia econômica, uma idéia social.

Acreditava Silva Jardim que o cidadão perante a humanidade representava o verdadeiro elo da grande cadeia — sociedade, e, como tal, deveria prestar seu contingente para o bem estar daquela, trabalhando segundo suas convicções, tanto quanto fosse possível, pois, seria justamente no sacrifício e na luta que os verdadeiros homens deveriam aparecer e se formar, já que nos entreveros do processo civilizatório de um povo, é que deveriam surgir os verdadeiros heróis.

CAPÍTULO IV

COMO SALVAR A PÁTRIA ?

Sob o título **Salvação da Pátria (Governo Republicano)**, há dois opúsculos de Silva Jardim, nos quais ele procura demonstrar as soluções para salvar sua tão amada Pátria, que, a seu ver, perigava em mãos da dinastia dos Bragança e Orléans.

O primeiro, transcrevia sua conferência feita no Clube Republicano de São Paulo, na noite de 7 de abril de 1888 (que será objeto de nossa análise), sendo impresso em Santos, na tipografia do “Diário de Santos”, com quarenta e oito páginas, tendo sido também publicada em “O Paiz”, do Rio de Janeiro, de 25 a 30 de agosto de 1888 e 3, 7, 16, 17, 20 e 27 de setembro do referido ano. A edição era de 4.050 exemplares. Encontramos também sua transcrição em “A Província de São Paulo”, na “Pátria Paulista” (ambos de São Paulo) e na “República Federal”, da Bahia.

Quanto ao segundo opúsculo, com mesmo título e sub-título, continha o discurso realizado no Congresso Republicano de São Paulo, na noite de 24 de maio de 1888, também impresso em Santos, na mesma tipografia, com dezessete páginas, e com edição anunciada de 2.000 exemplares.

Inicia Silva Jardim seu pronunciamento, fazendo ver aos que lhe ouviam, o significado histórico do dia 7 de abril, mostrando-lhes o valor dos antepassados, que, insatisfeitos com o regime absolutista do Imperador, o haviam forçado a abdicar de seu trono, ao mesmo tempo em que elogiava a atitude do Clube Republicano de São Paulo, por haver escolhido tal dia, para que todos tomassem conhecimento dos abusos que naquele momento o Império Brasileiro fazia contra a Pátria, contra o povo, mostrando-lhes que a própria evolução da Humanidade era a de caminhar para o regime republicano, repetindo nesta sua afirmação sua crença na filosofia positivista quando afirmava: “E concluamos afinal, senhores, que, bem como na materialidade e na vida vegetal e animal o repouso é par do movimento, a estrutura é simultânea do crescimento, nas sociedades, — que a sã razão teórica indica, a observação dos tempos e dos indivíduos o confirma — nas sociedades a fixidez é condição de marcha, a estabilidade condição de progressão real, que não simples mudança, a

Ordem coexiste com o Progresso, não sendo o Progresso mesmo outra coisa mais que o desenvolvimento da Ordem".¹

É de suma importância a análise que faz do fetichismo, do politeísmo e do monoteísmo, mostrando que o fetichismo nada mais fora do que a época em que o homem venerara a matéria, dando-lhe vida e alma, enquanto que, no politeísmo, procura demonstrar um princípio bastante conservador, autoritário com termos políticos, regime de corporações, caracterizando, que a passagem do politeísmo para o teocratismo, fora progressiva.

Já com o monoteísmo, embora o aponte como elaborado pelo gênio teocrático de Moisés, seria com São Paulo que constituir-se-ia o catolicismo para disciplinação dos sentimentos humanos, mostrando, contudo, que fora com o advento do Feudalismo e da Cavalaria Medieval que realmente se estruturaria a emancipação da mulher e do trabalhador, embora estivesse tentando mostrar que esse monoteísmo estava totalmente sem possibilidades de sobrevivência, já que novas tendências sociais, econômicas e políticas haviam surgido, demonstrando que o elemento local e o central do governo encontravam em choque, fazendo com que as raízes populares vencessem a aristocracia. "Sim, Cidadãos, a evolução da História nos leva ao regime da atividade pacífica dirigida por crenças demonstradas: a Ciência substitui a Teologia, porque a demonstração sucede à revelação; a Indústria elimina a Guerra, porque a direção toma o lugar do comando. Sim, Cidadãos, a marcha humana nos leva ao governo do homem sobre o próprio homem; a substituição da aristocracia, pela nação; do súdito, pelo cidadão; do velho regime, pelo novo; nos leva, enfim, ao governo republicano".²

Tece, depois, considerações sobre a América pós-independente, salientando os grandes heróis, os mortos benfeitores da Pátria, incitando-os, para que fossem estes um exemplo à geração presente, numa síntese muito bem dirigida, demonstrando, sempre que possível, o triunfo das massas, o espírito de justiça dos espíritos construtores de nossa nacionalidade, que procuravam sempre a Liberdade, e não a Monarquia, que, a seu ver, era um mero acidente em nossa História, já que era anti-liberal, e que o próprio movimento de 1822 o fora de caráter revolucionário e republicano, e que tais idéias sempre continuaram no país, mesmo após a abdicação de Pedro I (seria o caso, por exemplo, dos movimentos ocorridos em Pernambuco, na Bahia, no Ceará, no Maranhão, no Pará, em Mato-Grosso, no Rio Grande do Sul, e de tantos outros...), sempre com o mesmo intuito.

(1) JARDIM, Antonio da Silva. *Salvação da Pátria (Governo Republicano)*. Santos, Tipografia do Diário de Santos, 1888, pág. 7.

(2) JARDIM, Antonio da Silva - *Salvação da Pátria (Governo Republicano)*, págs. 13/14.

Mostra-lhes, depois, que o ardor revolucionário, pareceu amainar-se, não porque convictos da lei infalível da evolução progressiva da Humanidade, mas, porque, época de estagnação e putrefação, onde a nação se satisfiz com uma paz aparente, servil, falseada pelo Poder Moderador, pelo domínio do clero (já que este funcionava como uma verdadeira instituição, e não a Igreja como tal...), por uma religião, conseqüentemente, hipócrita, e pela verbosidade dos bacharéis em Direito.

Mas, na sua crença de que a lei do progresso é uma fatalidade que não se interrompe, a Pátria continuou a caminhar para o regime republicano, principalmente com o advento da liberdade religiosa e pelo próprio espírito de fraternidade social, sem se falar na guerra do Paraguai, em sua última fase, que veio realmente dar um caráter cívico à nação, e a própria campanha abolicionista, que passa da tribuna e da imprensa às ruas, tocando até às classes dirigentes da sociedade, e o então recente Partido Republicano, tornando sua a questão, pela solene declaração de Campos Salles, na cidade de Santos.

Prossegue mostrando ao povo os nefastos danos que a Monarquia sempre trouxera ao Brasil, desde os tempos de D. Manuel o Venturoso, que nos impôs a colonização com degredados, que ele, Silva Jardim, considerava os piores elementos da época em Portugal. Sabemos, contudo, que nessa afirmação há grande exagero, pois o excelente artigo da Profa. Emília Viotti da Costa³, nos demonstra que não só de degredados nossa terra foi povoada, como também os crimes por eles cometidos, na sua maioria, os eram de ordem sexual ou religiosa.

Assinala ainda o propagandista republicano, que o início do Governo-Geral no Brasil, foi então taxativo, no sentido de nos determinar a escravidão, mostrando o egoísmo dessa geração, que só poderia ser perdoável pela grande generosidade de que é possuidora a raça negra. Refere-se também de maneira impulsiva à destruição dos índios, ao tempo de D. Sebastião, para depois, então, com violentas palavras atacar a época de D. João V, que preparou, ao seu ver, a miséria do país, pelos tesouros carregados à Metrópole portuguesa. E com a queda do Marquês de Pombal, completar-se-ia, então, a nossa desgraça, nas palavras de Silva Jardim, pois, com a rainha D. Maria I, é sacrificado o grande herói da nossa liberdade política — Tiradentes —, para depois culminar com a ruína do nosso erário público à época de D. João VI.

Essa herança nefasta, repetimos, no entender de Silva Jardim, não poderia deixar de ser transmitida aos nossos imperadores: Pedro I e Pedro II. Pois, com o primeiro Imperador, o despotismo para com a nação, que o acolhera de braços abertos, é intolerável; e com o segundo

(3) "Primeiros povoadores do Brasil. O problema dos degredados — Revista de História. São Paulo, nº 27: 3 — 24, 1956.

Imperador, a política fraca para desenvolver qualquer nação, caracterizada sempre pelo egoísmo, pela sua vaidade pessoal, pela sua inércia.

“... Não há dele nenhum livro, ou uma descoberta; nenhum poema, ou um quadro; nem verdadeiras relações de amizade internacionais; nem uma instituição boa; nem empresas; nem vitórias; nem leis; nem atos de bondade, nem de virtude: instituiu o pedantismo científico e artístico, uma escola inútil, e a má vontade entre o Brasil e as repúblicas platinas; continuou o regime de abandono das províncias, foi até Uruguaiana, manteve a escravidão, maltratou os amigos, e criou-se uma reputação dúbia para homem de lar...

Corromper foi sua divisa; corromper inteligências, sofismando teorias: “também era republicano, aplaudia o positivismo, era abolicionista”, dizia; corromper caracteres e corações. Nem mesmo “touriste” foi: caminhava, não viajava porque de suas viagens nada se aproveitou: vindo de nações adiantadas, caminhou sempre na retaguarda da sua nação, que quis deixar monárquica, clerical, e com escravos. Foi, entretanto, ingrato para com os sustentáculos do trono, mandou prender bispos e enganou aos lavradores: sempre o capricho de criança, que devia terminar na demência de velho...”⁴

Isto significa dizer, para o nosso propagandista, que todo o progresso que o Brasil apresentou, era unicamente devido à nossa fortíssima natureza, resultante da miscigenação dos três básicos elementos formadores da nossa sociedade: o branco, o negro e o índio, que, sós, mantiveram a integridade do território, apresentando desde 1640 tentativas de emancipação, que, aos poucos, fortaleceram o espírito de liberdade que se foi multiplicando. “Contra a resistência passiva dos nossos monarcas, e dos nossos governos, nos fizemos homens para a Fraternidade, para a Ciência, e para o Trabalho: Amor, Ordem e Progresso. Honra nos seja: mas a nós somente, somente a nós!”⁵

Daí, ao tentar mostrar que o verdadeiro progresso se caracterizava pela paz industrial e pela exploração científica do território, através de um trabalho consciente e livre, notar que a herdeira do trono não correspondia a estes anseios, porque “se Isabel I é o escapulário, Gastão I é o chanfallo”.⁶

Quanto a Pedro II, achava que nem mais o que falar teria, pois, se nada fizera no seu longo reinado, quanto mais agora, excursionando pela Europa, com tanta agitação no país, onde corriam boatos, os mais variados, de sua insanidade e de sua abdicação, e ele, como sempre fora, totalmente alheiado à realidade brasileira, aos nossos negócios, fazendo

(4) JARDIM, Antonio da Silva. *Salvação da Pátria (Governo Republicano)*. pág. 33/34.

(5) JARDIM, Antonio da Silva — *Salvação da Pátria (Governo Republicano)*. pág. 35.

(6) Idem, pág. 36.

literatura provençal, enfim, totalmente inutilizado para a vida pública.

Passa, então, a focalizar o casal D'Eu, repetindo para Isabel a sua ignorância, fragilidade e futilidade, a sua "carolice", e para o Conde, recordando os aspectos negativos de sua família, cujos príncipes, que foram candidatos a tronos, se viram desalojados pelo novo espírito da época, que os repeliu violentamente, e com acerto. Mostrava, então, ao povo, que seu casamento com a herdeira do trono brasileiro, fora-lhe um excelente negócio, já também por ser clerical, belicoso, atrevido, ter as mesmas pretensões de um monarca com direitos divinos, supondo-se, de sangue superior aos demais homens, propondo a militarização como lema ideal para a vida de um país, fato, aliás, que ele já teria dado provas na fase final da Guerra do Paraguai, forçando o alistamento militar, além de ser um grande especulador, em seu proveito, fato também já comprovado, em relação ao aluguel de casas aos miseráveis.⁷

Prosseguindo ainda mais veemente em suas palavras, relembra o incidente do processo da Câmara de São Borja, por solicitar a revisão constitucional, além de querer impedir a representação do Brasil no Centenário da Revolução Francesa.

Diante da impossibilidade de uma conciliação com essa família e de afirmar que a nação brasileira, pelos seus antecedentes, estava realmente preparada para a instituição da República, principalmente se lembrarmos, que os jovens das capitais (referindo-se principalmente aos acadêmicos), bem como o sertanejo, eram já pensadores livres, já que grande parte dos agricultores eram maçons, enquanto que o advogado, o funcionário público, o parlamentar, os ministros em geral, os coronéis da Guarda Nacional eram profundamente céticos, mas, pelas conveniências de sua posição social, seguiam a religião católica, embora a julgassem muito boa para as mulheres e para o povo, incluindo aí o próprio clero, onde os mais esclarecidos, de há muito, já eram revolucionários. "... Tal é, em resumo, me parece, a situação mental da consciência dos brasileiros: o espírito de emancipação de concepções fictícias prevalece geralmente em todas as classes, o que não impede que predomine na massa da nação o culto fetichista pelas imagens católicas, a semi-emancipação metafísica caracterizada pela crença na divindade e na imortalidade da alma nas classes diretoras, e, na geração atual a emancipação plena, já materialista, já positivista: na prática, porém, a mais completa liberdade de pensamento: condição primeira do regime republicano".⁸

(7) A Mordomia do Palácio Isabel, na pessoa do mordomo Guilherme Carlos Lassance, procura defender as acusações que há muito S. A. recebia, numa carta que envia ao jornal "Gazeta da Tarde", do Rio de Janeiro, pedindo que a mesma fosse divulgada, com idêntica publicidade que tornara pública as infâmias já ditas sobre S. A. A carta foi publicada a 7-6-1889, à página 2, no nº 153 do referido jornal, onde questões sobre se S. A. era ou não dono de cortiços, de pedreiras, de capinzais, entre outras, foram ventiladas.

(8) JARDIM, Antonio da Silva. *Salvação da Pátria (Governo Republicano)*, pág. 41/42.

Declarava, pois, solenemente ser a Monarquia Brasileira um fato isolado na civilização, por não possuir sequer um conjunto de crenças, de instituições, de costumes ou mesmo de sentimentos, que lhe dessem a segurança indispensável à sua manutenção. Analisando a nossa Carta, revela que, quando menciona ser o nosso Imperador feito “por graça de Deus”, tal afirmação é totalmente errônea e falsa mesmo, pois, entre nós, a Igreja nunca dominou como instituição, já que os jesuítas que constituíram a base de toda a nossa formação, eram padres desprestigiados, excessivamente retóricos e apregoadores de uma vã oratória; quando ainda a Carta se refere que nosso Imperador o é “por aclamação dos povos”, é mais falsa ainda, pois, até aqui jamais o povo interveio diretamente na política, já que o partidarismo sempre revestiu as camadas inferiores da população quando chamadas ao exercício do voto, onde agiam como que numa dedicação aos chefes; e quanto aos bacharéis em Direito, principalmente, a ambição de uma ascensão social os deixava igualmente levar-se. Daí concluir que no Brasil poderia haver, sim, dois partidos: o dos liberais e o dos conservadores; porém, monarquistas nunca os houve.

Termina sua conferência, dizendo:

“Eu, Senhores, direi que sou pela República Brasileira, se bem que o meu alvo, terminante e fixo, seja a separação do Brasil em muitas Repúblicas. Após a independência americana, cisão de dois povos unidos pela língua e pelo culto, viu-se que começava a deslocação contínua e irrevogável dos grandes estados; e o Brasil está neste caso, pela sua exorbitante extensão. Mas eu quisera, primeiro, um conjunto de reformas gerais para toda a comunhão; eu quisera, enfim, Senhores, a unidade, para a separação; nem julgo possa ser isto utopia.

Nós podemos, pois, ter a República: estamos para ela preparados, e devemos procurar tê-la o mais breve que nos for possível, pois, o momento certamente é solene na vida da Pátria. Não é ocasião ainda de dar à República completo programa; direi apenas, sob o ensino da luz sociológica, que poderemos ter então – e infelizmente parece que só então! – uma Pátria com a consciência livre no estado livre, separação do poder temporal e do espiritual; da igreja e do estado; com a reforma do ensino oficial, o derramamento do ensino primário, e o verdadeiro ensino livre; com as instituições civis de nascimento, casamento e morte; com a liberdade de exposição e discussão garantida nos Códigos. Só, então, teremos uma Pátria em que a Indústria, e as indústrias, adquiram pleno desenvolvimento, nobilitando-se todo o trabalho; em que seja convenientemente explorado um tão belo e vasto território; em que seja politicamente melhor dividido, melhor administrado, já quanto ao pessoal, já quanto aos processos de ação, descentralizadores, que não ferrenhamente centrais; Pátria com melhores representantes, melhormente distribuídos pelas zonas; com melhor legislação, corrigida a existente, e organizada a codificação civil com a harmonia das leis e dos costumes; em que sejam claros e amigos os limites com os povos irmãos, fixa só então a fraternidade americana. Pátria, em que, principalmente, Senhores, todos se sintam livres e felizes: mera hipótese, a guerra; em que o exército se transforme em gendarmeria,

segurança interior que não ameaça externa: em que, afinal, se caminhe para este alvo de toda a ação moderna: incorporar o proletariado, até aqui acampado na Sociedade, à sua grande existência, estabelecendo a paz industrial, a fraternidade humana, o progresso geral! Para tudo isso, Senhores, só há um caminho: a República! e para isso, Senhores, pois que a Pátria está em perigo de tudo isso perder, salvação única: — a República! a República!”⁹

A todo momento, também, procura incitar o Partido Republicano a partir para uma ação mais efetiva e ativa, do que pacífica como se vinha mostrando desde a sua fundação; achava que o partido deveria por de lado todo esse seu programa meramente evolutivo e preparar-se para a ação imediata, já que acreditava que, para completar as leis, as vontades são necessárias, e, em sendo o homem um dos agentes da evolução social, somente a ele caberia a transformação política efetiva das instituições, bem como dos atos. Eis igualmente o porquê de achar utopia banir do organismo social a revolução, que, é, em última análise, o supremo recurso do proletariado asfixiado pela riqueza, porém, superior pelo seu número e poder moral.

Já tivemos oportunidade de mencionar, quando analisamos o pensamento político geral de Silva Jardim, que, para ele, Revolução, politicamente falando, era o levantamento da massa de um país, ou de parte desta, para derrubar uma instituição, obsoleta que nada lhe estivesse dando, através das armas, ou de pronunciamentos nos parlamentos, na praça pública, na imprensa, enfim, em todos os locais e por todos os meios que comunicassem a idéia a todos os oprimidos. Daí, conseqüentemente, repetir sempre que o sentimentalismo é perdição em política, já que o ideal pela Pátria deveria ser o objetivo de todo cidadão consciente e livre. Neste sentido é que tornamos a insistir, que Silva Jardim chega a uma formulação análoga à de Karl Marx, quando reconhece que existem “leis sociais” que não podemos desconhecer ou delas fugir, e que a atividade consciente dos homens pode “acelerar ou retardar” essa marcha da evolução social.¹⁰

Por outro lado, como também claramente se pode observar nesta conferência de Silva Jardim (e em todas as demais), ele tinha consciência de que a simples queda da Monarquia não resolveria todos os problemas de ordem sócio-econômico do país, já que propunha mudanças radicais posteriores.

Contudo, com a comparação que fizemos, não estamos afirmando que Silva Jardim tivesse tido alguma ligação direta com as obras de Marx ou mesmo com o Movimento operário internacional;

(9) JARDIM, Antonio da Silva — *Salvação da Pátria (Governo Republicano)*, págs. 47/48.

(10) Ver: Marx et Marxisme: “*Choix de Textes Fondamentaux de Karl Marx, F. Engels Lenine...*” Ed. Sociales, Paris, 1953, pag. 14.

simplesmente acreditamos que, em seu pensamento há uma identidade com o marxismo, no sentido de achar seus próprios meios e métodos para a Revolução Republicana Brasileira, meios necessários à execução de uma política orgânica, muito embora o propósito revolucionário sempre impeça que a racionalidade se torne absoluta. E o pensamento marxista nele surge como uma tentativa de racionalizar o irracional, muito embora esta sua afinidade com o marxismo fosse apenas uma semelhança inconsciente, provocada pela situação histórica.

E para que o povo não se mantivesse apático ou como uma massa passiva, impunha-se envolvê-lo institucionalmente nos mecanismos de organização, de funcionamento do poder político e, ao mesmo tempo, libertá-lo da submissão dos interesses particularistas.

O pouco êxito nesta direção por ele proposta, explica-nos, em parte, as crises sucessivas que pontilharam a agitada evolução do Estado Republicano posteriormente ao 15 de novembro de 1889.

No segundo discurso — **Salvação da Pátria** — tomaria Silva Jardim uma posição francamente revolucionária contra a ordem sócio-político-econômica em que se encontrava o país, encorajado sobremaneira pelo discurso proferido por Rangel Pestana e pelas próprias resoluções adotadas pelo Congresso, e que foram expostas ao público pelo novo Manifesto do Partido Republicano Paulista.

Focaliza, embora acreditasse que o Partido Republicano Paulista não fosse de “parola”, e nem de “revolução”, que o momentourgia que esse partido, sem perder de vista sua linha evolutiva, devesse compreender bem o que seria essa revolução.¹¹

Demonstra então que o homem é um agente da evolução social, e por sua ação e concurso direto e objetivo, pode transformar as instituições de um país, e, portanto, nem mesmo a “evolução humana no seu apogeu de aperfeiçoamento poderá excluir a Revolução”¹², já que, a seu ver, a última etapa de um processo evolucionista é mesmo o ato revolucionário.

Por isso chamava a atenção de todos “evolucionistas”, que seria erro dos mesmos pensar que qualquer mudança política poderia ser efetuada sem um ataque cabal ao Império. Tal fato era totalmente diferente, por exemplo, do que ocorrera com a abolição da escravidão, pois era apenas uma reforma social, que, embora colocasse o trono em perigo, este poderia ainda sobreviver. Mas, no caso de uma reforma política, onde o próprio trono seria o atacado, este deveria sossobrar. E era por isso mesmo que a revolução política, a seu ver, precisaria ser feita nas ruas, em

(11) JARDIM, Antonio da Silva: — **Salvação da Pátria (Governo Republicano) . Segundo Opúsculo (Suplementar) A Revolução.** pág. 7.

(12) Idem, pág. 8.

volta dos ministros, do próprio imperante, e não nas fazendas ou nos quilombos, como fora feita a revolução abolicionista.¹³

Via a idéia republicana como uma causa individual, já que as idéias fazem parte das próprias pessoas, e os homens seguem, em verdade, as leis fatais da organização humana.¹⁴ Daí propor sempre que jamais pretendeu transportar para o seu país o que não fosse possível de ser assimilado pelo povo, mas, sim, aquilo que pudesse ser realmente adaptado às nossas condições, muito embora julgasse possível imitar os norte-americanos no seu progresso material, no seu espírito de iniciativa, no seu espírito industrial e de trabalho¹⁵. Porém, com relação à Constituição Republicana, ela jamais poderia ser a imitação de um povo radicalmente diferente do nosso, sobretudo pela educação cívica.

Pelas imperfeições do sistema eleitoral então vigente, por uma política irresoluta e vacilante, experimentada pela ausência completa de iniciativas, pela confusão do Imperador com o trono, amargurados por seus desastres pessoais, nos últimos anos, é que, freqüentemente os monarquistas passaram a apoiar o Partido Republicano. À guisa de exemplificação lembraríamos o caso de inúmeros senhores de escravos negros, homens de importância política no Império, que abandonaram a Monarquia por volta de 1871, e em 1888/89, pelo fato de observarem que o Imperador apoiava o movimento Abolicionista, e, por despeito, diríamos mesmo, por vingança, declararam-se inimigos de D. Pedro II. O próprio Barão de Cotegipe (João Maurício Wanderley), conservador que fora, primeiro ministro de agosto de 1885 a março de 1888, quando fora do cargo, simpatizou-se igualmente com a causa republicana.¹⁶

Por outro lado, também os liberais eram ainda mais inclinados a apoiar os republicanos. Em verdade, no entanto, quando seu partido voltava ao poder, namoravam novamente a Monarquia; mas, suas derrotas temporárias enfraqueciam, isto sim, cada dia mais, a estrutura monárquica.

Daí, ser realmente muito natural o aparecimento de um novo partido, revolucionário que, como um verdadeiro elixir, tentava salvar o país, implantando a República.

Rapidamente poderíamos esboçar um quadro genérico da fundação do Partido Republicano, para melhor compreendermos a posição e atuação de Silva Jardim, como o grande líder do movimento republicano revolucionário.

O Partido Republicano foi fundado no Rio de Janeiro, em 1870, débil, dirigindo apelos a um país sem uma verdadeira

(13) JARDIM, Antonio da Silva — **Salvação da Pátria (Governo Republicano). Segundo Opúsculo (Suplementar). A Revolução.** págs. 15/16.

(14) JARDIM, Antonio da Silva — **Pela República contra a Monarquia. Conferências Populares.** Rio de Janeiro, Tip. da Gazeta de Notícias, 1889, pág. 6.

(15) Idem, pág. 18.

(16) JARDIM, Antonio da Silva — **Memórias e Viagens, I.**, pág. 263.

conscientização política, tendo habilidade sempre para aproveitar-se das situações de crises (que não foram poucas), que assaltaram a Monarquia em seus últimos anos.

O Manifesto de 3 de dezembro de 1870 e o jornal "A República", constituíram, por assim dizermos, a primeira realização mais importante do republicanismo no Brasil, entre os anos de 1870/1889.

Em janeiro de 1875, fundava-se o Clube Republicano Federal, para substituir o extinto Clube de 1870, sendo que os membros do novo Clube deram sua adesão não só ao Manifesto de 1870, como também prometeram fidelidade ao Partido.¹⁷

Com a queda do governo conservador, em 1878, e a subida do Partido Liberal (diga-se de passagem, pela primeira vez, em dez anos), fora outra prova dura que os republicanos tiveram pela frente. Aliás, um dos fatores da formação do Partido Republicano, em 1870, fora justamente o desgosto que os liberais sentiram quando o seu Partido fora derrubado do poder, pelo Imperador, em 1868.

Qual seria então a atitude do Partido com o novo governo, já que a maioria dos republicanos do Rio de Janeiro não mais pertencia às fileiras liberais, e nos últimos oito anos, o Partido tivera relações políticas com os liberais ?

Durante o regime conservador, já que os dois partidos pertenciam à oposição, nada mais natural que uma cooperação mútua. Mas agora, o Partido estava enfrentando um dilema: ou o ideal de uma república, como objetivo imediato, recusando a colaboração dos liberais, ou então trabalhar com amigos e ex-aliados políticos, a favor das reformas advogadas por ambos os partidos. Daí a reunião ocorrida no Rio de Janeiro, a 19 de março, para tratar do problema. Aristides Lobo achava que a posição do Partido deveria continuar a mesma, ou seja, a de 1870, criticando os republicanos (especialmente de Minas Gerais), achando que o estabelecimento da República deveria ser pacífico.

Tal atitude, enfraquece momentaneamente o Partido e a dissensão dentro dele não foi vencida facilmente, principalmente pela atitude de Quintino Bocaiúva, que queria trabalhar em prol de reformas, porém, sem comprometer, no processo, o seu republicanismo, sem effim, a moderação exagerada adotada pelo grupo de Minas Gerais.

Foi apenas em 1886 que o Partido Republicano saiu um pouco de sua letargia, quando em junho, fora feita uma tentativa de organização, fundando-se um comitê executivo e uma assembléia constitucional, sendo

(17) Ver: Papéis do Clube Republicano, classificados como manuscrito 1159, nos Arquivos do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Transcrito por Boehrer, George C.A. — *Da Monarquia à República*. op. cit., pág. 41.

que esta era composta de vinte e um membros, dentre os quais salientamos Saldanha Marinho, Magalhães Castro, Bocaiúva, Patrocínio, Álvaro Chaves, e outros.¹⁸

Durante o ano de 1887 novos clubes foram fundados, tornando-se muito mais intensa as atividades, sendo que em dezembro deste ano, esses clubes atingiam o número de nove.¹⁹

Foi notoriamente no ano de 1888 que ocorreram violentas dissensões, em parte oriundas da candidatura de Quintino Bocaiúva a uma eleição parcial no primeiro distrito, para a Câmara dos Deputados. A campanha abolicionista estava em todo seu auge, e os republicanos abolicionistas não queriam que o Partido deixasse de tomar parte nas eleições, e, muito embora Quintino Bocaiúva esposasse tais idéias, não quiseram os republicanos dar a ele seu apoio: teve Bocaiúva apenas os votos dos republicanos intransigentes (108 votos), enquanto que seu adversário, Ferreira Viana, obteve 1347 votos.²⁰

Neste momento, quando o Partido Republicano voltou contra a Princesa Isabel sua propaganda, José do Patrocínio abandonou os republicanos, tornando-se um dos mais ardorosos defensores e admiradores de D. Isabel. Daí toda a desordem do Partido Republicano do Rio de Janeiro quando da Abolição.

É este o momento que Silva Jardim tornar-se-ia mais popular orador republicano e revolucionário declarado no Rio de Janeiro, encontrando, pelo menos, cinquenta adeptos que também desejavam a revolução para instaurar a República.²¹

Via de regra os republicanos não foram molestados em suas campanhas, a não ser pela Guarda-Negra (organização de ex-escravos que agora advogavam a causa da Princesa Imperial), que chegou a interromper um comício no qual Silva Jardim deveria falar.²²

Na primeira fase das famosas excursões de propaganda de Silva Jardim, em 1888, visitando a província do Rio de Janeiro, deu grande impulso ao movimento, que com a Abolição dos escravos, ocorrida a 13 de maio, tinha agora melhor perspectiva. Em novembro deste ano, graças aos

(18) **A Revista Federal**, I, nº 2, Rio de Janeiro, junho 30, 1886, pág. 6/7.

(19) **A Gazeta Nacional**. Rio de Janeiro, dezembro 18, 1887.

(20) **O Diário Popular**, São Paulo, Abril 23, 1888.

(21) Juntamente com Silva Jardim, citaríamos os nomes de Cândido Barata. Ubaldino do Amaral, Sampaio Ferraz e Esteves Júnior, que estariam encarregados de reorganizar o Partido em 1888. **O Paiz**, Rio de Janeiro, outubro 30, 1888.

(22) Tal comício deveria ocorrer na Sociedade Francesa de Ginástica, no Rio de Janeiro, e em carta dirigida a **O Paiz** e ao **Partido**, Silva Jardim atacou violentamente José do Patrocínio, chamando-o de traidor e de Judas, pois, acreditava-se que ele criara a Guarda-Negra, como uma forma de reprimir o republicanismo. **O Paiz**, Rio de Janeiro, janeiro 6, 1889.

esforços de Silva Jardim, os representantes republicanos, nas municipalidades das províncias, reuniram-se no Clube Tiradentes, no Rio de Janeiro, elegendo um comitê permanente para dirigir o Partido. Tal comitê possuía duas seções: uma consultiva, formada por Francisco Portela e Virgílio Pessoa, representando o norte da província, Teófilo de Almeida e Santos Werneck, pelo sul; e uma comissão executiva, sediada no Rio de Janeiro, presidida por Silva Jardim, tendo Alberto Torres como secretário e Furquim Werneck como tesoureiro.

Silva Jardim, Alberto Torres, Francisco Portela, Ubaldino do Amaral e César de Azevedo, foram nomeados para outro comitê a fim de redigir a Constituição e de preparar um Manifesto.²³

Quanto a Província de São Paulo, o período de 1870 – 1889, para a história do Partido Republicano foi uma das mais importantes províncias brasileiras, já que aí desenvolveu-se muito, e foi a única província a ser realmente unificada desde os primeiros anos do movimento republicano. É de grande significação a tentativa feita em janeiro de 1872 para se formar um partido unificado na cidade de São Paulo. A 17 de janeiro, os republicanos da cidade de São Paulo foram convidados à uma reunião em casa de Américo Brasiliense de Almeida Melo; nessa ocasião traçaram as três bases gerais para o Partido na Província. Assim ficou então decidido: em São Paulo o Partido seria independente do centro; no Rio de Janeiro, que uma comissão, a ser nomeada pelos presidentes, convidaria as várias municipalidades para colaborar na organização definitiva do Partido, na Província; e, finalmente, a realização de um congresso provincial para decidir quanto a natureza do Partido.

A comissão era composta por Américo Brasiliense, Campos Sales e Américo de Campos. A esta reunião, não apenas os elementos da Capital compareceram; estavam presentes igualmente representantes de Campinas, Itu, Jundiaí, Amparo.

A comissão deixou claro que o Partido não tinha intenção de empregar meios violentos para promover a mudança de governo. Aliás, cumpre sempre ressaltar que em todas as reformas políticas há sempre dois termos rigorosos – o da revolução, que nada mais é do que a imposição da reforma pela autoridade da força, e o da evolução. Nas Províncias, de forma geral, o preceito evolucionista teve maior número de adeptos, e, em especial, em São Paulo, pelo menos até 1888.

Posteriormente houve uma Convenção, realizada na cidade de Itu, a 18 de abril de 1873, na residência de Carlos de Vasconcelos de Almeida Prado, com representantes de Itu, Jundiaí, Campinas, São Paulo,

(23) O Paiz, Rio de Janeiro, novembro 23, 1888; A República Federal, Rio de Janeiro, novembro 25, 1888. Convém igualmente frisar que o Manifesto é mais obra de Silva Jardim do que do comitê em geral.

Amparo, Bragança, Mogi Mirim, etc. Não vamos aqui analisar as bases traçadas por esta Convenção, já que este não seria nosso ponto básico de análise, mas, é importante salientarmos que foi apenas no ano de 1876, que pela primeira vez o Partido Republicano de São Paulo entrou em campanhas eleitorais, emergindo assim como um ativo grupo político, não permanecendo apenas como um movimento social óu intelectual.

Como já nos referimos o advento dos liberais no poder, a 5 de janeiro de 1878, criou uma situação dificultosa para os republicanos, já que o novo gabinete formado pelo Visconde de Sinimbu, incluía Lafayette Rodrigues Pereira, um dos signatários do Manifesto de 1870. Aqui em São Paulo, como em toda a parte, a dúvida dos republicanos era decidir se apoiaria o ministério (por causa de Lafayette), ou se apoiaria a este e ao ministério (a fim de acentuar a diferença entre liberais e republicanos). No entanto, tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo, a atitude dos republicanos tornou claro os pontos defendidos pelo Partido: obviamente houve deserções, mas tanto lá, quanto cá, foi afastado o perigo do Partido Republicano reunir-se aos liberais. Portanto, os acontecimentos de 1878 foram os que definiram mais acentuadamente, o Partido Republicano separado dos liberais, e já em 1880, em maio, o Partido, reunindo-se em Congresso, publicou um Manifesto, pedindo mudanças nas leis de imigração, nas leis eleitorais e nas relações entre a Igreja e o Estado.²⁴

Sem dúvida, fora o ano de 1888 de grande significação para o Partido Republicano da Província de São Paulo; a começar pelo caso ocorrido com a Câmara Municipal de São Borja (Rio Grande do Sul), que em detalhes já analisados no Capítulo III, sendo que, em parte alguma, a petição encontrou maior popularidade do que em São Paulo, onde os Concelhos Municipais de São Simão, São Vicente, São João da Boa Vista, Itatiba e Botucatu, aprovaram petições semelhantes.

Além deste fato, a questão abolicionista, fez com que o Partido Republicano de São Paulo, afastando-se de sua posição anterior, passasse a apreciá-la, sendo daí para frente esta a sua política oficial. Com o 13 de maio, reúne-se em São Paulo um congresso republicano para discutir a política do Partido, bem como outros assuntos, entre os quais, a própria idade avançada e a doença de Pedro II com a grande popularidade adquirida pela Princesa com a Abolição, o Partido define então a sua atitude para com o futuro reinado, num longo Manifesto, o de 24 de Maio, a nosso ver redigido sob forte impacto da movimentação de algumas Câmaras Municipais contra o possível III Reinado, e nitidamente influenciado por Silva Jardim, propondo uma ação mais incisiva e imediata.²⁵ Esse Manifesto conclui dizendo:

(24) A Província de São Paulo, São Paulo, maio 6, 1880.

(25) JARDIM, Antonio da Silva — *Memórias e Viagens*, pág. 91, informa que o Manifesto fora redigido por ele, Américo de Campos e Rangel Pestana.

“Queremos a República como solução mais pronta à crise social. Portanto:

Não podemos receber com simpatias o 3º Reinado do que não é capaz de corresponder nem às aspirações dos conservadores;

Recusamo-lhes qualquer apoio por menos indireto que seja;

Declaramo-nos por todos os meios em franca hostilidade;

Havemos de combatê-lo em todos os terrenos.

No meio da dispersão dos elementos conservadores da sociedade brasileira, o nosso trabalho nesse momento é de integração das forças revolucionárias e conseqüentemente só temos hoje um postulado: a República.

Assim, o Partido Republicano, pelos seus representantes, reunidos em congresso para tornar eficaz esse trabalho de integração das forças revolucionárias resolvem:

I – combater o 3º reinado em todos os terrenos em que as circunstâncias o coloquem;

II – entrar em ação mais vigorosa, combinando todos os esforços e meios de levá-la a efeito – talentos, atividades, recursos pecuniários, simpatias populares, influência da Tribuna da Imprensa e dos “meetings” e levando o exemplo, o auxílio, e a proteção a todos os pontos onde sua ação possa e deva chegar.

III – investir a autoridade diretora do partido de plenos poderes para coordenar esses esforços, levantar e combinar os meios de ação e imprimir na vida do partido mais vigor, mais animação, mais entusiasmo por maior concurso de todas as classes sociais. Trazendo o público a patriótica resolução do congresso dirigimos aos nossos concidadãos esta exortação que condiz com os nossos sentimentos e com os do povo brasileiro.

Cidadãos:

A ação inteligente, bem dirigida, bem combinadas”.²⁶

No entanto, apesar desse Manifesto, permaneciam divergências, facilmente observáveis nos discursos de Campos Sales e Américo Brasiliense, no banquete oferecido a Quintino Bocaiúva, em São Paulo, uma vez que Campos Sales, adota uma posição coerente com os princípios do Manifesto Republicano de 1870, enquanto que Américo Brasiliense, tomaria uma posição mais avançada, deixando claro que se fosse para bem da Pátria e prosperidade do país, se fosse desejável à democracia converter suas forças de tensão em forças vivas, ele estaria ao lado dos partidários da revolução.²⁷

O Partido Republicano cresceu rapidamente a partir de então, apesar da desigualdade de opiniões entre seus representantes.

(26) *A Província*, ano XIV, nº 3948, São Paulo, maio 27, 1888.

(27) Ver os editoriais do jornal “*A Província de São Paulo*”, nos dias 28 (ano XV, nº 4245. *Evolução ou Revolução*), 29 (ano XV, nº 4246 – *Pela Revolução*), e 30 de maio de 1889 (ano XV, nº 4247 – *Revolução?*).

Seria notório observar-se também, que com o correr do tempo, Minas Gerais tornou-se uma província tão republicana quanto São Paulo ou mesmo o Rio de Janeiro, e isto, não porque o Partido tivesse aí maioria esmagadora, mas porque teve melhores oportunidades de êxitos políticos, principalmente devido ao fato de que, entre 1888 e 1889, muitos dos proprietários rurais aderiram ao Partido Republicano, por espírito de vingança. Contudo, apesar das possibilidades do triunfo republicano nesta Província mineira, não é possível dizer-se que essas condições fossem válidas para tornar inevitável um triunfo legal, e não revolucionário como propunha Silva Jardim. E em 1888, na capital mineira, então Ouro Preto, a meio a grandes movimentações republicanas, iniciada com a reunião de junho para a fundação do Partido Republicano da Capital, culminando com o Congresso que ocorreu a 15 de novembro, que João Pinheiro, ao encerrar a sessão, com um brinde ao "champagne", para não desgostar os "evolucionistas" e os "revolucionário", definiria a linha do Partido, dizendo: "Meus amigos, o momento é antes de ação do que de palavras e de discussões; saudemos o advento da República pela evolução ou pela revolução!"²⁸

Quanto às Províncias do Norte e ao Espírito Santo, o Partido Republicano às vésperas da proclamação da República, não era nem uma força dominante, nem ameaçadora; a Bahia, não respondeu ao Manifesto de 1870, no sentido de esperanças republicanas, e somente a partir de julho de 1888 é que principiaria um movimento mais ou menos ativo nesse sentido. Nem mesmo a Abolição produziu os desejados efeitos para fortalecer o Partido Republicano. Praticamente a Bahia foi apanhada de surpresa com a derrocada da Monarquia.

Com relação a Sergipe, estava totalmente desorganizado para o estabelecimento da República. A principal força do Partido Republicano estava em Laranjeiras, embora existissem clubes em Estância, Iporanga, Aracaju e Vila Nova; mas, o Partido tinha pouca ou nenhuma influência.

O mesmo poderíamos dizer com referência a Alagoas: jamais um verdadeiro Partido Republicano aí se estabeleceu.

Já em Pernambuco, contamos com tradições republicanas e liberais muito antes mesmo de 1870, sendo de todas as Províncias do Norte, a mais progressista em termos de vida intelectual.

O Partido Republicano de Pernambuco ao fundar o seu Clube em 1871, durou apenas alguns anos, e somente em 1878 é que fora instalado outro. A 11 de dezembro de 1888, foi aprovado e publicado um notável Manifesto, escrito por Aníbal Falcão, no qual os republicanos pernambucanos rompiam com os conceitos expostos no Manifesto de

1870, até então guia do Partido, advogando a adoção do republicanismo ditatorial da escola positivista.²⁹

Foi em fevereiro de 1889, que a diretoria do Partido em Pernambuco, nomeou Aníbal Falcão como delegado à Comissão Republicana Nacional, com instruções para apoiar Silva Jardim na sua pretensão para chefiar o Partido no Brasil. Em junho, todavia, derrotadas suas esperanças, Silva Jardim visitou o Recife, mas não obteve permissão para dirigir-se aos republicanos em público, sendo que a residência onde ele se hospedara foi apedrejada pelos monarquistas.³⁰

Contudo, o movimento republicano em Pernambuco, foi um dos mais fortes de todas as Províncias do Norte, apesar dos republicanos de Recife serem políticos mais teóricos do que práticos, muito embora a influência das idéias de Silva Jardim nesta Província fosse muito sensível.

Quanto a Província do Pará, observamos que desde 1871 há manifestações republicanas através da imprensa, embora de caráter efêmero. Foi somente a partir de 1886, com a fundação, em Belém, do Clube Republicano do Pará, que dar-se-ia o verdadeiro desenvolvimento do movimento republicano, sendo que em agosto de 1889 havia doze clubes republicanos nesta Província.³¹

O Manifesto do Partido do Pará, de 1886, era de caráter positivista, sendo considerado por George Boehrer como a primeira manifestação partidária influenciada pela doutrina positivista.³² Esse Manifesto, claramente faz referência ao emprego de meios revolucionários para extinguir a monarquia. Assim, entre outros aspectos, diria: "Cabe-nos porém a nós, agora e aqui, confessar com franqueza aos nossos concidadãos a convicção em que estamos de que não será em comoção e sem abalo, que há de desaparecer do país o trono dos Césares. Cremos firmemente que há de vir "de baixo" a revolução destinada a quebrar as armas da tirania consagrando os instrumentos da democracia. Nós reconhecemos aos povos o direito à insurreição. Há momentos em que os empecos levantados pelo obscurantismo contra o avanço da engrenagem social, têm de ser removidos pela força das multidões. São fatos naturais da ordem social esses choques chamados revoluções. E a história registra em luzidas páginas essas vitórias das forças progressivas, contra os elementos da reação".³³

(29) O Manifesto de Pernambuco pode ser encontrado em Falcão Aníbal — *Fórmula da Civilização Brasileira. Com um Prefácio Biográfico de Luiz Aníbal Falcão*. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1933, págs. 163/167. Quanto ao Manifesto em suas relações com o Partido Nacional, ver págs. 195. Ver também: PESSOA, Reynaldo X. Carneiro — op. cit. pág. 106/113.

(30) PINTO, Otávio — "A visita de Silva Jardim a Goiana". *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, XL, 1945, pág. 246.

(31) *O Correio do Povo*, agosto 14, 1889.

(32) BOEHRER, George C. A. — op. cit., pág. 234.

(33) PESSOA, Reynaldo X. C. — op. cit., pág. 75.

Portanto, o Partido Republicano do Pará, bem como o de Pernambuco, através dos Manifestos demonstravam continuar empenhando firmemente o estandarte revolucionário.

Na Província do Rio Grande do Norte, o Manifesto de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, lido na primeira reunião do Partido Republicano da Província, a 27 de janeiro de 1889, dizia, entre outras coisas que “a República se faria pela revolução incruenta do sufrágio” e “com flores, pela vontade da nação inteira”.³⁴

Quanto às demais Províncias do Norte, o quadro era mais ou menos o mesmo; a revolução de 15 de novembro de 1889 apanhou-os de surpresa: tanto aos republicanos quanto aos partidos tradicionais.

A situação não seria muito diversa para as Províncias do Sul e do Centro-Oeste, com excessão do Rio Grande do Sul; o Partido Republicano não possuía influência suficiente para tornar possível a derrocada da monarquia.

Pode-se pois dizer que o Partido Republicano no Brasil nasceu no Primeiro Clube Republicano do Rio de Janeiro, em 1870 e com a publicação do Manifesto de 3 de dezembro (os grandes responsáveis pelo movimento republicano organizado nas Províncias). Porém, principalmente a partir de 1873, os vários Clubes republicanos provinciais adquiriram uma condição de independência, embora mantendo relações uns com os outros e com o grupo de origem (o do Rio de Janeiro). A própria doutrina do federalismo (que era o ponto básico da plataforma republicana), fomentou tal autonomia dos Partidos nas Províncias. Porém, esse individualismo enfraqueceu o movimento que, de per si, já não era muito importante; daí, com o tempo passando, sentir-se a necessidade da unificação, partindo essa idéia acentuadamente do Rio de Janeiro.

Depois do Congresso de 1887, Aristides Lobo, teria escrito que o Partido seria o mais forte do país, se pudesse unir os vários tipos de republicanos.³⁵

Em março de 1888, Albino Meira, de Pernambuco, diria que o Partido Republicano possuía natureza dupla: era um partido de propaganda, nas Províncias, onde não havia muitos republicanos, e um partido de ação em Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul.³⁶ A questão era saber se o Partido Nacional seria capaz de resolver essas diferenças e efetuar a unidade.

Não obstante a Constituição, não se realizou outro Congresso Republicano senão em outubro de 1888. A 9 desse mês, representantes do

(34) FERNANDES, Luís. Traços biográficos do Senador Pedro Velho de Albuquerque Maranhão. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*. vol. VI, nº 2. Natal, 1908, págs. 248/249.

(35) *O Diário Popular*, São Paulo, agosto 26, 1887.

(36) *A República*, Recife, março 10, 1888.

Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia e cidade do Rio, reuniram-se na Capital.³⁷ Tal Congresso nada de notável realizou; a política adotada anteriormente, nesse mesmo ano, pelo Partido de São Paulo foi aceita pelo Partido Nacional.³⁸

Após o Congresso, surgiram dentro das fileiras do Partido sérias divergências que atingiram seu clímax em 1889; Silva Jardim, um dos representantes do Rio de Janeiro, rejeitando o republicanismo pacífico, era favorável ao revolucionário; encontrou barreiras com os líderes mais calmos, menos impetuosos, temerosos de uma guerra civil no país.

A situação na Capital tornara-se muito tensa, e Saldanha Marinho, o chefe do Partido Nacional, com uma posição indecisa queixava-se que a Constituição era inadequada. Pessoalmente, Saldanha Marinho era favorável a Silva Jardim, apoiando-o em vários de seus atos, mas recusava a comprometer-se.³⁹ Por outro lado, Saldanha Marinho era amigo de Quintino Bocaiúva, com o qual trabalhara desde a fundação do Partido.

A 30 de dezembro de 1888, Silva Jardim convocou um comício na Sociedade Francesa de Ginástica, no Rio de Janeiro; mas como seus discursos já eram sobejamente conhecidos por serem extremamente inflamados, o Conselho Federal recusou-se a sancioná-lo. O comício foi atacado e Silva Jardim quase assassinado. Em decorrência, a 5 de janeiro de 1889, Silva Jardim enviou ao Partido e à Nação uma Carta na qual repudiava a política da ala conservadora republicana. Os republicanos de Pernambuco apoiavam agora, mais do que nunca, ativamente, Silva Jardim como líder supremo da causa republicana.

Nesse meio tempo, Saldanha Marinho, já velho, delegara seus poderes a Quintino Bocaiúva, que assumia então a direção do Partido, recusando-se abertamente (para bem do Partido), aceitar qualquer responsabilidade pelas atividades de Silva Jardim.⁴⁰

A situação interna do Partido era pois esta, até o Congresso Republicano de maio de 1889, desta vez realizado em São Paulo. Ao reunir-se o Congresso o Conselho Federal pediu demissão; como nenhum dos presentes pudesse se responsabilizar pela situação, o Conselho Federal

(37) Assistiram ao Congresso, Saldanha Marinho, Silva Jardim, Quintino Bocaiúva, Ubaldino do Amaral, Aristides Lobo, Campos Sales, Francisco Glicério, Sampaio Ferraz, Pedro José Fernandes Medina, Eugênio Aurélio Brandão do Vale, João de Loiola e Silva, e outros. Ver: *Almanaque Republicano*, Rio de Janeiro, Imprensa Mont'Alverne, 1889, págs. 151/152.

(38) *Idem*, pág. 118/119.

(39) Joaquim Saldanha Marinho a Francisco Glicério, Rio de Janeiro, outubro 21, 1888. *Papéis de Saldanha Marinho*, XIV, 41-48, apud Boehrer, George C. A., op. cit., pág. 199.

(40) BUARQUE, Felício — *Origens Republicanas. Estudos de Gênese Política em referência ao livro do sr. Afonso Celso. O Imperador no Exílio*. Recife, s/e., 1891, págs. 61/62.

foi abolido, sendo Quintino Bocaiúva, conseqüentemente, investido na chefia do Partido Republicano Nacional.

Esta eleição representou a mais dura crise do Partido, pois significava o poder em mãos dos elementos mais conservadores do Partido. "Esta eleição constituía, aliás, a vitória dos grupos moderados do partido em oposição aos grupos radicais, dos quais o mais importante era o Silva Jardim, o qual se recusou a reconhecer a nova direção, rompendo afinal com o mesmo. (...) Parafrazeando um velho aforisma, poder-se-ia afirmar: cada republicano, cada sentença. A idéia que sustentava a todos era simplesmente a República. Em tudo o mais divergiam."⁴¹

Com a recusa de Silva Jardim e seus adeptos de reconhecer Quintino Bocaiúva como chefe do Partido, resolveu o propagandista fluminense publicar, a 28 de maio, um longo Manifesto,⁴² rompendo abertamente com o Partido conduzido por Quintino Bocaiúva.⁴³

Excetuando-se Aníbal Falcão⁴⁴ e os pernambucanos, os seguidores de Silva Jardim foram abandonando-o pouco a pouco; no entanto, ele persiste, certo de que só haveria um meio de reformar o país: "de baixo para o alto, a reforma pela Revolução..."⁴⁵

Acreditava, pois, Silva Jardim, que a Revolução, politicamente falando, deveria ser o levantamento em massa de um país ou de parte dele, tendo por fim derrubar uma instituição política, mesmo que a nação inteira não apoiasse a manifestação. Os meios poderiam ser os mais diversos: desde os pronunciamentos nas ruas, nos parlamentos bem como através de panfletos, pela imprensa, com armas no campo de batalha, pela intimação firme ao chefe de Estado.

E em nossa História, nos dizia ele, possuímos inúmeros exemplos de revolução armada (referia-se aos movimentos de 1817, 1847, bem como o de 7 de abril, uma vez que, com relação a este último, se houvesse necessidade, também teria sido sustentado pela força armada).

(41) Cf. BASBAUM, L., — *História Sincera da República*. São Paulo, 1962, vol. I, pág. 326.

(42) JARDIM, Antonio da Silva — *A Situação Republicana (Questão da Chefia do Partido)*. Manifestos e artigos publicados na "Gazeta de Notícias" em maio e junho de 1889. Tip. da Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 1889, págs. 5 a 8.

(43) "...A prova de que Silva Jardim conta nesta capital muitos amigos e admiradores sinceros, é que ao saber-se ontem do seu Manifesto na Gazeta de Notícias, foi tal a procura d'esta folha, que se vendeu a Gazeta a 100 réis, quando o preço ordinário é de 60 réis, e muitas pessoas viram-se, ainda assim, privadas da aquisição da Gazeta, devido a insuficiência do número para esta capital; às 9 horas, não havia mais um exemplar pelas ruas... Um chefe impõe-se, não se elege". "Gazeta de Notícias", ano XV, nº 152, Rio de Janeiro, junho 1º, 1889, pág. 3.

(44) JARDIM, Antonio da Silva — *A Situação Republicana (Questão da Chefia do Partido)*, pág. 19 a 21.

(45) JARDIM, Antonio da Silva — *Salvação da Pátria (Governo Republicano) Segundo Opúsculo (Suplementar)*. A Revolução. págs. 13/14.

Apesar de lembrar estes fatos, é bem claro e objetivo quando afirma que não aconselhava morticínios, e que apenas de última necessidade os aceitaria, e mesmo assim para os compatriotas indígno.

O aspecto mais importante para ele desta Revolução, era a sua certeza de que a Monarquia não possuía mais defensores, a não ser os próprios elementos da família imperial, e estes mesmos sem fé em sua própria causa. Daí a necessidade de que a idéia se alastrasse pelo país inteiro, não só através da imprensa ou da tribuna, mas principalmente pelo voto contrário à Monarquia, para que ninguém vacilasse diante da violência, se ela viesse a surgir.⁴⁶

O importante para Silva Jardim era mostrar às camadas populares, que nada mais se podendo esperar da monarquia, que se finava na ancianidade de Pedro II, a alma moça do Brasil deveria voltar esperanças e ardente para a República, com a derrubada de todas as arcaicas instituições políticas vigentes ainda desta doente Monarquia.

Sua propaganda era, como aliás já nos referimos, aberta, pregando seu grande ideal sem temor perante quem quer que fosse; não usava de subterfúgios, nem de processos menos dignos de um homem idealista. Trabalhava sem desfalecimentos pela implantação do novo regime, movido apenas pelo seu patriotismo.

Querida, em verdade, pugnando pela República Brasileira, estabelecida conforme explanação do Manifesto do Partido Republicano de Pernambuco, organizar a legislação de acordo com as conveniências das diversas porções territoriais da Pátria, visando especificamente a liberdade espiritual, religiosa, intelectual, bem como a nobilitação de todo trabalho.⁴⁷

É fácil observar-se que essa linha revolucionária atingiu de modo mais acentuado as camadas urbanas da população nas faixas etárias mais jovens, com penetração sensível na intelectualidade brasileira da época. Os fundamentos ideológicos eram nitidamente de influência positivista, e estão contidos nos pronunciamentos de Silva Jardim⁴⁸ e

(46) JARDIM, Antonio da Silva — **Salvação da Pátria (Governo Republicano) Segundo Opúsculo (Suplementar)**. A Revolução. págs. 13/14.

(47) JARDIM, Antonio da Silva — **Carta Política ao País e ao Partido Republicano**. op. cit., pág. 28/29.

(48) Além das obras mencionadas, encontramos também doutrinação nas: "**A República no Brasil**". (Compêndios de teorias e apreciações políticas destinadas à propaganda republicana). Imprensa Mont'Alverne. Rio de Janeiro, 1888; "**Pela República contra a Monarquia**". Conferências populares realizadas no Salão da Sociedade Francesa de Ginástica aos 23 e aos 30 de dezembro de 1888, em resposta aos artigos do Dr. Joaquim Nabuco no "**País contra a Propaganda Republicana**". Tip. da Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 1889; e o Discurso publicado sob o título "**Política Republicana Revolucionária**", no jornal "**A Província**", ano XV. n.º 4208. São Paulo, 12 de abril de 1889, (este discurso foi pronunciado por Silva Jardim num banquete que lhe foi oferecido a 7 de abril de 1888).

individualidade social. E diria mais: “É urgente desenvolver a simpatia pelo proletário, especialmente preto, como mais infeliz, e bater as leis coercitivas do trabalho, harmonizando o proprietário e o trabalhador, aconselhando-se a este a submissão inteligente, que não exclui a independência...”

... Porque a República não é uma palavra: é a realização do regime do bem público. E o bem público é, hoje principalmente, o bem dos mais infelizes: — do Povo”.⁵³

Com isso tentava demonstrar que a República, para os brasileiros, sempre existiu nas lutas pelas reivindicações populares, no esforço de explicar a altura e o significado das conquistas avançadas do Liberalismo universal, no arrojo de mostrar a imediata urgência da instituição de Leis Liberais, nas contendas da Imprensa esclarecendo as disparidades existentes, nas oposições reafirmadas da Tribuna parlamentar, nas próprias substituições repentinas dos Gabinetes, no trabalho penoso de pregação através de múltiplas reações, na Propaganda feita em todos os lugares desde o Parlamento, nas interpretações e versões dos Tribunais, na resignação enfrentando os caprichos do Poder, nas discórdias e nas perseguições veladas, e, em muitas outras demonstrações de superioridade e resistência em que a presença de Silva Jardim nunca faltou cheia de altruísmo, como um estímulo e como um verdadeiro estandarte em todas as oportunidades.

Facilmente, pois, pode-se observar em todas as manifestações de Silva Jardim, a sua preocupação numa melhor distribuição da propriedade territorial, num melhor regime representativo e numa codificação civil, política e internacional de acordo com o progresso da Pátria. Para atingir esse ponto, propunha o meio revolucionário, bem como que os velhos chefes tivessem a necessária coragem de abnegar, confessando que estavam despreparados, pela fatalidade das circunstâncias, de assumir cargos, já que os moços, ou as naturezas eternamente jovens, é que realmente poderiam assumir a direção das lutas populares, que, sem dúvida alguma, de uma vez por todas invalidaria para sempre o regime da tirania.⁵⁴ Acima de tudo, deixava igualmente sempre claro, a necessidade de manter “o direito de reunião e a liberdade da palavra”, para assegurar a “Verdade, a Razão, a Justiça, a causa da Família, a causa da Pátria, a causa da Humanidade”.⁵⁵

Realmente estava convencido em seguir a divisa dos lutadores: “Vencer ou Morrer !”

(53) JARDIM, Antonio da Silva — Manifesto — Silva Jardim ao País e ao Partido Republicano, Rio de Janeiro, junho 4, 1889, pág. 16.

(54) JARDIM, Antonio da Silva — Manifesto, Silva Jardim ao País ao Partido Republicano, op. cit., pág. 16 e seguintes.

(55) JARDIM, Antonio da Silva — Carta Política ao País e ao Partido Republicano, pág. 16.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como nos propusemos de início, nosso principal objetivo, foi o de dar algumas das principais linhas do pensamento e da ação política do professor, advogado, jornalista e tribuno que se transforma em ardoroso propagandista republicano, Antonio da Silva Jardim.

Pelo método que adotamos, onde a descrição e a interpretação se completam, não julgamos aqui, novamente, de interesse, repetir o que já observamos nos capítulos antecedentes. Daí, nos parecer mais lógico, colocar algumas apreciações, visando principalmente, à ideologia de Silva Jardim, e alguma reflexão sobre a natureza da revolução vivida pelo mesmo.

A princípio, convém frisar que, embora o período por ele vivido seja de uma verdadeira renovação e inquietação mental, política, social e econômica no Brasil, sobretudo se levarmos em conta as diferentes influências aqui exercidas pelas escolas positivista, naturalista, evolucionista, além das novas situações sociais, há uma grande dificuldade para uma concreta apreciação no campo da história das mentalidades propriamente dita (sobretudo se levarmos em conta as variáveis dos empregos dos termos “classe”, “povo”, “política”, “nacionalismo”, “sociedade”, a que várias vezes nos referimos forçados pela análise dos textos em foco), poderíamos dizer que em matéria de propaganda política, os discursos de Silva Jardim representaram a obra mais completa e melhor acabada de toda a fase precursora da república brasileira.

Sua influência foi de tal ordem, no sentido de criar uma consciência republicana no país, que não conseguimos encontrar outro de igual valor, já que seu trabalho é todo no sentido de conseguir uma fase nova à Pátria, a exemplo do que ocorria em toda a civilização de sua época.

Mostrando-se sempre íntegro, não temendo as arruaças e as ameaças que lhe faziam, seu trabalho foi totalmente desinteressado no sentido de querer adquirir algum poder pessoal, já que sua preocupação era realmente a formação da opinião pública, como uma condição básica para a implantação do novo regime.

Fora Silva Jardim, sem dúvida, o verdadeiro chefe do movimento revolucionário republicano, embora não o fosse do Partido Republicano, o elemento que, através de uma ousada agitação popular, lançaria os verdadeiros gêmens para a construção da república brasileira.

Em seus discursos fora sempre claro, incisivo, procurando sempre observar a realidade de seu público, procurando adaptar sua palavra ao mesmo, de acordo com as localidades que visitava, pois acreditava

ele que, só lutando pelas aspirações imediatas do povo, é que conseguiria levá-los à organização republicana.

Repetidas vezes Silva Jardim mostrou não ser a vontade do homem a única capaz para explicar as transformações, já que existem leis sociais, que não podemos desconhecer ou delas fugir (formulação aparentemente análoga à de Karl Marx).

Tanto quanto os teóricos do socialismo contemporâneo, também verificou que todo movimento apresenta duas formas: a evolutiva e a revolucionária; a primeira, preparando o terreno para que a revolução a coroe em seu trabalho ulterior.

Pela forma com que a República fora proclamada, Silva Jardim observou que ela estava muito longe de ser aquela que em seus "meetings" preconizava, já que não foi um verdadeiro movimento de massas, e sim veio através de um golpe militar, sem a participação da massa, que no dizer de Aristides Lobo, assiste bestificada a proclamação, não demorando muito tempo para que os grandes senhores rurais e seus propostos, sobretudo os donos das lavouras cafezeiras, tivessem preponderância completa no recém inaugurado regime. Os elementos mais extremados, e este era seu caso, se viram afastados, já que ao invés de eleições populares, mantivera-se mesmo o sistema do cabresto de antes, manipulado pelos mesmos chefes de município, agentes dos latifundiários. E como dissera o próprio Silva Jardim: "monarquia sem imperador" e agora... república dos latifundiários, condizente com a situação econômica, que, até 1930, se revezaria no poder, dando privilégios ora a São Paulo, ora a Minas Gerais.

O mais significativo fora, sem dúvida, que com a derrocada de sua idéia no novo regime, também, a burguesia nacional, fora colocada sem segunda posição, sem oportunidades para desenvolver-se ou impor-se frente às transformações sócio-políticas brasileiras.

Sua vida, toda ela, foi uma atitude revolucionária, e para tal atitude só uma explicação encontramos: seu espírito irreconciliável com a injustiça, e a energia e a inquietação que o acompanharam por todos os seus dias. Assim é que, Silva Jardim, esteve quase sempre na oposição, uma vez que seu temperamento não se ajustava ao predomínio do interesse que foi, sempre, a característica do grupo político dominante. Acostumado ao ataque, à crítica, ele encontrava diante de si a própria República, de cujo ideal de fora um verdadeiro porta-voz fiel e dedicado.

Mas o fato é que o seu desprezo às coisas do mundo, o seu verdadeiro espírito de sacrifício, a sua fidedigna compreensão da vida, realmente compensaram o desprezo assaz incompreensível dos homens de seu tempo!

E justamente por haver nascido, quando uma revolução de natureza política e de intuitos filosóficos acabava praticamente de agitar o

mundo, convulsionando-o em quase todos os seus fundamentos, e sujeito, diríamos mesmo, desde o seu alvorecer à influência que exercia ainda uma geração que acabava de operar tão grandes e tão imprevisas modificações, poderíamos facilmente denominá-lo como o “século dos ideólogos”, e foi, justamente sob este ponto de vista que procuramos observá-lo e analisá-lo.

E, com efeito, apesar do espantoso domínio que a plutocracia acabou por exercer, foram os ideólogos os que, durante um largo período, trouxeram suspenso de suas palavras, que a utopia inflamava e que a ilusão acalentava, as nações e os indivíduos.

Daí, ter sempre em mira, em todos os seus “meetings”, de que primeiro dever do cidadão era o de amar a sua pátria, bem como defender a integridade do território, já que todos os homens seriam irmãos (vem aí a necessidade básica e primeira de se amarem), a humanidade, uma família, e a terra, a pátria comum.

Isto faz com que sua proposição vincule-se sempre ao amor pátrio, que é o próprio sentimento de autonomia nacional, e que seria tanto mais íntimo e duradouro, quanto maior fosse a consciência dele.

Houve por bem encontrar nesse sentimento universal e eterno, pela singeleza de sua linguagem para com o povo, as emoções da humanidade, já que conseguiu provar que, à medida que a monarquia deixava de ser uma instituição normal e se convertia em uma transação com a soberania nacional, a constante sofismação das garantias públicas tornava necessário o concluío e os acordos com as mais vigorosas oposições.

Entende-se, pois, que o meio político em que vivera, era realmente uma atmosfera asfíxiante para a organização ética a que se propunha.

Foi justamente esse sentimento de sociabilidade, que constituiu uma das qualidades superiores do caráter de Silva Jardim, que o levou a empreender uma verdadeira catequ Coast das massas, seu verdadeiro apoio em meio da desorientação moral e da anarquia política em que viveu.

As reformas políticas e sociais, contudo, jamais o alucinaram, e sua superioridade é imediatamente reconhecida pelo caráter ativo de sua individualidade.

Sem dúvida que a “sua República” não se realizou, mas a abertura de idéias no sentido de movimentação das massas e de sua mobilidade (tanto vertical como horizontal), é o mérito maior que podemos encontrar em todo seu fecundo trabalho, realizado em tão poucos anos de vida, sem se falar na verdadeira geração de civismo que formou!

FONTES

I. ARQUIVOS E ACERVOS DOCUMENTAIS

- Arquivo do Estado (São Paulo).
- Arquivo de **O Estado de S. Paulo** (São Paulo).
- Arquivo da Faculdade de Direito da USP (São Paulo).
- Arquivo Histórico do Itamarati (Rio de Janeiro).
- Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro).
- Arquivo Nacional (Rio de Janeiro).
- Arquivo particular do sr. João Falchi Trinca (São Paulo).
- Biblioteca da Faculdade de Direito da USP (São Paulo).
- Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro).
- Hemeroteca Júlio Mesquita, do Instituto Histórico e Geográfico (São Paulo).
- Instituto de Estudos Brasileiros (USP, São Paulo).

II. FONTES IMPRESSAS

A. Obras de Silva Jardim:

- A Pátria em Perigo (Bragança e Orléans)**. São Paulo, Tip. da "Província", 1888.
- A Pátria em Perigo (Bragança e Orléans)**. Segundo opúsculo. Campinas, Tip. da "Gazeta de Campinas", 1888.
- Salvação da Pátria (Governo Republicano)**. Santos, Tip. do "Diário de Santos", 1888.
- Salvação da Pátria (Governo Republicano)**. Segundo opúsculo: A revolução. Santos, Tip. do "Diário de Santos". 1888.
- Tradições Republicanas. Tiradentes**. Rio de Janeiro, Imprensa Mont'Alverne, 1888.
- A República no Brasil**. Recife, Tip. do Norte, 1889.
- A República no Brasil: compêndio de teorias e apreciações políticas destinado à propaganda republicana**. Rio de Janeiro, Imprensa Mont'Alverne, 1888.
- Pela República, contra a Monarquia: conferências populares**. Rio de Janeiro, Tip. da "Gazeta de Notícias", 1889.
- A situação republicana: questão de chefia do Partido**. Rio de Janeiro, Tip. da "Gazeta de Notícias", 1889.
- Carta política ao País e ao Partido Republicano**. Rio de Janeiro, Imprensa Mont'Alverne, 1889.
- Circular ao eleitorado do 8º Distrito da Província de Minas Gerais**. Rio de Janeiro, Tip. da "Gazeta de Notícias", 1889.
- A eleição do 8º Distrito de Província de Minas Gerais**. Rio de Janeiro, Tip. da "Gazetas de Notícias", 1889.
- Tiradentes**. Rio de Janeiro, Tip. de G. Leuzinger & Filhos, 1890.
- Discurso sobre a situação política atual**. Recife, 1889.
- Memórias e viagens: campanha de um propagandista. 1887-1890**. Lisboa, Tip. da Companhia Nacional Editora, 1891.

B. OBRAS SOBRE SILVA JARDIM

- BONILHA JÚNIOR, Fernando Martins – **Fonologia portuguesa, precedida dos**

- traços biográficos do dr. Antônio da Silva Jardim.** São Paulo, Tipo-Litogr. Ribeiro, 1895.
- D'ARAUJO, Oscar** – **Silva Jardim, um apôtre de la République au Brésil.** Versailles, V. E. Aubert, s. d.
- DORNAS FILHO, João** – **Silva Jardim.** São Paulo, Editora Nacional, 1936. (Col. "Brasiliana", v. 65).
- FREITAS, Anacleto de** – **À memória de Silva Jardim: duas datas cêlebres, 30 de dezembro de 1888 e 1º de janeiro de 1889.** Rio de Janeiro, S. José Alves, s. d.
- LEÃO, José** – **Silva Jardim: apontamentos para a biografia do ilustre propagandista, hauridos nas informações paternas e dados particulares e oficiais.** Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1895.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa** – **Discursos, opúsculos, manifestos.** Niterói, Univ. Fed. Fluminense, 1973.
- QUEIROZ, Maurício Vinhas de** – **Paixão e morte de Silva Jardim.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.
- QUEIROZ, Maurício Vinhas de** – **Uma garganta e alguns níqueis: história de Silva Jardim, o herói da propaganda republicana.** Rio de Janeiro, Aurora, 1947.
- VALLE, R. de Sá** – **Traços biográficos do dr. Antônio da Silva Jardim.** Rio de Janeiro, s. c. p., 1889.

C. JORNAIS

- A Cidade do Rio** – Rio de Janeiro, 1888/1890.
- A Época** – Recife, 1889.
- A Platea** – São Paulo, 1898.
- A Província de S. Paulo**, – São Paulo, 1880/1890.
- A República** – Recife, 1888.
- A República** – São Paulo, 1888.
- A Semana** – Rio de Janeiro, ano 3, nº 120, 1887.
- A Sentinela** – São Paulo, 1887.
- Cidade de Santos** – Santos, 1889.
- Correio Paulistano** – São Paulo, 1887/1889.
- Correio do Povo** – Rio de Janeiro, 1889/1891.
- Diário de Notícias** – Rio de Janeiro, 1887/1890.
- Diário Popular** – São Paulo, 1888.
- Eco das Damas** – Rio de Janeiro, ano 3, nº 59, 1898.
- Flora** – Santos, 1888.
- Gazeta de Campinas** – Campinas, 1888.
- Gazeta Nacional** – Rio de Janeiro, 1888.
- Gazeta de Notícias** – Rio de Janeiro, 1889/1890.
- Gazeta da Tarde** – Rio de Janeiro, 1888/1890.
- Gil Blás** – Rio de Janeiro, maio de 1895.
- Mequetrefe** – Rio de Janeiro, 1886/1889.
- O Combate** – Rio de Janeiro, 1880.
- O Corsário** – Rio de Janeiro, 1883.
- O Dia** – Rio de Janeiro, 1888/1889.
- O Gavroche** – Rio de Janeiro, nº único, 1889.
- O Grito do Povo** – Rio de Janeiro, 1887/1889.
- O Horizonte** – Maceió, 1891.
- O Operário** – Rio de Janeiro, 1895.
- O Paiz** – Rio de Janeiro, 1889/1891.

- O Republicano** – Recife, nº único, 1891.
O Século – Rio de Janeiro, 1891.
Silva Jardim – Recife, 1889 e 1891.
Tribuna Liberal – Rio de Janeiro, 1888/1889.

D. REVISTAS

- Revista do Arquivo Público Mineiro** – Belo Horizonte, 1927.
Revista do Brasil - Rio de Janeiro, 3ª fase, 1939.
Revista Brasileira de Estudos Políticos – Belo Horizonte.
Revista Direito a Letras – São Paulo, (Faculdade de Direito), 1885/1890.
Revista Federal – Rio de Janeiro, 1886/1887.
Revista Guanabara – Rio de Janeiro, 1850.
Revista da História – São Paulo.
Revista Ilustrada – Rio de Janeiro, 1877/78/89/90/91.
Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano – Recife (vários números).
Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – Rio de Janeiro (vários números).
Revista do Instituto Histórico e Geográfico da São Paulo – São Paulo (vários números).
Revista da Portugal – Porto, vol. 4, 1892.

E. BIBLIOGRAFIA

- ALMANAQUE Republicano para o ano de 1889, na homenagem ao centenário da Revolução Francesa. Ano I, Rio de Janeiro, Imprensa Mont'Alverne, 1889.
 ATAS das sessões da Câmara Municipal de São Paulo, 1888. São Paulo, Tip. Augusto Siqueira, 1908.
 BARBOSA, Rui – **Queda do Império**. Rio de Janeiro, Castilho, 1921.
 BARROS, Roque Spencer Maciel de – **A evolução do pensamento da Pereira Barreto**. São Paulo, Grijalbo/USP, 1967.
 BARROS, Roque Spencer Maciel de – **A Ilustração Brasileira e a idéia da Universidade**. São Paulo, Fac. Filosofia da USP, 1959 (Boletim nº 241).
 BASBAUM, Leôncio – **História sincera da República**. São Paulo, LB, 1962 (“Temas Brasileiros”, 1).
 BASTOS, Tocary de Assis – **O Positivismo e a Revolução Brasileira**. Belo Horizonte, Faculdade de Direito da Univ. de Minas Gerais, 1965.
 BEIGUELMAN, Paula – **Pequenos estudos da Ciência Política**, v. 1. São Paulo, Pioneira, 1967.
 BELLO, José Maria – **História da República**. 6ª ed., São Paulo, Editora Nacional, 1969.
 BOEHRER, George – **Da Monarquia à República: história do Partido Republicano no Brasil**. Trad. Berenice Xavier. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1954.
 BRAGA, Teófilo – **Traços gerais da Filosofia Positiva**. Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1877.
 BRASILIENSE, Américo – **Os programas dos partidos e o 2º Império**. São Paulo, Jorge Seckles, 1878.
 BUARQUE, Felício – **Origens republicanas**. São Paulo, Edaglit, 1962. (“Temas Brasileiros”, v. 4).
 CARDOSO, Leontina Licínio – **Licínio Cardoso, seu pensamento, suas obras, sua vida**. Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1944.
 CARDOSO, Vicente Licínio – **À margem da História da República**. Rio de Janeiro, Anuário do Brasil, 1924.

- CARLYLE, Thomas – **Os heróis e o culto dos heróis**. São Paulo, Melhoramentos, s. d.
- CARNEIRO, Edson de Souza – **Trajatória de Castro Alves**. Rio de Janeiro, Vitória, 1947.
- CARONE, Edgard – **A República Velha** (evolução política). São Paulo, Difel, 1971.
- CARONE, Edgard – **A República Velha** (Instituições de classes sociais). São Paulo, Difel, 1970.
- COLEÇÃO de leis do Império do Brasil, 1886/1889.
- COMTÉ, Augusto – **Système de Politique Positive**. Paris, Carrilian, Coeury et Dalmont, 1851/1854.
- CONFERÊNCIAS feitas no Clube Republicano em Campinas. Campinas, Tip. da “Gazeta de Campinas”, 1886.
- CONSTITUIÇÕES do Brasil. São Paulo, Saraiva, 1954.
- CORRÊA, Leôncio – **A verdade sobre o 15 de novembro**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1939.
- COSTA, Craveiro – **O Visconde de Sinimbu**. São Paulo, Editora Nacional, 1937. (Col. “Brasiliiana”, v. 79).
- COSTA, J. Cruz – **Contribuição à história das idéias no Brasil**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1956. (Col. “Documentos Brasileiros” v. 86).
- COSTA, J. Cruz – **O Positivismo na República**. São Paulo, Editora Nacional, 1956. (Col. “Brasiliiana”, v. 291).
- COSTA, J. Cruz – **Panorama da História da Filosofia no Brasil**. São Paulo, Cultrix, 1960.
- COSTA, J. Cruz – **Pequena História da República**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1958.
- CUNHA, Francisco – **Propaganda contra o Império: reminiscências na imprensa e na diplomacia**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1914.
- DANTAS, Santiago – **Dois momentos de Rui**. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1949.
- DEBES, Célio – **O Partido Republicano na propaganda, 1872-1889**. São Paulo, s. c. p., 1975.
- FALCÃO, Anibal – **Fórmula da civilização brasileira**. Rio de Janeiro, Guanabara, 1933.
- FAORO, Raymundo – **Os donos do poder**. Porto Alegre, Globo, 1958.
- FAUSTO, Boris – **Pequenos ensaios de História da República**. São Paulo, CEBRAP, 1972.
- FERNANDES, Florestan – **Mudanças sociais no Brasil**. São Paulo, Difel, 1960.
- FERNANDES, Florestan – **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.
- FERNANDES, Heloísa Rodrigues – **Política e Segurança**. São Paulo, Alfa-Ômega, 1974.
- FERREIRA, Miguel Vieira – **O Manifesto de 3 de Dezembro de 1870**. Rio de Janeiro, 1889.
- FONSECA, Gondin da – **Biografia do jornalismo carioca. 1808-1908**. Rio de Janeiro, Quaresma, 1941.
- FREIRE, Felisbelo – **As Constituições dos Estados**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1898.
- FREYRE, Gilberto – **Ordem e Progresso**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1959.
- GAMA, Nicolau Antônio Nogueira Vale da – **Minhas memórias**. Rio de Janeiro, Magalhães, 1893.
- GANGANELLI (Saldanha Marinho) – **A Igreja e o Estado**. Rio de Janeiro, Tip. Perseverança, 1874/76. 4 vs.

- HIRANO, Sedi – **Castas, estamentos e classes sociais: introdução ao pensamento de Marx e Weber**. São Paulo, Afa-Ômega, 1973.
- HOLANDA, Sergio Buarque de (dir.) – **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo, Difel, 1960/1972.
- IANNI, Octavio – **Colosso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- IANNI, Octavio – **Estado e Capitalismo**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.
- LEAL, Hamilton – **História das Instituições políticas do Brasil**. Rio de Janeiro, s. c. p., 1962.
- LEMOS, Miguel de/MENDES, R. Teixeira – **Bases de uma constituição política ditatorial federativa para a República Brasileira**. Rio de Janeiro, Apostolado Positivista, 1890.
- LIMA, A. Saboia – **Alberto Torres e sua obra**. São Paulo, Editora Nacional, 1935. (“Brasiliiana”, v 43).
- LIMA SOBRINHO, Barbosa – **Presença de Alberto Torres**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- LINS, Ivan – **História do Positivismo no Brasil**. São Paulo, Editora Nacional, 1964. (“Brasiliiana”, v. 322).
- LOBO, Júlio da Silveira – **Apontamentos para a história do Segundo Reinado**. S. l. c., s. c. p., 1895.
- LYRA, A. Tavares de – **Esboço histórico do regime eleitoral do Brasil**. Rio de Janeiro, Tip. do “Jornal do Comércio”, 1922.
- LYRA, Heitor – **História da queda do Império**. São Paulo, Editora Nacional. São Paulo, Editora Nacional, 1964 (“Brasiliiana”, 320).
- LYRA, Heitor – **História de D. Pedro II**. São Paulo, Editora Nacional, 1940 (J. B. “Brasiliiana”, v. 171).
- MAGALHÃES, **Evolução militar do Brasil**. Rio de Janeiro, sc. p. 1958.
- MAGALHÃES JR., R. – **Deodoro: a espada contra o Império**. São Paulo, Editora Nacional, 1957.
- MAGALHÃES JR., R. – **O Império em chinelos**. Rio de Janeiro, **Civilização Brasileira**, 1957.
- MARTINS, Gaspar da Silveira – **Silveira Martins e sua época**. Porto Alegre, Globo, 1935.
- MARX, Karl – **Marx et Marxisme: choix de textes fondamentaux de Marx**. Paris, Ed. Sociales, 1953.
- MELO, N. M. de Braga – **Saldanha Marinho e a Primeira República**. Rio de Janeiro, 1960.
- MENDES, R. Teixeira – **Benjamin Constant: esboço de uma apreciação sintética da vida e da obra do fundador da República brasileira**. Rio de Janeiro, Leuzinger, 1892/1894.
- MENDES, R. Teixeira – **Resumo cronológico do Positivismo no Brasil**. Rio de Janeiro, Igreja Positivista do Brasil, 1930.
- MONTEIRO, Tobias – **Pesquisas e depoimentos para a História**. Rio de Janeiro/Paris, Alves/Aillaud, 1913.
- MORAES, Evaristo – **Da Monarquia para a República**. Rio de Janeiro, Athena, s. d.
- NABUCO, Joaquim – **Um Estadista do Império**. São Paulo, Editora Nacional, 1936.
- NABUCO, Joaquim – **O Abolicionismo**. São Paulo, Editora Nacional, 1938.
- OLIVEIRA, José Feliciano de – **O ensino em São Paulo: algumas reminiscências**. São Paulo, Tip. Siqueira, 1932.
- ORGANIZAÇÃO e Programas ministeriais. Rio de Janeiro, Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, 1962.

- ORICO, Oswaldo – **O Tigre da Abolição**. São Paulo, Editora Nacional, 1931.
- PESSOA, Reynaldo X. Carneiro – **A idéia republicana no Brasil através dos documentos**. São Paulo, Alfa-Ômega, 1973.
- PESSOA, Reynaldo X. Carneiro – **O ideal republicano e seu papel histórico no Segundo Reinado**. Tese de doutoramento. São Paulo, 1972. (mimeografado).
- PESTANA, Rangel – **Memorial político ao Congresso Republicano Paulista** (documento reservado). São Paulo, «Tip. de “A Província de S. Paulo”», 1889.
- PICCOLO, Helga – **A política rio-grandense de 1868 a 1872: o aparecimento tardio do Partido Republicano no Rio Grande do Sul**. Tese de doutorado. São Paulo, 1972. (mimeografado).
- PINTO, Alfredo Moreira – **Geografia das províncias do Brasil**. Rio de Janeiro, 1885.
- PINTO JÚNIOR, Joaquim Antônio – **Reforma eleitoral**. Rio de Janeiro, Tip. Perseverança, 1874.
- PLEKHANOV, G. – **A concepção materialista da História**. 2ª edição. Rio de Janeiro, Vitória, 1963.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de – **O mandonismo local na vida política brasileira**. São Paulo, IEB/USP, 1969.
- RANGEL, Alberto – **Gastão de Orléans, o último Conde d’Eu**. São Paulo, Editora Nacional, 1935.
- SALDANHA, Nelson – **História das idéias políticas no Brasil**. Recife, Univ. Fed. de Pernambuco, 1968.
- SALES, Alberto – **Política Republicana**. Rio de Janeiro, Leuzinger, 1882.
- SALES, Alberto – **A Pátria Paulista**. Tip. da Gazeta de Campinas, 1887.
- SALES, Campos – **Da Propaganda à Presidência**. São Paulo, 1908.
- SANTA ROSA, Virginio – **O sentido do Tenentismo**. Rio de Janeiro, Schmidt, 1933.
- SANTOS, José Maria dos – **A política geral do Brasil**. São Paulo, J. de Magalhães, 1930.
- SANTOS, José Maria dos – **Os republicanos paulistas e a abolição**. São Paulo, Martins, 1942.
- SILVA, Hélio – **1889: a República não esperou o amanhecer**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.
- SODRÉ, Nelson Werneck – **Formação da sociedade brasileira**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1944.
- SODRÉ, Nelson Werneck – **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- SODRÉ, Nelson Werneck – **História da burguesia brasileira**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964.
- SODRÉ, Nelson Werneck – **Panorama do Segundo Império**. São Paulo, Editora Nacional, 1939 (“Brasília”, v. 170).
- SODRÉ, Nelson Werneck – **Introdução à Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1958.
- SOUSA, Alberto – **Memória histórica sobre o “Correio Paulistano”**. São Paulo, Tip. de Rosenhain, s. d.
- SOUZA, Maria do Carmo – **O processo político partidário na República Velha, in “Brasil em Perspectiva”**. São Paulo, Difel, 1968.
- TAUNAY, Afonso de – **A Câmara dos Deputados sob o Império**. São Paulo, Imprensa Oficial, 1950.
- TORRES, João Camilo de Oliveira – **A Democracia coroada: teoria política do Império do Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1964.

- TORRES, João Camilo de Oliveira – **o positivismo no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1943.
- TORRES, João Camilo de Oliveira – **Estratificação social no Brasil**. São Paulo, Difel, 1965.
- VAMPRÉ, Spencer – **Memórias para a História da Academia de São Paulo**. São Paulo, Livraria Acadêmica, 1924.
- VERON, Eliseo – **Ideologia, estrutura e comunicação**. Trad. Amélia Cohn. São Paulo, Cultrix, 1970.
- VIANA, Hélio – **Estudos de História Imperial**. São Paulo, Editora Nacional, 1950.
- VIANA, Hélio – **História da República**. São Paulo, Melhoramentos, s. d.
- VIANA, Oliveira – **Evolução do novo brasileiro**. São Paulo, Monteiro Lobato, 1923.
- VIANA, Oliveira – **Instituições políticas brasileiras**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1949.
- VIANA, Oliveira – **O ocaso do Império**. São Paulo, Melhoramentos, s. d.
- VIANA, Oliveira – **Populações meridionais do Brasil**. São Paulo, Editora Nacional, 1938 (“Brasíliana”, 8).
- VIEIRA, Celso – **Evolução do pensamento republicano no Brasil**, em “À margem da História da República”. Rio de Janeiro, Anuário do Brasil, 1924.
- VILLEROY, A. Ximeno – **Benjamin Constant e apolítica republicana**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1928.
- VITA, Luís Washinton – **Alberto Sales, ideólogo da República**. São Paulo, Editora Nacional, 1965 (“Brasíliana”, v. 327).
- WITTER, José Sebastião – **A primeira tentativa de organização partidária na República**. Tese de doutorado São Paulo, 1971. (Mimeografado).

F. ARTIGOS DE REVISTAS, SEPARATAS E ARTIGOS DE JORNAIS

- ARANHA, J. M. de Camargo – A primeira campanha eleitoral do Partido Republicano Paulista: candidatura de Américo Brasiliense. **Revista do Arquivo Municipal**, 36:3-66. São Paulo, maio de 1937.
- AZEVEDO, Victor – Silva Jardim e o advento da República. **Diário de São Paulo**, 21-8-1960.
- BANDECCHI, Brasil – Bases da “União Conservadora” e os primórdios do movimento republicano em São Paulo. **Anais do II Encontro Regional de São Paulo da Associação Nac. dos Professores Universitários de História. Revista de História**, 52: 167-175. São Paulo, 1975.
- BANDECCHI, Brasil – Duas cartas de Silva Jardim a Clovis. **Diário de São Paulo**, 22-1-1961.
- BARROS, Roque Spencer Maciel de – Os primórdios do positivismo no Brasil. **O Estado de S. Paulo**, 15-12-1957.
- BEIGUELMAN, Paula – Aspectos da organização político-partidária no Império Brasileiro. **Revista de História**, 51: 3-12. São Paulo, 1962.
- BRANCO, Frederico – Onde mortos ainda governam os vivos. **O Estado de São Paulo**, 24-11-1974.
- BROCA, Brito – Silva Jardim e a tragédia do Vesúvio. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 30-11-1960.
- CAMPOS, Moacyr – O tribuno da República: Silva Jardim. **Revista do Professor**, São Paulo, 14: 21-26. 1936.
- CARDOSO, Jesuino – Evolução e Revolução. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 2-6-1889.
- CONSTANT NETO, Benjamin – Silva Jardim, tribuno intrépido da propáganda republicana. **A Noite Ilustrada**, Rio de Janeiro, 14-11-1939.

- DIEGUES JÚNIOR, Manuel – Notícia histórica sobre a idéia republicana no Brasil. **Revista do Brasil**, 3ª fase, nº 17, Rio de Janeiro, 1939.
- FERREIRA, Waldemar – A Congregação da Faculdade de Direito de São Paulo na centúria de 1827 a 1927. Separata da **Revista da Faculdade de Direito de São Paulo**, 24: 15-175. São Paulo, 1928.
- FURTADO, Celso – Brasil: da República Oligárquica ao Estado Militar. **Brasil: Tempos Modernos**, 1968, pp 1/23. Rio de Janeiro.
- HORTA, R. – Tendências do federalismo brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, 2: 9-47. Belo Horizonte, janeiro de 1870.
- LAPA, José Roberto do Amaral – O Revisionismo na História da República. Suplemento Literário d'O Estado de São Paulo, nº 767, 9 abr. 1972.
- LIMA, Hermes – O Positivismo e a República. **Revista do Brasil**, 3ª fase, ano II, nº 17, Rio de Janeiro, 1939.
- LINS, Ivan – Silva Jardim e a Proclamação da República. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 6 set. 1960.
- LOBO, Aristides – Cartas do Rio. **Diário Popular**. São Paulo, 19 de março de 1888.
- LOBO, Francisco José da Silveira – Últimos dias da Monarquia em São Paulo, **Revista do Instituto Histórico e Geográfico**. v. 28, pág. 119.
- MARSON, Adalberto “Novo Conceito de Poder na Primeira República, **Ciência e Cultura**, 24 (8) 719-726, 1972.
- PESSOA, Reynaldo Xavier Carneiro – “O Primeiro Centenário do Manifesto Republicano de 1970”. **Revista de História**, São Paulo, 84: 401-437, out./dez. 1970.
- _____ – O Congresso do Partido Republicano Paulista de 1873 e seu Significado. In: **O Ideal Republicano**. Itu, 26-28 jul. 1974. Anais do II Encontro Regional de São Paulo da Associação Nacional dos Professores Universitários de História. São Paulo, **Revista de história**, 1974. (Col. da Revista de História LII): 65-74.
- PINHO, Wanderley – A Questão Militar e a República. **Revista do Brasil** 3ª fase, nº 17, Rio de Janeiro, novembro de 1939.
- PIRES, Antonio Olvato dos Santos – A Idéia republicana em Minas Gerais; sua evolução; organização definitiva do Partido Republicano. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Ano XXI. Fascículo 1: Belo Horizonte, 1927, pág. 24.
- RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel – Notas À “Pátria em Perigo” de Silva Jardim. In: **O Ideal Republicano**. Itu, 26-28 jul. 1974. Anais do II Encontro Regional de São Paulo da Associação Nacional dos Professores Universitários de História. São Paulo, **Revista de História**, 1974. (Col. da Revista de História, LII): 176-185.
- _____ – “A Sociedade Brasileira na Época da Independência”. **Notícia Bibliográfica e Histórica**, 39, 1972, Campinas.
- _____ – A Sociedade Paulista vista por alguns Viajantes Estrangeiros do **Século XIX**. **Notícia Bibliográfica e História**. 45. Campinas, 1973.
- SILVA, Raul de Andrada e – Os Republicanos de 1870 e as Realidades Nacionais. **Revista de História**, São Paulo, XLI, 84: 439-447, out. dez. 1970.
- SOUZA, Otávio Tarquínio de – Manifesto Republicano de 1870. Introdução. **Revista do Brasil**. Seção de Pesquisa e Documentos. Ano II nº 17, 3ª fase, Rio de Janeiro, novembro de 1939.
- TOLEDO, Lafayette de – Imprensa Paulista. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**. São Paulo, III: 303-521, 1898.
- VARGAS, Afonso – “A Evolução das Idéias no Século XIX”. **Revista de Portugal**, Porto, Ed. Luga & Genelioux, IV, 279-313, 1892.
- VILLALVA, Carlos – Dr. Américo Brasiliense. Biografia. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**. Vol. VIII. São Paulo, 1903.

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

I – INSTITUTOS

1. Instituto de Artes e Comunicações
2. Instituto de Ciências Biológicas
3. Instituto de Ciências Exatas
4. Instituto de Ciências Humanas
5. Instituto de Filosofia
6. Instituto de Letras
7. Instituto de Psicologia
8. Instituto de Teologia e Ciências Religiosas

II – FACULDADES

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
2. Faculdade de Biblioteconomia
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
4. Faculdade de Ciências Médicas
5. Faculdade de Ciências Tecnológicas
6. Faculdade de Direito
7. Faculdade de Educação
8. Faculdade de Educação Física
9. Faculdade de Enfermagem
10. Faculdade de Odontologia
11. Faculdade de Serviço Social

III – INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Biblioteca Central
- b) Centro de Ensino
Colégio de Aplicação "Pio XII"
Colégio Comercial da Academia "São Luís"
- c) Centro de Processamento de Dados
- d) Museu Universitário



DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA